

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

RAFAEL SANTA ROSA CERQUEIRA

**NOS DOMÍNIOS DE HADES: A REPRESENTAÇÃO DA SOCIAL DA MORTE EM
ARACAJU/SE DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA**

MACEIÓ/AL

2014

RAFAEL SANTA ROSA CERQUEIRA

**NOS DOMÍNIOS DE HADES
A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA MORTE EM ARACAJU/SE DURANTE A
PRIMEIRA REPÚBLICA**

**Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal de
Alagoas, como requisito para obtenção
do grau de Mestre em História.**

**Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Janaina
Cardoso de Mello.**

MACEIO/AL

2014

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário Responsável: Valter dos Santos Andrade

C416n Cerqueira, Rafael Santa Rosa.
Nos domínios de Hades: a representação social da morte em Aracaju/SE
Durante a primeira república / Rafael Santa Rosa Cerqueira. – Maceió, 2014.
112 f.

Orientadora: Janaina Cardoso de Mello.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas.
Instituto de Ciências humanas, Comunicação e Artes. Programa de
Pós-Graduação em História. Maceió, 2014.

Bibliografia: f. 110-112.

1. Morte – Aspecto social. 2. Sergipe – História social, 1889-1945.
3. Espetacularização. 4. Drama social. I. Título.

CDU: 981.73



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Nº 04/2014

Aos vinte e nove dias do mês de setembro de 2014, às 15:00 horas, na sala de aula do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) do Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes (ICHCA) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), reuniu-se a Banca Examinadora designada para arguir a Dissertação de Mestrado de RAFAEL SANTA ROSA CERQUEIRA, sob o título "Nos Domínios de Hades. a representação social da morte em Aracaju/SE durante a Primeira República", sendo a referida banca constituída pelos Professores: Dra. Janaina Cardoso de Mello (Orientadora), Dra. Arrisete Cleide de Lemos Costa (UFAL) e Dra. Claudia Rodrigues (UNIRIO). A banca, após avaliação, deliberou pela, (X) Aprovação () Reprovação, com base no seguinte parecer:

A banca ressalta a originalidade do tema, da abordagem e da proposta de narrativa do texto, mas sugere que sejam realizadas reformulações em termos de redação e contextualizações, além da sistematização das hipóteses do trabalho na conclusão.

Em 12/03/15
CONFERE COM O ORIGINAL
ICHCA/UFAL
Caroline Fialho de Oliveira
UFAL - SIAPE 1980634
AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO
PPGH - MESTRADO

Maceió, 29 de setembro de 2014

Professor Orientador: *Janaina Cardoso de Mello*
Arguidor 1: *Arrisete C. L. Costa*
Arguidor 2: *Janaina*



Ufal, Campus A.C. Simões, ICHCA, PPGH
Av. Lourival de Melo Mota, s/no Tabuleiro dos Martins, Maceió, Alagoas
Cep: 57072-970 Telefone: (+55.82) 3214-1340
Email: ufal.ppgh@gmail.com

A Deus, aos meus pais e a meu irmão por sempre estarem presentes em minha vida.

Agradecimentos

Afinal tecer os agradecimentos parece ser a parte mais fácil da escrita da Dissertação, mas não o é. São inúmeras pessoas que fizeram parte desta trajetória, cada qual contribui de alguma forma para o andamento do presente trabalho, porém, peço encarecidamente desculpas aqueles que não elenquei seus nomes aqui, pois por esquecimento ou por não caber colocá-los nesta parte tive que deixá-los de fora, para estes, meu muito obrigado por tudo!

Não posso deixar de agradecer a Deus e Nossa Senhora por sempre estarem presentes em minha vida, iluminando os meus caminhos e não deixando me abater nos momentos de maior dificuldade enfrentados nessa trajetória. Para eles, minha eterna devoção.

A CAPES pela bolsa de mestrado, a qual foi importante para a execução deste trabalho.

Ao meu pai Renato Pedreira de Cerqueira, exemplo de determinação e força para enfrentar as mais variadas adversidades da vida. Sempre o tive como o meu porto seguro nos momentos de tormenta e calmaria que a vida nos traz.

A minha carinhosa e dedicada mãe Irany Santa Rosa Cerqueira, um verdadeiro exemplo de amor materno e dedicação aos seus filhos. Para ela, dedico todo o meu amor e cada vitória que alcancei, pois sei, que no silêncio de suas orações sempre pediu a Nossa Senhora que intercedesse por mim nos meus objetivos.

Ao meu irmão Erick Santa Rosa Cerqueira pelo seu metodismo, o qual me serviu como exemplo de vida, afinal, como se realizar uma pesquisa sem ser organizado? A ele também dedico a minha gratidão pelas palavras nos momentos de dificuldade.

Agradeço plenamente a minha orientadora Professora Doutora Janaina Cardoso de Mello, pessoa maravilhosa e que se fez fundamental na minha trajetória acadêmica sempre incentivando para que fizesse as seleções de mestrado e mesmo, no momento em que não fui bem sucedido, não deixou esmaecer o desejo que tinha de ser Mestre. Ainda, sigo os seus passos como exemplo para minha trajetória acadêmica, pois nela, vejo uma verdadeira guerreira que soube burlar as dificuldades da vida e conseguiu alcançar por mérito e produtividade o seu lugar. Por isso, a tenho como exemplo a ser seguido como profissional e professor.

A Professora Doutora Arrisete Cleide de Lemos Costa pela cordialidade, pela paciência e pela grande contribuição a escrita deste trabalho. Graças a ela, tive coragem de inserir alguns conceitos e ter a liberdade de utilizar a narrativa na minha escrita. Não posso deixar de apontar a saudade que sinto das nossas aulas. Meu sincero obrigado por tudo.

A Professora Doutora Claudia Rodrigues pela cordialidade e por ter aceitado fazer parte da banca de defesa da minha dissertação. Sem contar o imenso prazer de ter na minha banca uma autora de dois livros que foram de fundamental importância para o meu trabalho, obrigado!

A Professora Doutora Ana Claudia Aymoré Martins pelo conhecimento passado em sala de aula, mas, sobretudo, pela delicadeza de algum tempo depois de terminada a nossa disciplina nas aulas do mestrado de indicar a leitura de obra dentro do meu objeto temático. Professora, obrigado!

Ao coordenador do Programa de Pós-Graduação o Professor Doutor Antonio Filipe Pereira Caetano pela sua organização, celeridade e atenção dada a todos os alunos que fizeram e fazem parte do Mestrado em História da Universidade Federal de Alagoas. Um verdadeiro *Lord*, obrigado!

Ao Professor Doutor Antonio Lindvaldo Sousa que esteve presente na minha banca de qualificação, agradeço pela bondade de aceitar se deslocar de Aracaju para Maceió, mas, principalmente pelas inúmeras colocações feitas no ato da qualificação, as quais foram de grande pertinência. Grato por toda atenção.

Ao Professor Doutor Clovis Carvalho Britto pela paciência de aturar os meus desabafos e angústias, de ler meu primeiro capítulo de indicar quais pontos deveria melhorar na escrita. No entanto, não posso deixar de agradecer pelas inúmeras risadas em conversas pelas redes sociais.

A minha namorada Ana Paula Rodrigues pela paciência, compreensão e ajuda na pesquisa. Paulinha, meu anjo, obrigado por se fazer presente neste momento, nunca deixando que meus sonhos se apaguem e sempre acreditando no meu potencial enquanto pesquisador e profissional.

A minha amiga dos tempos de graduação Mariana Emanuelle Barreto de Gois, pelas inúmeras conversas sobre o meu objeto de pesquisa, por ter me incentivado a não desistir de tentar o mestrado, pela atenção e pelas oportunidades que ela me propôs. Mari, minha eterna consideração por você.

A amiga Renata Mascarenhas por sempre acreditar em meu potencial e por nunca ter deixado desistir do sonho de se tornar mestre.

Ao amigo Márcio Matos que sempre nas conversas informais ficava me lembrando que o tempo urge e que não poderia vacilar na reta final.

Ao amigo Alex Leonardo, mesmo distante, sempre esteve presente e torcendo por cada vitória por mim alcançada.

Aos amigos de mestrado, nós conseguimos, foi bom poder fazer parte desta turma.

Aos meus alunos do curso de História da Faculdade José Augusto Vieira pela compreensão nessa fase onde seu professor teve que se dedicar cada vez mais ao processo de pesquisa e produção da dissertação. Para eles, meu abraço mais carinhoso e orgulho de poder ter participado de suas vidas transmitindo o pouco de conhecimento que tenho.

Aos Professores do meu curso de Graduação em História, Edna Maria Matos Antonio, Marco Antonio Matos Antonio e Maria Nely Santos pelo conhecimento passado e pelo apoio a pesquisa histórica na minha fase inicial acadêmica.

Reservo sempre um espaço no meu coração para agradecer a minha Madrinha Maria da Conceição pelo incentivo de seguir como professor e pelo exemplo de profissional que foi em vida. Saudades e obrigado por ter passado e marcado minha vida.

Agradeço a Maria de Lourdes e Maria da Purificação, pelo carinho e por sempre torcerem e vibrarem por cada vitória por mim alcançada, mas também por incentivar e apoiar em cada minuto onde a vontade de desistir se fez presente.

Não poderia deixar de fora a participação direta e indireta dos meus familiares neste processo, a todos o meu mais sincero e cordial agradecimento.

Enfim, aqueles que não citei aqui, obrigado!

A morte é um problema dos vivos. Os mortos não têm problemas. Entre as muitas criaturas que morreram na Terra, a morte constitui um problema só para os seres humanos. Embora compartilhem o nascimento, a doença, a juventude, a maturidade, a velhice e a morte com os animais, apenas eles, dentre todos os vivos, sabem que morrerão; apenas eles podem prever seu próprio fim, estando cientes de que pode ocorrer a qualquer momento e tomando precauções especiais – como indivíduos e como grupos – para proteger-se contra a ameaça da aniquilação.

ELIAS, Nobert.

RESUMO

O presente trabalho estuda a morte na sociedade aracaçuana da Primeira República (1889-1930), sob a ótica da representação social. A pesquisa busca esclarecer como homens e mulheres, adultos e crianças, ricos e pobres se comportavam diante da morte. Portanto, na busca de compreender a morte em diferentes perspectivas a mesma será analisada como percepções de cunho individual e coletivo; os testamentos serão indicados como principal fonte de pesquisa e neles procuraremos indicar as fórmulas, os sufrágios e as últimas disposições do morto; ainda, abordaremos a morte como um acontecimento social, sua espetacularização e a visão dela enquanto um drama social. Para isso, o trabalho em alguns momentos se utilizará da narrativa no processo de escrita, porém, esta se dará através da utilização de diferentes fontes. Muitos trabalhos se debruçaram ao estudo da morte no século XIX, principalmente na mudança dos enterramentos do interior e ao redor das igrejas para os cemitérios, poucos foram às pesquisas realizadas no decorrer da Primeira República, logo, a referida Dissertação propõe novas abordagens para o estudo da morte.

Palavras-chave: Morte. Primeira República. Percepções. Acontecimento social. Espetacularização. Drama Social.

ABSTRACT

This paper studies the death in Aracaju society of the First Republic (1889-1930), from the perspective of social representation. The research seeks to clarify how men and women, adults and children, rich and poor behaved before death. Therefore, in seeking to understand the different perspectives on death would be examined how perceptions of individual and collective nature; wills are indicated as the main source of research and try them indicate the formulas, the votes and the latest provisions of the dead; also discuss death as a social event, a spectacle and her vision as a social drama. For this, the work will be used in some moments of narrative in the writing process, however, this will be through the use of different sources. Many studies have addressed the study of death in the nineteenth century, especially in changing burials from inside and around the churches to cemeteries, few were to surveys conducted during the First Republic, then, that dissertation proposes new approaches to the study death.

Key Word: Death. First Republic. Perceptions. Social event. Spectacle. Social Drama.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Fórmulas utilizadas no início dos testamentos	51
Tabela 2 – Solicitações de sufrágios	64
Tabela 3 – Disposição dos enterramentos	69

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AJES	Arquivo do Judiciário de Sergipe.
IHGSE	Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.
BPED	Biblioteca Pública Epifânio Dórea

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 DO INDIVIDUAL AS PÁGINAS DOS JORNAIS: DIFERENTES VISÕES SOBRE O MORRER E A MORTE	23
2.1 Um olhar sobre a morte	23
2.2 Faleceu nesta cidade... A imprensa notícia a morte dos seus cidadãos	33
2.3 Percepções sobre o morrer e a morte nas páginas dos jornais	37
3 “EM NOME DE DEUS, MAS TEMENDO A MORTE RESOLVI FAZER O MEU TESTAMENTO”	44
3.1 O testamento enquanto fonte histórica	44
3.2 “Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho e Espírito Santo”: professando a fé nos testamentos	49
3.3 “Declaro que depois do meu falecimento...”	54
3.4 Os Sufrágios pela alma	57
4 ACONTECIMENTO SOCIAL, ESPETACULARIZAÇÃO E DRAMA: A MORTE EM DIFERENTES PERSPECTIVAS	75
4.1 Entre o acontecimento social e a espetacularização: a morte na sociedade	75
4.2 Um rico no cemitério dos pobres: um drama social	90
CONCLUSÃO	101
FONTES	107
REFERÊNCIAS	110

1 INTRODUÇÃO

O advento da República como novo sistema político implantado no Brasil foi capaz de coadunar uma série de mudanças de caráter urbano, social e econômico na capital federal, tais transformações ocorridas neste período ficaram conhecidas como *Belle Époque*. Portanto, “a situação era excepcional. A cidade do Rio de Janeiro abre o século XX defrontando-se com perspectivas extremamente promissoras” (SEVCENKO, 1983, p.27). “Modernização”, “urbanização”, “saúde” e “avanço” eram as palavras da vez neste cenário, pois viver numa cidade retrograda, com fortes resquícios do período colonial e imperial, sobretudo constantemente ameaçada pelas doenças ia de contra ao “processo civilizador” e ao “progresso” tão almejados pela elite carioca, afinal, o importante era que o Rio de Janeiro se parecesse com o Velho Mundo nos mínimos detalhes.

E os navios europeus, principalmente franceses, não traziam apenas figurinos, o mobiliário e as roupas, mas também as notícias sobre as peças e livros mais em voga, as escolas filosóficas predominantes, o comportamento, o lazer, as estéticas e até as doenças, tudo enfim que fosse consumível por uma sociedade altamente urbanizada e sedenta de modelos de prestígio. (*op.cit.*, p.36).

O novo regime político instaurado através do golpe dado pelas forças militares em 15 de novembro de 1889 trazia no seu âmago um sonho de modernização do país nos moldes europeus, porém, os resquícios de uma sociedade voltada para o latifúndio, com destaque para a produção de café no sudeste do país e do açúcar no nordeste faziam com que algumas práticas fossem reinventadas por esta sociedade. O café foi a principal força motriz da economia neste período, dele, pode-se dizer, surgiram dois pontos determinantes na sociedade brasileira da Primeira República, a industrialização e urbanização dos grandes centros urbanos.

Graças à cafeicultura que impulsionava a economia deste período, ocorreram modernizações nos portos do país e uma expansão da malha ferroviária dando uma dinâmica maior ao principal item da balança comercial brasileira.

Porém, o clima de industrialização, modernização, crescimento econômico e populacional não foram suficientes para reafirmação da República enquanto sistema político brasileiro. Nos seus primeiros anos a República viveu um campo de incertezas, muitos, ainda enraizados nas amarras do antigo sistema político não conseguiram visualizar os avanços que poderiam ocorrer no país, alguns setores ainda demonstravam descontentamento com a abolição dos escravos em 1888, outros, desejavam a restituição do sistema monárquico no

país, porém, o clima de incerteza política-administrativa foi capaz de impulsionar algumas revoltas no país, dentre elas: a Revolta da Armada, Revolução Federalista e Canudos surgem como algumas dificuldades a serem enfrentadas pelo novo regime.

Se faz mister trazer à baila que a sociedade brasileira cada vez mais se tornava consumista dos produtos advindos do velho continente, para Sevcenko:

O novo cenário suntuoso e grandiloquente exigia novos figurinos. Daí a campanha da imprensa, vitoriosa em pouco tempo, para a condenação do mestre-de-obras, elemento popular e responsável por praticamente toda edificação urbana até aquele momento, que foi defrontado e vencido por novos arquitetos de formação acadêmica. Ao estilo do mestre-de-obras, elaborado e transmitido de geração a geração desde os tempos coloniais, constituindo-se ao fim em uma arte autenticamente nacional, sobrepôs-se o *Art-Nouveau* rebuscado dos fins da *Belle Époque*. Também com relação à vestimenta verifica-se a passagem tradicional sobrecasaca e cartola, ambos pretos, símbolos da austeridade da sociedade patriarcal e aristocrática do Império, para a moda mais leve e democrática do paletó de casemira clara e chapéu de palha. O importante agora é ser *chic* ou *smart* conforme a procedência do tecido ou do modelo. (SEVCENKO, 1995, p.31)

Assim, as mudanças advindas do velho mundo, em especial da França, não só influenciaram a forma de se vestir e comportar dos brasileiros, a morte, também vinha sofrendo algumas modificações no decorrer dos anos. Portanto, em meados do século XIX se propagou pelo país ideias higienistas – vindas da Europa – que buscavam combater a proliferação de miasmas, logo, os enterramentos realizados no interior e ao redor das igrejas foram atacados como um dos principais focos de proliferação das doenças, ora, vivos e mortos não poderiam mais dividir o mesmo ambiente físico. Desse modo, ocorreu uma mudança significativa na maneira com que os mortos deveriam ser sepultados, estes, agora, teriam um espaço reservado para tal fim longe do contato frequente com os vivos. Entretanto, a República também assistiu as novas mudanças ocorridas nas práticas fúnebres, as mesmas, ganham características do universo europeu, e rapidamente tais práticas e também percepções em torno da morte foram reproduzidas pelo Brasil.

A República trouxe consigo uma série de alterações nos costumes da sociedade brasileira de outrora, sejam estes de ordem econômica, política, social, cultural, religiosa e urbana. No entanto, cidades menores, excluídas do poderio econômico advindo das plantações de café tiveram seu crescimento urbano delineado de forma gradativa, foi o que ocorreu com Aracaju no decorrer dos 41 anos que marcaram a Primeira República.

Em 1889 Sergipe gozava de um quadro populacional com pouco mais de 310 mil habitantes, “dos quais 48% eram considerados mestiços, 30% brancos, 15% pretos e 7%

caboclos, trabalhando em sua grande parte no campo” (DANTAS, 2004, p.16), dentro deste quadro populacional, 89% da população não sabia ao menos ler e escrever, ou seja, tínhamos em torno de 34.000 habitantes letrados. Neste mesmo período, a capital possuía 16.336 almas, segundo Dantas (*op.cit.*, p.18), tal número aumentou para aproximadamente 20.000 pessoas em 1905, conforme apontou Wynne (1970, p.366).

Assim, entre os anos de 1889 a 1905, com uma infraestrutura urbana precária, as ruas da cidade eram bastante arenosas, cortadas por córregos formados pela água da chuva, sem sistema de esgoto, escassez de água potável, infestada por mosquitos oriundos dos mangues e chácaras que circundavam o perímetro urbano da capital que era composta por:

Quarenta e duas ruas paralelas ao Rio Sergipe, e dez transversais, muitas, e, bem podemos dizer, a maioria, arenosas, ou lamacentas, sem pavimentação, e as casas, construções sem estética, e sem conforto, e sem condições higiênicas, se alinhavam, conjugadas, e com seus passeios estreitos, irregulares, de altos e baixos, sem um nivelamento uniforme (WYNNE, 1970, p.367).

Desse modo, Aracaju dava ares de uma “pequena cidade” (DANTAS, 2004, p.18), mas com características de “uma pequena aldeia” (WYNNE, 1970, p.366), portanto, oferecia péssimas condições de habitação aos seus moradores que constantemente se deparavam com surtos endêmicos de varíola e paludismo, sendo a primeira, grande causadora de mortes na capital sergipana entre os anos de 1895 e 1896. Não obstante, durante os anos posteriores, a tuberculose - doença que provavelmente foi responsável por findar a vida de Zulnura Motta em 1897, filha do coronel Apulchro Motta, que procurando recuperar o estado de saúde de sua descendente a levou para São Cristovão em busca de melhores ares, conforme apontou o jornal *A Notícia*¹, assolava os moradores da capital, os quais, no decorrer dos primeiros anos do século XX tiveram que enfrentar uma nova epidemia de varíola e peste bubônica.

No entanto, o governo de Josino Odorico de Menezes (1902-1905) foi responsável pelo calçamento de algumas ruas do centro da cidade, arborização e importação de uma ponte metálica da Inglaterra para substituir a de madeira, obra “primitiva e bastante estragada, e que resistia ao tempo, recordando a passagem do Imperador D. Pedro II nos idos de 1859” (WYNNE, 1970, p.368), buscando assim mudar/europeizar a aparência da capital.

De 1905 a 1910, enquanto o Rio de Janeiro assiste o avanço do processo de urbanização que daria novas feições a capital federal, Aracaju, governada por Guilherme de

¹ Jornal *A Notícia*, 12 de março de 1897 – Anno II – Nº 297.

Souza Campos (1905-1908), começa a vislumbrar o progresso com assinatura de contratos para implementação de água encanada e implantação “dos carris urbanos, que começariam a circular na administração seguinte (1909)” (DANTAS, 2004, p.32), buscando melhorar urbanisticamente a cidade, proporcionando aos seus moradores uma insipiente qualidade de vida.

Não obstante, na entrada da década de 10 do século passado, ainda sob o governo de Rodrigues Dória, Sergipe sofre uma forte epidemia de varíola, a qual, segundo o chefe de governo, teria ocorrido por causa de uma criança contaminada:

Vinda do Recife por mar e que aqui adoeceu, e foi occultamente tratada, sem que a autoridade sanitaria desconfiasse, deu causa a disseminação da molestia nesta cidade, Capella, Japarutuba, Laranjeiras, onde por motivo semelhante tem grassado com grande intensidade, pagando bem caro a sua omissão a familia que subtrahiu ás necessarias prevenções a doentinha, e propagou a epidemia que victimou mais de uma pessoa na mesma familia.²

Portanto, as diversas doenças infecciosas que desde outrora assolavam a sociedade aracajuana encontraram na capital um campo bastante profícuo para sua disseminação acelerada. Assim, neste contexto conturbado de enfermidades e péssimas condições urbanísticas, diversas famílias viram a linha tênue que separa a vida da morte se estreitar para seus entes e amigos, o que nos indica uma relativa proximidade com o universo em torno do fim da vida.

Eleito para governar entre os anos de 1911 a 1914, José Siqueira de Menezes assumiu o governo estadual tendo pela frente a missão de combater a epidemia de varíola – herança maldita do governo anterior –, a qual, segundo Samarone já havia ceifado 740 vidas por cinco municípios, inclusive a capital³. Logo, buscando trazer melhorias que pudessem beneficiar a capital e evitar nova proliferação de doenças, tratou de desenvolver “obras de saneamento (esgoto e drenagem) de Aracaju, serviços d’água e de iluminação elétrica, construção de prédios públicos e de pontes, açudes e represas” (DANTAS, 2004, pp. 35-36) comandadas pelo engenheiro Paulo A. Polto.

Dando continuidade a política de desenvolvimento urbano da capital, o General Oliveira Valadão, eleito para o quadriênio posterior ao de Siqueira de Menezes, não esmaeceu na busca de tornar a principal cidade do estado mais salubre, para isso executou obras de

² Mensagem apresentada à Assembléa Legislativa do Estado de Sergipe em 07 de setembro de 1911 na instalação da 2ª sessão ordinária da 10ª legislatura pelo Presidente do Estado Exm. Sr. Dr. José Rodrigues de Costa Dória. p. 64.

³ SANTANA, 1997, *apud* DANTAS, 2004, p. 35.

saneamento público, mas, sobretudo procurou aterrar os diversos charcos existentes nas ruas e praças que davam ares interioranos ao centro administrativo de Sergipe.

Ao assumir o governo do estado em outubro de 1918, Pereira Lobo não imaginava o auspício que viria a bordo do navio *Itapaci*, pois no dia 20, juntamente com os tripulantes que desembarcaram no porto da capital, desembarca a *influenza*, conhecida entre nós como gripe espanhola. Tal vírus foi responsável pela contaminação de 25.910 sergipanos, sendo que destes, 997 vieram a óbito. Portanto, o número considerável de mortos no final da década de 10 do século passado reacendeu a preocupação das autoridades governamentais em tornar a capital mais salubre, combatendo os pântanos e “cuidando do saneamento e do aperfeiçoamento dos métodos da saúde pública” (*op.cit.*, p.37).

No cerne das ideias de seus antecessores, Gracho Cardoso – eleito para governar Sergipe entre os anos de 1922 a 1926 –, buscou dar continuidade ao processo de urbanização de Aracaju, especialmente buscando evitar a proliferação de novas epidemias. Dessa forma, mandou aterrar a área que hoje abriga o mercado, calçou a Rua João Pessoa, construiu um cais de proteção e passeio em grande parte das avenidas Ivo do Prado e Rio Branco, melhorou o abastecimento de água e replanejou a execução da rede de esgoto iniciada na gestão anterior, além de implantar os bondes elétricos que substituíram os de tração animal – ultrapassados e responsáveis por sujar a cidade – trazendo ares de modernidade a capital.

Nesse ínterim, as secas que ocorreram nos anos de 1926 e 1928 abalaram a produção açucareira do Estado, aumentando significadamente o número de retirantes que buscavam melhores condições de vida em Aracaju, engrossando o número de habitantes, aumentando à massa de pobres que não tinham o mesmo acesso à saúde que os abastados financeiramente.

No conjunto, nos quarenta anos da Primeira República, o Estado sofreu sensíveis transformações. A urbanização cresceu. Sobretudo em Aracaju as mudanças foram grandes. O número de habitantes que era de 16.336 (1890), ampliou-se para 50.564 (1930). A cidade inóspita do fim do século passado passou a ser atrativa. Os pântanos foram substituídos por bonitas praças. As condições sanitárias evoluíam. Na terceira década a capital foi se impondo como opção de morada. Prósperos proprietários do campo e da cidade, sobretudo depois de 1914, foram investindo, construindo seus palacetes em estilo predominantemente eclético. Nesse processo as reformas foram expulsando os pobres para a periferia. O bairro Chica Chaves, que depois seria denominado de industrial, foi-se tornando mais populoso. (*op.cit.*, p. 55)

Contudo, em meio às diversas transformações urbanas ocorridas, Aracaju despontava como o principal centro industrial do estado, segundo Ibarê Dantas o número de indústrias em

Sergipe “no período de 1907 a 1920, quando de 41 estabelecimentos passava a possuir 237, operou-se principalmente na capital” (DANTAS, 1974, p.39), compostas em sua grande maioria por fabriquetas. Portanto, o crescimento econômico ocorrido no referido período foi determinante para que os abastados financeiramente buscassem estabelecer moradias nesta cidade, seja por causa da “educação dos filhos, quer em busca de outras atrações da vida urbana” (*op.cit.*, p.41).

Com um aumento populacional significativo, Aracaju no decorrer das quatro décadas que marcaram a República Velha viu seu número de habitantes aumentar numa extensão temporal de 41 anos em 34.228 almas, uma média de 8.557 pessoas por década. Outrora inóspita, a cidade que não possuía energia elétrica e água encanada, com um transporte urbano realizado por tração animal, cresceu e sofreu consideráveis mudanças já discorridas anteriormente, porém cabe salientar que alguns poucos cafés traziam “ares de modernidade” a cidade, o primeiro cinema fora inaugurado em 1909, o que deslanchou a instalação de outros e o primeiro automóvel chegou em 1913, sendo que em 1924 este número já era de 83, segundo apontou Dantas (1976). Portanto, a sociedade aracajuana no trajeto da Primeira República se deparou com consideráveis transformações, mas, sobretudo, manteve um contato quase que frequente com a morte em decorrer das constantes epidemias que assolaram esta região. Assim, o morrer, os cortejos e os sepultamentos faziam parte da vida social do aracajuano, transformando a morte em verdadeiros acontecimentos sociais capazes de coadunar diferentes estratos sociais.

Com poucos eventos sociais capazes de mobilizar uma grande leva de pessoas, a morte para a sociedade aracajuana durante a República Velha tornou-se um dos principais meios de interação social, nela, não somente os amigos e familiares acompanham o defunto no seu último momento, caso este fosse uma figura eminente diferentes estratos sociais se faziam presentes, ora para ver, ora para serem vistos nesse acontecimento social aberto a qualquer pessoa. Assim, o enterro de Zulnara Motta – filha do Coronel Apulchro Motta – em 17 de março de 1897, mostrou-se bastante concorrido pelo “oficialismo quasi em peso”⁴; outro exemplo foi o acompanhamento do corpo de Deocleciano Motta ao cemitério Santa Isabel, considerado bastante concorrido pelo jornal *Diário da Manhã* de 09 de maio de 1913; no entanto, em 28 de fevereiro de 1927 o *Correio de Aracaju* aponta que a inumação do corpo do Dr. Thales Ferraz teria arrastado aproximadamente 5.000 pessoas, sendo seu féretro carregado

⁴ Jornal *A Notícia*, 18 de março de 1897, pág. 1

ao cemitério dos Cambuys (também conhecido como Cruz Vermelha) por funcionários da fábrica Sergipe Industrial.

Portanto, a preocupação com a morte entre os aracajuanos foi bastante veemente, a sociedade cumpria o seu papel se fazendo presente em muitos cortejos que cortavam as ruas da capital rumo a Igreja Matriz para missa de corpo presente, como também para a morada eterna. Nota-se que morrer deixou de ser um fato íntimo e restrito a poucas pessoas transformando-se num processo social capaz de aglutinar um maior número possível de participantes que buscavam neste rito de passagem confortar os que sofreram a perda de um ente, como também a transformavam numa importante oportunidade de interação social.

Assim, é pertinente apontar que vista como um rito de passagem de uma vida para a outra, a morte, que outrora fora temida no Brasil oitocentista, passa a ser encarada de forma contundente pela sociedade aracajuana no percorrer da Primeira República. Agora, buscando compreender melhor este momento de transição de uma forma de vida para outra, criaram-se ritos, buscaram-se explicações, mas, sobretudo, a inserção da morte nas páginas dos jornais circulantes na capital proporcionou uma aproximação destemida aos domínios de Hades⁵.

Por isso, discutir, a partir da História Cultural proposta pro Roger Chartier, como a sociedade aracajuana, em pleno crescimento financeiro e populacional durante a Primeira República, comportava-se perante a morte e os mortos se mostra de fundamental importância para a consecução desta pesquisa. Desse modo, o estudo da representação social da morte dentro desta sociedade se faz fundamental, não deixando de permear outros pontos que estão inseridos nesta perspectiva, os quais são: percepções, acontecimento social, drama social e espetacularização da morte.

Se faz importante salientar que os trabalhos publicados no Brasil, abordaram a preocupação com a morte e os cemitérios no Brasil do século XIX, focando o momento de transição dos enterramentos no interior e ao redor das igrejas para os cemitérios, ou ritos e práticas dos vivos ao sepultarem os seus mortos. Já o presente trabalho, com um recorte temporal diferenciado, se reteve estudar a forma como um homem se dispunha diante da morte no período de 1889 a 1930, período este, como conforme vimos, marcado em Sergipe pelo declínio na produção açucareira que permitiu o crescimento financeiro de Aracaju, que vê através das indústrias têxtil Sergipe Industrial e Confiança seu crescimento econômico, seguido pelo aumento populacional, tornando-a uma cidade em constante metamorfose.

⁵ Na mitologia grega, Hades é o deus do mundo interior e dos mortos.

Logo, estudar a morte na sociedade aracajuana da Primeira República proporciona uma maior compreensão de como homens e mulheres se comportavam diante do momento findo, além de acrescentar novas abordagens à produção historiográfica sergipana, pois a abordagem da morte como objeto de estudo ainda continua pouco trabalhada em Sergipe, sobretudo na capital.

Através de uma abordagem serial das fontes, os jornais e testamentos foram abordados de forma serial. Os jornais foram pesquisados entre os anos de 1889 a 1930 no IHGSE buscando sempre as notas necrológicas que foram abordadas de forma serial, porém, em alguns casos, observou-se artigos, telegramas e propagandas que abordassem a morte. Os testamentos, presentes no AJES foram analisados serialmente, dentro do mesmo recorte proposto para os jornais, no entanto, nos retemos a observar e tabular informações referentes à morte, assim, não foi levado em consideração às disposições de bens. Em ambas as fontes, mesmo sendo trabalhadas de forma serial, alguns casos foram destacadas para sinalizarem como a sociedade se comportava diante da morte. Por fim, os diários de Bessa existentes na BPEPD foram analisados entre os anos de 1903 a 1913, neles, buscou-se a preocupação que este tinha para com a morte, assim, pode-se notar algumas percepções sobre o final da vida.

Desta forma, dividida em três capítulos buscamos diluir estes quatro pontos citados anteriormente de maneira qual o leitor possa se inserir dentro do recorte temporal e espacial realizado. Para isso, lançamos mão da narrativa em determinados momentos na busca de um texto sucinto e que remeta o leitor aos anos da Primeira República.

Portanto, o diálogo entre história e literatura cada vez mais se mostrou possível no âmbito da pesquisa histórica, porém, porque não utilizar os recursos literários na elaboração de uma obra histórica? Pensando nisso, e acreditando que o historiador deva se ocupar da realidade, afastando toda e qualquer possibilidade de ficção, optamos por uma narrativa histórica, não uma narrativa histórica sem problematização, mas sim, uma narrativa que busque através dos fatos e fontes reconstruir alguns traços da sociedade de outrora.

Dividida em três capítulos buscamos diluir estes quatro pontos citados anteriormente de maneira qual o leitor possa se inserir dentro do recorte temporal e espacial realizado.

Intitulado *Do individual as páginas dos jornais: diferentes visões sobre o morrer e a morte*, o primeiro capítulo busca no primeiro momento lançando mão da narrativa descrever como se deram algumas mortes na sociedade aracajuana, para isso, utilizamos Apulchro Motta, pai da Zulnara Motta como personagem, pois, a partir dele analisamos a percepção que o um homem poderia ter da morte. Ainda, no campo do individual os diários escritos por Gumercindo Bessa revelam a preocupação, ou ao menos, a tentativa deste homem de

compreender e, sobretudo, de rememorar alguns mortos. Adiante, saímos do âmbito individual para o coletivo, focando sempre em mostrar como se davam as diferentes percepções da morte pela sociedade, assim, a utilização dos jornais ganhou destaque na busca da compreensão de como homens e mulheres se comportavam diante da morte.

O segundo capítulo têm como título “*Em nome de Deus, mas temendo a morte resolvi fazer o meu testamento.*”, nele os testamentos foram apontados como uma das principais fontes para o estudo da morte, além de servir para delinear a utilização de fórmulas, sufrágios e as últimas vontades do morto para com o seu enterro. Outro ponto observado foi a profissão da fé católica nas páginas destes documentos. Por fim, encontraremos tabelas que indicam: os usos das fórmulas no início dos testamentos, solicitações de sufrágios e disposições sobre os enterramentos.

O último capítulo se reterá a analisar a morte em três diferentes perspectivas, quais são: acontecimento social, espetacularização e drama. Nele, alguns casos de funerais, cortejos e sepultamentos foram destacados, porém, para compreender a morte como um drama social capaz de mobilizar toda uma sociedade, selecionamos a morte do industrial Thales Ferraz em 1927 para indicar como se dava a dramatização e conseqüentemente a espetacularização da morte dentro de um determinado espaço social.

Por fim, mesmo se tratando de um tema tabu para muitos, pois afinal de contas, a concepção que se temos da morte é fortemente influenciada pelo catolicismo, logo, o medo da incerteza de uma vida após morte impera na sociedade ocidental, e em Sergipe durante o recorte estabelecido na pesquisa isso será notório. Portanto, espero que o leitor afaste os medos e concepções de seu tempo sobre a morte, para assim, buscar compreender como homens e mulheres, adultos e crianças, ricos e pobres se comportavam diante do anjo negro da morte.

2 DO INDIVIDUAL AS PÁGINAS DOS JORNAIS: DIFERENTES VISÕES SOBRE O MORRER E A MORTE

2.1 – Um Olhar sobre a morte

Alguns anos depois, me trouxe a tona o pensamento que sobrepõe à ordem natural proposta por Deus, um pai nunca deveria enterrar uma filha, mas naquele fatídico dia 17 de março de 1897, sepultei o meu anjo, minha querida Zulnara aos 13 anos, no momento em que irromperia o casulo da infância transformando-se em uma linda jovem de beleza irradiante. Como doeu este coração de pai ao ver aquele corpo delicado, de olhar carinhoso e pueril que

sempre ao tocar com seus lábios as faces do meu rosto fazia resplandecer o orgulho de ser seu progenitor, porém, como disse o jornal *A Notícia* que circulou no mesmo dia do seu sepultamento: “ela teria de ir hoje, coroada de rosas, feita no mármore do último sono, de pálpebras descidas e mãos abandonadas para o seu derradeiro asilo, tendo que flutuar no extremo da vida”⁶, deixando em prantos o meu coração e da sua mãe Dejanira.

Velada com seu manto preto, de ceifa na mão, a morte não teve clemência de levar um pedaço da minha vida para os domínios longínquos de outra alguém desta terrena, assim, penso que minha menininha possa ter alcançado um lugar no céu ao lado dos anjos, de Nossa Senhora e do Nosso Senhor Jesus Cristo. Oh! “É tão triste o morrer!/ E tão sentido o coração no ermo a se esbater/Sozinho a soluçar!/De mãe o arfar do peito dolorido/Sentir roçar no lábio ressequido/Da filha a flor de um beijo a se finar!”⁷.

Não posso dizer que não lutei para mantê-la no seio de sua família, mas Aracaju naquele tempo não era uma cidade, digamos, “adequada” para enfermos, ainda mais para uma criança com a saúde convalescente como a sua. A capital, com pouco mais de 40 anos de fundada, tinha uma população de 16.336 habitantes em 1890, segundo censo demográfico realizado naquele ano⁸, o que me leva a crer que cresceu pouco até 1897. Urbanisticamente, esta pequena povoação – prefiro classificá-la desta maneira –, possuía um total de 42 ruas paralelas ao estuário do rio Sergipe, com 10 transversais⁹, tais ruas, eram bastante arenosas, cortadas por córregos formados pela água da chuva, sem sistema de esgoto, escassez de água potável, infestada por mosquitos oriundos dos mangues e chácaras que circundavam o perímetro urbano, tornando-a insalubre e bastante promissora para a proliferação de epidemias, portanto, viver aqui naquele período era conviver com uma série de doenças que se proliferavam rapidamente entre os seus habitantes.

Portanto, nosso médico, dias antes da morte de Zulnara, sugeriu-nos que a levássemos para um local com um clima mais apropriado para uma doente, na verdade, uma cidade elevada e que tivesse uma estrutura urbana melhor do que a da capital onde ocupava naquele momento o cargo de Secretário do Governo, mas como um pai não mede esforços para ver sua filha com a saúde reabilitada, afastei-me do meu ofício e junto com minha esposa levamos nossa queridinha para a cidade de São Cristovão.

Neste período de reclusão da política sergipana em prol da recuperação da minha doce filha – e não sejamos hipócritas – e pela minha importância política, circulou nos jornais A

⁶ Jornal A Notícia, 17 de março de 1897.

⁷ Morrer – Apulchro Motta, Aracaju 18/01/1880

⁸ (DANTAS, 2004, p.18)

⁹ (WYNNE, 1970, p.367)

Notícia de 10 e 12 de março informações sobre o estado de saúde da minha criança, no primeiro, diziam que: “infelizmente agravaram-se os padecimentos da graciosa Zulnara, extremosa filha do nosso presadíssimo colega e amigo Apulchro Motta”¹⁰, já o segundo elucidou sua melhora colocando a seguinte informação em sua segunda página: “Bem haja o clima bemfazejo de S. Christovão que restitui a essa convalescente querida a saúde e a felicidade a seus extremosíssimos pais!”¹¹ Como foi boa a sensação de que minha queridinha iria se recuperar, de que sua doença não iria vencer a batalha travada por ela, porém, sob a resignação de algo maior e superior... ela se foi.

Desde daquele dia, toda vez que me deparo com os jornais referentes à sua morte, meu coração trepida, vacila, as lágrimas rolam suavemente pelo meu rosto ao lembrar que um pai irrompeu com uma ordem natural e teve que enterrar uma filha. Foi assim que ao noticiar a morte de minha Zulnara o jornal *A Notícia* prestou préstimo a minha família, mas, sobretudo buscou compreender a minha dor:

Todo o homem tem um berço no coração. Avaliai a dor que o acomete, a estranguladora saudade que o asfixia e lhe enche os olhos de água, como a um cântaro repleto de água do deserto, quando lhe arrancam do íntimo o embalo rítmico desse berço, a presença inigualável de um filho!¹²

Naquele mesmo jornal, Alves Faria, publicou a poesia intitulada Tumulo de Zulnara

Berço suspenso entre frouxéis ao vento,
como um radioso tumulo da infância!
Rosas vermelhas abrem-se em fragrância
e enchem o ar de aroma e de lamento!

Como fica distante e nevoento esse esplendor que tinhas n’outra estância,
e como desce em funda e fértil ânsia
a saudade dos teus no pensamento!

Dizem que sete palmos desta terra,
urna bastante que teu corpo encerra,
guardarão tua forma eternamente!

E entanto, ó flor que a morte decepara,
nem toda a terra conterà, Zulnara,
a mágoa que teu pai ferido sente!¹³

Foram muitas as homenagens prestadas a minha filha, como não se sentir emocionado? Mas ao mesmo tempo senti-me naquele momento devastado por dentro como se

¹⁰ Jornal *A Notícia* de 10 de março de 1897.

¹¹ Jornal *A Notícia* de 12 de março de 1897.

¹² Jornal *A Notícia* de 17 de março de 1897.

¹³ *Op. cit.*

um pedaço do meu coração ainda pulsando fosse tirado para fora do meu corpo. Lembro-me que na minha residência na Rua de Pacatuba as pessoas amontoavam-se para prestar condolências, muitos puderam ver o seu caixão “revestido de um azul, um doce azul que lembrava bem um pedaço tranquilo do céu”¹⁴, pois assim o quis, pois assim desejei que minha filha fosse velada em um féretro que remetesse a sua última morada.

O enterro foi realizado às 4:00 horas da tarde, momento em que o sol brando refletia uma auréola sob seu féretro que ia acompanhado por centenas de pessoas que por compaixão se fizeram presentes neste momento de dor, dentre eles amigos, colegas, correligionários políticos, o senhor Presidente do Estado Martinho César da Silveira Garcez¹⁵, o chefe de polícia, o diretor do Diário Oficial, inspetor do tesouro, empregados da secretaria do governo e diversos representantes dos jornais *A Notícia* e do *Diário*¹⁶ que prestaram cobertura em toda cerimônia fúnebre, estampando em suas páginas nos dias posteriores informações sobre este momento de tanta dor.

Mesmo após o seu sepultamento não cessaram as demonstrações de pesar advindas de diversas regiões do estado e do país através de telegramas, os quais constam também publicados no jornal *A Notícia* dos dias 18, 19, 20, 22, 24, 26, 27, 29, 30 e 31 de março e nos dias 2 e 13 de abril. No entanto, buscando agradecer todo o sentimento de pesar vindos dos mais variados locais e pessoas, enviei uma carta ao jornal *A Notícia* de 24 de março de 1897, a qual se segue:

São passados oito dias que faleceu a minha querida filhinha, e parece que ainda a sinto, como d’antes, com o mesmo frescor de sua florescente mocidade, bela e encantadora, á extrair-me nos arroubos de uma alegria comunicativa e boa; singela cândida e pura, como a natureza adotara, e eu me esforçava por conservar-lhe o juvenil espírito.

Oito dias, e já dilacera-me o coração a dor lancinante de uma saudade que não finda, que não pode findar, porque ela era para mim a minha única crença, o ideal de uma religião, cujos os efeitos puríssimos só eu podia e sabia avaliar.

Mas ela morreu, a minha inocente Zulnara, apesar de todos os esforços que empreguei com os de minha família para poupar-lhe a vida, vida preciosa, preciosíssima, pois era ela o encanto do meu lar modesto e estímulo das minhas aponcadas ambições.

Este desafogo de uma dor profunda, que não encontra lenitivo, e que nem todos sabem avaliar, é muito necessário para quem como eu, tem necessidade de chorar e vê secarem-se-lhe as lágrimas, adivinhando que na estreiteza de seu tumulo estão encerradas as esperanças de melhores dias na minha vida, e tendo ciúme e tendo inveja daqueles que podem, ébrios de

¹⁴ Jornal *A Notícia* de 18 de março de 1897.

¹⁵ <http://www.palacioolimpiocampos.se.gov.br/galeria-de-governadores>, acesso em 16 de março de 2014

¹⁶ Jornal *A Notícia* 18 de março de 1897.

puros afetos e de castos amores, abraçar o corpo querido da filhinha que adoram, á palpitar de vida e de mocidade.

Vem a pelo confessar-vos, e o faço com desvanecimento, que no meio de meus atrozes sofrimentos, cuja extensão se não mede, foi-me agradável ver e sentir que em cada coração dos habitantes desta cidade, em cujo seio vivo ha mais de 30 anos, ecoou sentidamente a noticia do meu infortúnio que todos os meus amigos procuraram mitigar, como poderam.

Passado, pois, o momento terrível, e doloroso, momento, só me resta tornar publico mesmo, o meu sincero e eterno reconhecimento a todos quanto nesta cidade e na de S. Cristovão levaram-me as expressões de sua amizade e prestaram-me serviços, que se não esquecem.

Não declino nomes, não posso declina-los, tantos foram os que me acompanharam de perto e de longe na via dolorosa do meu infortúnio, amigos que sabem pesar o valor de uma desgraça como a que, para sempre, enluta-me a alma e o coração.

Queiram, pois, ilustres confrades, dar publicidade a estas linhas, onde se acham vazadas sem preocupações literárias, mas inequivocamente, singelamente, as agonias do meu espírito, de par com as expressões de minha gratidão, da qual sois um dos maiores credores.

Porém, três dias depois da publicação desta carta, chega-me um telegrama enviado pela minha comadre Maria da Pureza de O. Valadão que não pode comparecer as cerimônias pela morte de minha filha, a mesma, em poucas palavras foi capaz de provocar neste coração um turbilhão de emoções que culminaram em lagrimas de dor pela perda da minha filha, segundo ela:

Não me sendo possível ir pessoalmente manifestar-lhe os meus sentimentos pela morte prematura de sua dileta filha, venho, ainda que tardiamente, cumprir esse dever de amizade, lamentando que, ainda no verdor dos anos, a morte, sempre implacável e cega tivesse roubado ás suas caricias aquela que era um anjo de candura e um tipo de todas as virtudes domesticas.

Foi uma fatalidade o golpe que o feriu; mas na luta pela vida é preciso ter coragem para resistir aos embates do infortúnio.

Consolo-se, pois, si é que pode haver consolação para o coração de um pai, que vê sumir-se na gelidez do túmulo a sua única filha, centro convergente de todas as suas esperanças.¹⁷

Fico em prantos pela morte prematura da minha filha Zulnara que rompeu o liame da vida quando ainda tinha muito para viver. Resta-me, o consolo dos meus entes e amigos, pois “Bem felizes os que podem chorar, bem felizes os que têm mortos, bem felizes os que têm túmulos para cobrir de flores...”¹⁸.

Novamente o anjo da morte fez prosternar um ente de minha família, desta vez, Ananias de Azevedo, meu cunhado, casado com minha irmã Eudoxia da Motta Azevedo

¹⁷ Jornal A Notícia de 27 de março de 1897.

¹⁸ Jornal A Notícia S/M de 1897.

tombou perante a morte em 29 de junho de 1903. Em vida foi diretor da Biblioteca Pública, Secretário Geral no governo de Martinho Garcez e deputado estadual entre os anos de 1898-1899, um homem que desde cedo se manteve na vida pública do estado de Sergipe. Segundo o jornal *O Estado de Sergipe* “foi levado pela fatalidade a desaparecer desta vida, deixando fundas e immoredoiras saudades aos que o conheceram, prestativo e generoso, mesmo nos momentos mais difíceis de sua existência.”¹⁹ Velado no túmulo de minha doce Zulnara, sua família não deixou de agradecer “a todos aqueles que acompanharam o malogrado extinto até sua derradeira morada, e a todos, enfim que foram-lhes levar as expressões dos seus sentimentos durante as horas angustiosas que se seguiram ao lúgubre acontecimento”²⁰, conforme reproduziu o já referido periódico.

Pensando que os domínios de Hades não mais iriam levar alguém do meu seio familiar, fui surpreendido alguns anos depois pelo fim da vida da minha esposa Dejanira de Araujo Motta, fazendo-me prostrar novamente diante da face da morte com sua foice prateada, assim, ainda com o coração ferido pelas perdas ocorridas busquei me fortalecer enquanto homem, enquanto um pai que perde uma filha e um esposo que vê seu porto seguro sumir no mar obscuro.

Com o passar dos anos aumentei a minha participação na imprensa sergipana, ora redigindo artigos, ora como revisor de provas, mas foram nos jornais *Jornal de Sergipe* e *Eco Liberal* que marcaram minha entrada neste campo. Porém, em 1911, lancei o periódico *Diario da Manhã – jornal para todos*, sendo que nele destinei um espaço para tratar da necrologia, intitulado *Fallecimentos* no qual tratava de divulgar os óbitos que ocorriam em Sergipe, mas, sobretudo em Aracaju.²¹

Foi neste espaço, que no dia 25 de maio, em um sábado, de 1912, fiz circular a notícia do passamento da mãe de minha falecida esposa, a senhora D. Maria Saturnina de G. Fontes, que deixou neste mundo “dez netos e dois bisnetos”²², seu enterro foi realizado no dia 24 de maio às 4:00 horas da tarde, tendo o féretro seguido para o cemitério Santa Isabel em um bonde da “Carris Urbanos” acompanhado por mais 7.²³

Com pouco mais de dois anos de fundado, o meu jornal teve a função de tornar pública a morte de seu primeiro redator, Gumersindo Bessa, em 26 de agosto de 1913, naquela ocasião, lembro que:

¹⁹ Jornal *O Estado de Sergipe* de 02 de julho de 1903.

²⁰ *Op. cit.*

²¹ Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano, pp. 66-67. Disponível em:

<http://www.unit.br/memorial/arquivos/dicarmindo.pdf>

²² Jornal *Diario da Manhã* de 25 de março de 1912.

²³ *Ibid.*

A notícia desse acontecimento inoportuno e lutuoso, não terá havido, por certo, quem se não revoltasse contra a eterna e imutável lei da vida, inclementemente niveladora, estranha á toda seleção, ferindo cegamente, ceifando sem piedade, o joio e o trigo, a flor e o cavalo.²⁴

Assim, dentre as muitas batalhas enfrentadas em sua vida, sejam elas no campo do direito ou na tribuna enquanto parlamentar infelizmente fora vencido pelo “fenômeno fatal da morte, que inconsciente como todos os fenômenos, não sabe respeitar grandezas, nem distinguir pessoas.”²⁵ Portanto, escrever a notícia do passamento de um amigo não foi fácil, com as mãos trêmulas não pude me conformar com a “iniquidade do Destino que rouba á Pátria e ao lar um vulto da eminência moral de Gumersindo Bessa.”²⁶

“O enterro do dr. Gumersindo foi um acontecimento bem poucas vezes visto nesta capital”²⁷, foi grande o número de pessoas de diferentes esferas sociais que compareceram a residência do finado para prestar condolências aos familiares do ilustre. Por volta das 05:00 horas da tarde o cortejo fúnebre saiu em direção a catedral desta cidade, o caixão – bastante disputado por amigos, familiares e estranhos – foi conduzido pelas mãos daqueles que admiravam a pessoa que foi em vida Gumersindo Bessa, porém, antes de chegar a igreja matriz para missa de corpo presente, foi realizada uma parada aos pés da estátua de Fausto Cardoso, atendo assim um pedido de Bessa feito aos seus amigos. Após o discurso do professor do colégio Atheneu Sergipense Manoel de Oliveira, o cortejo seguiu enfim para catedral metropolitana onde foi realizada a encomendação do corpo.

O caixão posto em um bonde coberto de crepe foi seguido por mais 10 que rumaram ao cemitério de Santa Isabel, em seu trajeto, não foi difícil reparar a comoção da sociedade aracajuana que em prantos lotou ruas e praças para ver desfilar o préstito fúnebre de Gumersindo. Mesmo tendo circulado na imprensa sergipana informações sobre o falecimento deste homem, não foi preciso convites para o seu enterramento, isso se deu de forma espontânea. Na necrópole “uma multidão compacta de homens, mulheres e crianças ali aguardava a chegada do grande morto.”²⁸

Bastante disputado, todos desejavam chegar perto do túmulo cavado no solo para receber os despojos mortais do irrefutável jurisconsulto, no momento em que o corpo chegava perto do local destinado a sua morada eterna, “fez-se profundo silêncio, e de ligeira iminência

²⁴ Jornal *Diário da Manhã* de 26 de agosto de 1913.

²⁵ *Ibid.*

²⁶ *Ibid.*

²⁷ Jornal *Diário da Manhã* de 26 de agosto de 1913.

²⁸ *Ibid.*

falou á comovida massa popular numa oração belíssima, dita com alma e coração.”²⁹
Prestando uma última homenagem ao seu mestre e amigo, o Dr. João Antônio Ferreira, mesmo com a saúde debilitada proferiu algumas palavras, dentre as quais, seleciono agora aquelas que me comoveram bastante:

Não, senhores, ele não morreu, não morreu nele o que era de essência divina; os seus restos materiais aí ficam, mas o seu nobre e grande espírito, cumprida aqui a sua missão, foi habitar esferas mais luminosas e mais felizes. Seus despojos materiais voltam para a terra desorganizados, mas a sua imagem não se apagará de nossa memória; aí permanecerá imorredoura a lembrança de sua grande individualidade intelectual e moral; aí permanecerão os seus ensinamentos, as suas ideias, a sua obra eficaz e a influência benéfica que exerceu sobre o meio em que viveu.³⁰

Naquela ocasião, o general Siqueira de Menezes, governador do estado, deliberou para que todo o enterro fosse custeado pelo governo, porém, seus amigos e admiradores angariaram fundos para construção de um mausoléu condizente com “o grande espírito e largo coração que em vida chamou-se Gumercindo Bessa.”³¹

Tais mortes aqui descritas por mim mostram o quão cruel é a fase finda da vida. Não que tivesse o desejo de que estas pessoas vivessem eternamente, mas que pudessem ficar um pouco mais entre nós, no seio da sua família, no âmbito dos seus amigos. Mas enfim, o anjo vestido de negro a que chamamos de morte com sua ceifa prateada inescrupulosamente teve que tirá-los da vida terrena, porém, espero que o destino deles tenha sido o céu, livrando-os do inferno e do purgatório, dando para suas almas o sossego eterno ao lado do nosso senhor.

Todo o texto descrito acima poderia ser uma narração sob a ótica de Apulchro Motta que viveu entre os anos de 1857 a 1924, quando falece no dia 25 de fevereiro na primeira hora deste dia, mas não o é. Portanto, para compor este panorama em torno de algumas mortes foram utilizados jornais circulantes na capital no referido período, como também alguns escritos do nosso personagem, assim, por mais fictício que se pareça, foi um homem dedicado ao serviço público, ocupando os cargos de: 2º escriturário da Alfândega de Aracaju, tesoureiro interino e inspetor; 1ª escriturário da Tesouraria Geral, procurador Geral; por três vezes foi secretário geral do Estado; deputado no último ano da legislatura de 1898-1899 quando assumiu a Presidência da Assembleia entre agosto a outubro do último ano de seu mandato e fora Vice-Presidente do Estado eleito para o triênio de 1900-1902. (GUARANÁ, 1925, pp.66-67)

²⁹ *Ibid.*

³⁰ *Ibid.*

³¹ Jornal *Diario da Manhã* de 06 de setembro de 1913.

Nosso personagem inserido num contexto onde a morte causava os sentimentos de dor, sofrimento e saudade, acima de tudo sentia a incapacidade de sobrepujar o anjo negro responsável por ceifar as vidas daqueles que estavam ligados a ele. Assim, buscou criar diferentes representações para compreender a fase finda da vida, acabando por delinear o que Chartier classifica como uma “teatralização da vida social” (2002, p.21), compreendida aqui como teatralização da morte, objeto do terceiro capítulo deste trabalho.

Para ele, a dor maior foi ter visto sua filha Zulnara morrer quando ainda poderia viver e fazer mais neste mundo. Ora, encarar a fase finda da vida não era tarefa fácil no seio daquela sociedade, pois, cercada de incertezas, a morte delineava um quadro introspectivo para Apulchro Motta que buscou através das palavras expor toda a tristeza inerente a sua maneira de pensar e agir diante de tal premissa.

Todavia, Gumercindo Bessa³² nos legou um olhar acerca da morte entre os anos de 1903 a 1913, quando por meio do *Almanach Hachette*³³ tomou nota de algumas mortes ocorridas nesta época.

Metódico, em 10 anos de anotações em seus almanaques, Bessa descrevia desde suas impressões sobre o clima da capital a lembretes de causas que estavam sob sua tutela, seu estado de saúde, não esquecendo de escrever sobre a vida de seus filhos – aniversários, gastos, viagens, estudos e etc. Contudo, o fim da vida sempre esteve presente em seus apontamentos, registrando informações que iam desde a morte ao aniversário de morte de familiares, amigos e pessoas da qual admirava.

Assim, este sergipano nascido no município de Estância no dia 02 de janeiro de 1859, procurou traçar suas impressões em torno da morte ao eleger alguns nomes para compor o seu diário, como o Papa Leão XIII, falecido no dia 20/07/1903 em Roma, sendo a mesma data relembrada em 1904, quando escreveu: “primeiro aniversario da morte de Leão 13”³⁴, outra figura lembrada foi o filósofo inglês Hebert Spencer o qual findou em 08/12/1903, sendo o aniversário de 1 ano de sua morte lembrado e anotado por Gumercindo. Ainda, no âmbito internacional, fez questão de anotar em 22/05/1911: “1885 – Morreu Victor Hugo em Paris”,

³² Nascido no município de Estância, em Sergipe, no dia 02 de janeiro de 1859. Adentra para Faculdade do Direito do Recife colando grau em 02 de outubro de 1885 em Ciências Jurídicas e Sociais. Terminando o tirocínio acadêmico, ocupou diferentes cargos em Sergipe, quais são: Promotor Público da Comarca de São Cristovão, Juiz de Casamentos, Desembargador e Presidente do Tribunal de Apelação do Estado, Chefe de Polícia, Deputado Provincial no final do antigo regime, Deputado na primeira constituinte deste estado e eleito Deputado Federal em 1909, quando tece armas com Ruy Barbosa pela questão do Acre

³³ Almanaque lançado na França em 1894 funcionava como uma enciclopédia popular, subdividido em: curiosidade científica, atualidades de cunho político e econômico, dicas sociais, enciclopédia e espaço para anotações diárias.

³⁴ Almanach Hachette – 1903.

demonstrando sua sensibilidade ao universo das letras ao rememorar o aniversário deste escritor.

Não obstante, alguns ícones nacionais do seu tempo foram recordados, como Antônio Ferreira Viana, falecido em 10/09/1903, sendo descrito por Bessa como: “grande parlamentar e jurisconsulto”³⁵. Já em 01/04/1906 escreveu:

Falleceu hoje no rio, o Barão de Penedo (Francisco Ignacio de Carvalho Moreira) que completava 90 anos no dia 26 de setembro do ano passado, dia que faleceu Antonio Daltro.
Foi um Grande Homem
Collaborou na feitura e deu a redacção final do dec. Nº 73 de 1850.³⁶

Outra morte anotada foi a do Conselheiro Domingos de Andrade Figueira, em 14/08/1910: “Falleceu repentinamente no Rio o conselheiro Domingos de Andrade Figueira, nascido em 06 de outubro de 1833. Deixou 11 filhos, 44 netos, 04 bisnetos.

Foi um grande caráter.”

A inserção dos nomes de Antônio Ferreira Viana³⁷, Francisco Ignacio de Carvalho Moreira³⁸ e Domingos de Andrade Figueira³⁹ não foram meramente aleatórias, estes tiveram um papel de destaque no campo jurídico do país, mas, sobretudo na política. Portanto, provavelmente Gumercindo Bessa tenha se esmerado neles para compor sua trajetória jurídica, ou simplesmente manteve contato com eles em vida.

No que diz respeito à família, Bessa tratou de relembrar o 8º aniversário de morte da sua primeira esposa, o qual ocorreu em 25/11/1904, novamente, três anos depois, torna a lembrar da morte dela, anotando: “11º aniversario da morte de Tonica”⁴⁰. No dia posterior ao natal de 1905, seu cunhado Antônio Daltro falece, sendo assim, escreveu: “Falleceu as 3 horas da tarde, meu cunhado Antonio Daltro”⁴¹. Enfim, em 28/05/1908 toma nota acerca da morte da sua tia D. Maria Freitas na cidade de Estância.

Por mais singelo que pareça, o ato de escrever a data da morte ou do aniversário de falecimento denota uma profícua preocupação em não deixar cair no esquecimento o

³⁵ *Ibid.*

³⁶ Almanach Hachette – 1906.

³⁷ Segundo a Academia Pelotense de Letras: foi jurisconsulto, jornalista e ministro da Justiça e do Império. Foi também o responsável pelo texto da Lei Áurea.

³⁸ Segundo o Instituto dos Advogados Brasileiros: doutorou-se em direito em Oxford, foi diplomata em Washington e Londres.

³⁹ Segundo o *site* da Câmara dos Deputados: doutorou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo, colaborou na discussão do Código Civil, jurisconsulto, deputado de 1869-1889 e Conselheiro do Estado em 1888.

⁴⁰ Almanach Hachette – 1907.

⁴¹ Almanach Hachette – 1905.

momento findo daqueles que de alguma maneira marcaram a trajetória de sua vida. Não sabemos a intenção do nosso autor ao registrar falecimentos e aniversários de morte em suas anotações, porém, deixou-nos uma visão pessoal da separação entre a alma e o corpo, deixando transparecer a importância da memória neste processo, pois para ele o ato de escrever seria uma forma de representar e prestar homenagem para aqueles que se foram.

Enfim, a preocupação de deixar marcada a data da morte de diferentes pessoas de localidades distintas, mas principalmente o ato de lembrar os mortos na sua data finda, fez com que Gumersindo Bessa criasse sua maneira peculiar de rememorar aqueles que se foram ao tempo que buscou prestar solitariamente sua homenagem daqueles que padeceram em temporalidades diferentes ao registrá-los em suas anotações. Porém, em 24 de agosto de 1913, uma anotação feita por outra pessoa põe fim a esta prática assídua do nosso personagem com a seguinte informação: “Morte de Gumersindo Bessa. Faleceu as 3 horas da manhã no engenho ‘Mucury’. Foi um grande juriconsulto, carater histórico pobre e puro”.

2.2 – Faleceu nesta cidade... A imprensa notícia a morte dos seus cidadãos.

Como principal veículo de comunicação em uma sociedade que só conheceu as primeiras experiências radiofônicas em meados da década de 20 do século passado, os jornais eram responsáveis por transpor as distâncias e levar aos seus leitores as notícias ocorridas no Brasil e no mundo. Em Aracaju circulavam entre os anos de 1889 a 1930 aproximadamente 15 jornais, sendo que alguns eram impressos para serem comercializados no período da tarde. Competia a estes periódicos reproduzir as notícias mais importantes ocorridas no país, de levar informações sobre a política e economia do estado, mas também era destinado um espaço para a publicação de obras literárias como os romances *Crime e Castigo*⁴² e *A Intrusa*⁴³ em forma de folhetim. Contudo, as colunas sociais divulgavam o embarque e desembarque de figuras eminentes ao porto, além de parabenizar enlaces matrimoniais, aniversários e de fazer alusão a outros fatos ocorridos, porém, o número frequente de notas necrológicas neste espaço nos mostra uma preocupação em publicizar a morte dos seus leitores para que os enterros não fossem cerimônias restritas a poucas pessoas, em alguns casos atravessavam o limite de simples divulgadores para narrarem no dia posterior como se deu o enterramento, elucidando, em alguns casos, a quantidade de participantes, detalhes do

⁴² Jornal *Diário da Manhã*, 04 de março de 1911.

⁴³ Jornal *Diário da Manhã*, 07 de maio de 1912.

caixão e da mortalha, a participação da banda da polícia militar e as nuances ocorridas no trajeto do corpo.

Verdadeiros relatos do cotidiano de outras épocas, os jornais ao abrirem espaço nas suas páginas para as notas necrológicas que seguiam uma estrutura editorial muito semelhante, cumpriam o papel de delinear a data do falecimento, o nome do morto, seus laços familiares e o local de onde sairia o féretro, conforme podemos observar na nota de falecimento do Sr. Antonio Pinto de Oliveira:

Hontem por 10 horas da manhã, depois de longos 5 annos de mortificante enfermidade, deixou de existir para o mundo o estimado e conceituado cidadão o sr. Antonio Pinto de Oliveira.

A única filha que teve do seu consorcio, d. Helena Pinto Pessôa, desposou-a o digno moço sr. Germiniano Pessôa.

A sua inconsolavel viuavá e parentes, especialmente áquelles, filha e genro, e a sua irmã a exma. esposa do tenente coronel José Calasan e Silva, os nossos sentimentos.

O enterro sahirá da casa onde residia o morto, á rua do Gerú, para o cemiterio S. Isabel, depois de cumprida as cerimoniaes religiosas, ás 7 horas da manhã.

O corpo será conduzido em bond da “Carris Urbanos”.⁴⁴

Outro exemplo que serve para ilustrar as semelhanças editoriais nas notas entre os periódicos é o falecimento de Deoclecio Mesquita Ludovice:

Após algum tempo de acerbo soffrimento, falleceu, ás primeiras horas de hontem, nesta capital, á rua de São Cristovam, o estimado moço Deoclecio Mesquita Ludovice, funcionario da Commissão de Estudos e obras do Porto de Aracaju.

O seu enterramento teve logar ás 16 horas no cemiterio Santa Izabel com enorme acompanhamento, em cujo numero viam-se todos os seus collegas de repartição e pessoas de destaque social.

Aos que lhe ficaram pranteando a perda irreparavel, enviamos sinceras condolencias.⁴⁵

Embora, buscassem dar publicidade a morte de homens e mulheres, adultos e crianças de classes sociais distintas que eram em sua grande maioria sepultados no cemitério Santa Isabel, os jornais, em algumas exceções descreviam como se deu a cerimônia fúnebre ocorrida no dia anterior, o que de fato nos aproxima das diferentes práticas em torno da morte utilizadas e representadas por aquela sociedade.

Acompanhado por um bando de virgens, e crescido numero de cavalheiros, seguiu hontem á tarde, momentos antes do pôr do sol, para o cemitério Santa Isabel o cadaver da graciosa Flavia Maia, aos vinte annos de idade, quando

⁴⁴ Jornal *Diário da Manhã*, 04 de março de 1911.

⁴⁵ Jornal *Correio de Aracaju*, 20 de junho de 1930.

affagava no seu coração de noiva feliz a ventura de, em breve, receber perante Deus e os homens o escolhido da sua alma.

Em alguns casos as descrições desses acontecimentos acabavam representando o sentimento de pesar, não somente do impresso, mas, sobretudo, da sociedade que comparecia a estes atos de despedida, dessa forma, ao parafrasear Hertz, o historiador italiano Carlo Ginzburg aponta que:

Toda morte, é um acontecimento traumático para a comunidade, uma verdadeira crise, que pode ser dominada mediante adoção de ritos que transformam o acontecimento biológico num processo social, controlando a passagem do cadáver putrescente (objeto instável e ameaçador por excelência) a esqueleto (GINZBURG, 2001, p.88).

Dentro desta perspectiva, podemos utilizar a morte de Felix Pereira de Azevedo para elucidar a premissa de que a morte é um “acontecimento traumático para a comunidade”, sendo assim, capaz de mobilizar um quantitativo considerável de pessoas que levaram o féretro em bondes da *Carris Urbanos* rumo ao principal campo santo da capital – cemitério Santa Isabel –, por ora, segundo a mesma nota, informa que:

Em signal de pesar, logo pela manhã, diversas casas commerciaes cerraram as portas, e, á aproximação da hora do enterramento, todo o commercio fechou por iniciativa dos presidentes da Associação e da Junta Commerciaes.⁴⁶

Assim sendo, o respeito destinado ao prestito fúnebre deste cidadão foi bastante representativo por se tratar de um importante “negociante”, por isso, inúmeros comerciantes baixaram as portas dos seus estabelecimentos em uma atitude que nos aponta o prestígio de determinados enterros para a sociedade. Portanto, buscando homenagear Felix Azevedo, diversas grinaldas foram enviadas por funcionários da fábrica têxtil Confiança, casas comerciais – Sezinando Almeida e C., Chaves e C., Casa João Rynaldo, Casa Costa Pereira e C. – e amigos, mostrando consideração, ao tempo que os diferentes estratos sociais coadunavam em torno da morte de uma figura eminente se fazendo presente de varias maneiras na cerimônia de trespasse do morto para outra forma de vida.

O espaço destinado ao morrer nos jornais transpassava a simples premissa de noticiar a morte dos cidadãos através das necrologias. Estes impressos procuravam usufruir da melhor maneira possível o interesse que seus leitores tinham em saber do fim da existência de alguns

⁴⁶ Jornal *Diário da Manhã*, 18 de julho de 1916.

habitantes da Aracaju na República Velha, portanto, buscando angariar fundos, cediam espaço em sua estrutura para que artistas fúnebres pudessem divulgar seu trabalho, como o fez:

Tertuliano Costa, ex-artista da casa Avenida Central, declara aos seus amigos e demais pessoas que tendo se retirado do mesmo estabelecimento, deseja, continuar com o mesmo ramo de trabalho, como seja: funeraes de 1^a, 2^a e 3^a classes, com ornatos de bellos effeitos; prepara com perfeição quadros, pedras marmore para moveis, carneiros e sepulturas em baixo e alto relevo.⁴⁷

Mas foi o comércio de coroas mortuárias que mais se destacou neste espaço, nele, a loja O Prato Chinez expunha com bastante ensejo a propaganda destas peças, alegando que “tem actualmente um sortimento desde as mais modestas ás mais luxuosas, isto é, desde 12\$000 a 150\$000!”⁴⁸, não muito distante disso, Adolpho Santiago anunciava a venda de: “coroas mortuarias, frontões para caixões, grinaldas para noivas e anjos, flores de cera para noivas, ramos e grinaldas para anjos e virgens, ornamentação e flores de biscuit, metal e panno para igreja e salas de visitas”⁴⁹, elucidando uma atividade promissora em torno do momento findo.

Os diferentes aspectos da morte na imprensa sergipana apresentados até o presente momento mostram que o findar da vida tornou-se pauta frequente dos jornais circulantes em Aracaju. Tais impressos procuravam atribuir significação a morte numa tentativa de estreitar os laços entre os vivos e os mortos, onde os primeiros se viam na obrigação social de participarem das diferentes cerimônias fúnebres realizadas para os segundos por dois motivos: primeiro para garantir que o transpasse de uma forma de vida para outra se dê acompanhado por uma leva de pessoas conhecidas ou não, o que acabava causando aconchego aos familiares do corpo inanimado, mas, especialmente para não torná-la um “acontecimento social” restrito a poucas pessoas. Portanto, vista como um fato de relevância social, a população desejava se fazer presente para prestarem homenagens e condolências, no entanto, participar de funerais importantes era uma forma de interação da comunidade, na qual, contatos políticos e comerciais poderiam ser firmados, eram espaços no qual se poderia mostrar eloquência nos discursos proferidos à beira do túmulo, algumas mulheres vislumbravam o momento de desfilar os vestidos da moda, os jovens aproveitavam-se do ocorrido para cortejarem suas paqueras e os mais pobres viam esta circunstância como uma

⁴⁷ Jornal *Diário da Manhã*, 23 de dezembro de 1913.

⁴⁸ Jornal *Diário da Manhã*, 13 de abril de 1915.

⁴⁹ Jornal *Diário da Manhã*, 14 de julho de 1915.

oportunidade de igualdade entre as classes, premissa errônea, pois os sete palmos de terra não nivelam socialmente, conforme veremos mais adiante.

Logo, o segundo motivo, nos faz crer que “deseja-se transformar a morte, maquiá-la, sublimá-la, mas não se quer fazê-la desaparecer” (ARIÈS, 2012, p. 95), desse modo, o convívio recorrente com a morte em decorrência das constantes epidemias neste período foi capaz de alterar a forma com que homens e mulheres se comportavam diante dela, na verdade o medo existente não era o de morrer, mas sim da incerteza de outra vida, “porque é impossível conservar o equilíbrio interno afrontando por muito tempo uma angústia incerta, infinita e indefinível, é necessário ao homem transformá-la e fragmentá-la em medos precisos de alguma coisa ou alguém” (DELUMEAU, 2009, p.35), dessa maneira, algumas percepções do morrer e da morte foram concebidas pelos jornais e pelos cidadãos numa forma de burlar as incertezas em torno do que há no pós-morte.

2.3 – Percepções sobre o morrer e a morte nas páginas dos jornais.

As percepções sobre a morte podem ser entendidas como representações, impressões e práticas que dada sociedade construía para compreender o universo simbólico trazido pelo momento findo da vida. Assim, homens e mulheres buscavam diferentes maneiras para enfrentar o fim da existência dos seus entes, portanto, Antonio Motta aponta que:

[...] mais importante é se levar em consideração as formas, as atitudes e significados que os vivos costumam exprimir em relação aos mortos, atribuindo um sentido particular à sua falta. Trata-se, pois, de elementos reveladores do comportamento humano, importantes marcadores sócio-culturais que podem ajudar a entender diferentes lógicas que regulam as ações e os significados que cada indivíduo estabelece com o seu próprio grupo e com o corpo social mais amplo. (MOTTA, 2008, p. 27)

Dentro desta perspectiva, percebe-se que as diferentes percepções criadas e reproduzidas pela sociedade aracajuana da primeira república em torno da morte permeiam a subjetividade humana, ou seja, as incertezas, o medo e a insegurança são características intrínsecas no seio de um grupo social que precisa encarar o julgo do anjo da morte. Não obstante, observa-se que esta capacidade de compreensão não é neutra, pois são reprodutoras de discursos que buscam inferir estratégias e práticas nos diferentes ritos fúnebres. Entretanto, segundo Chartier, “as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam” (2002, p.17), delineando um quadro dicotômico onde se busca a

partir de palavras, símbolos e ritos representar a ausência de alguém ou os interesses de uma determinada camada social ou indivíduo.

Contudo, a compreensão que temos sobre percepções provoca um debate se a representação está ou não inserida nela, deste modo, percebe-se que a percepção é capaz de levar o homem a criar representações intelectuais, impressões referentes ao convívio social, mas, sobretudo sensações referentes aos sentimentos inerentes ao cessar da vida humana. Não obstante, entende-se que a representação concerne à visão que determinado conjunto de pessoas criou para entender o mundo em sua volta, porém, não se pode descartar que o campo de atuação das representações age fora da consciência humana. Por conseguinte, pode-se deduzir no âmbito do morrer e da morte que todas as percepções impressas nos jornais circulantes em Aracaju entre os anos de 1889 a 1930 apontam uma construção sociocultural sobre a forma e maneira com que a morte atua no seio da sociedade aracajuana do período analisado.

Nestas publicações circulantes em sua grande maioria diariamente pela capital, homens e mulheres (em um número reduzido) procuravam acalantar o coração abalado pela perda de um parente ou amigo, buscando nas palavras um subterfúgio para compreender o momento derradeiro inexorável a todos. Deste modo, não somente desejavam entender, mas acabavam criando representações que eram impressas nas páginas destes periódicos.

As representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (CHARTIER, 2002, p.17)

Os anos que marcaram a Primeira República em Sergipe, condizem com a época áurea da imprensa sergipana, ao todo, segundo Ibarê Dantas, foram 150 títulos impressos neste período em todo estado, “muitos não passavam de pequenas publicações de vida curta, mas, em nenhum outro momento, encontramos notícias de tantos órgãos” (2004, p.61). Todavia, as necrologias se tornaram corriqueiras, pois tratavam de publicizar a morte de homens e mulheres, adultos e crianças que compunham a sociedade aracajuana, assim sendo, foram analisados os jornais *A Notícia*, *A Cruzada*, *Diário da Manhã* e *Correio de Aracaju* perfazendo um total de 141 impressos.

As notas necrológicas e os demais gêneros literários – crônicas, poemas, poesias, contos e artigos – presentes nos jornais foram responsáveis pela criação e reprodução de algumas percepções em torno do morrer e da morte, além de expor as práticas utilizadas para lhe dar

com o momento em que a alma se desprende do corpo físico. Por isso, Nobert Elias enxerga que as “ideias da morte e os rituais correspondentes tornam-se um aspecto de socialização” (2001, p.12), sendo assim, observa-se que as percepções que outrora eram individuais tornaram-se coletivas, evidenciando uma partilha das representações.

Seguindo as ideias higienistas que surgiram entre os séculos XVIII e XIX na Europa, em especial na França, o jornal *A Notícia* de 23 de janeiro de 1897 tratou de divulgar uma nova prática utilizada nos rituais fúnebres, a cremação de cadáveres, segundo esta publicação:

O jornal francez *L'Eclair*, depois de citar como partidarios da cremação dos cadaveres Zoroastro e Séneca, diz que o novo costume não pode permanecer por muito tempo, pois que no ano passado só se queimaram 187 cadaveres, e desde que se concluiu o forno 25.136, que sem embargo é aplicado em maior escala aos cadaveres procedentes dos hospitaes, que ainda assim não logra vencer o novo costume a resistencia que lhe oppõe os sagrados ritos da Egreja Catholica.

A inserção deste tipo de notícia na primeira página do jornal atesta uma preocupação da imprensa sergipana com as novas práticas fúnebres que surgiam pelo velho mundo, ao tempo que chamava o leitor para atentar que a prática de cremar os mortos não havia sido bem aceita lá, país berço das principais ideias higienistas no que tange aos enterramentos. Por fim, a matéria aponta uma supremacia dos costumes fúnebres exercidos pela igreja católica, tendo em vista que a incineração acabaria com o culto aos mortos que acontecia nos cemitérios, além de romper com o dogma de que após o julgamento final todos ressuscitarão.

Foram nas palavras que muitos procuraram desenvolver e compartilhar suas impressões sobre o morrer e a morte, assim, o fez Coelho Netto⁵⁰, ao publicar a crônica *O meu tumulo*, no jornal *A Noticia* de 08 de fevereiro de 1897. Constantemente o autor faz analogias à cultura egípcia ao dizer que seu túmulo deverá ser semelhante a uma pirâmide: “tão alto como as pyramides”, faz menções a Ísis, divindade intimamente ligada à morte, pois seria ela a mãe das quatro divindades que protegiam os vasos canopos, ainda, nesta seara, diz que: “irá para junto do meu corpo como symbolo da alma immortal, o escaravelho, que os egyptcios deixavam junto das múmias adormecidas”, pois este seria o responsável pela ressurreição, uma vez que seu papel mitológico seria o de movimentar o sol. Portanto, todas as referências à cultura egípcia mostram que Coelho Netto era um conhecedor desta civilização e, sobretudo, das práticas mortuárias desenvolvidas por eles.

⁵⁰ Provavelmente Coelho Netto se tratava de um pseudônimo utilizado por algum autor que não desejava revelar sua identidade.

Para ele, o túmulo seria o local da sua morada eterna com seu amor, conforme aponta: “e não chores a minha morte para que os teus olhos não fiquem esmorecidos, porque os quero vê-los claros, lúcidos, brilhantes, porque temos de os utilizar como alampadarios nessa treva silente do sepulchro”⁵¹, cabendo a mulher amada o papel de iluminar a escuridão silenciosa do túmulo quando morresse.

Enfim, deixa nitidamente clara a ideia de que não se deve ter medo dos túmulos, que estes devem servir não somente para os mortos, mas para os vivos, sendo também um local onde os pastores pudessem repousar com seus rebanhos, mas, especialmente um espaço onde as crianças fossem “brincar em torno do túmulo como as aves brincam em torno de um altar de igreja”⁵², procurando desconstruir a imagem sombria dos locais destinados aos mortos.

Em texto escrito para o jornal *A Notícia* de 06 de maio de 1897, Emilio Castelar fez questão de tratar a morte como um ato natural e necessário para a existência humana, para ele: “se não houvesse a morte, não havia a renovação, a natureza seria um lago imovel e miasmático, a humanidade uma velha impotente e preocupada”. Segundo Castelar, suprimir do ser humano a morte seria por um fim na fé e o mundo fatidicamente convertido “em vicioso harem”, ou seja, não existiria a preocupação em uma salvação da alma ao morrer, conseqüentemente, visto como imortais o ser humano cairia na banalização da vida terrena, além do que, para ele o sepulcro deveria ser considerado como um berço no qual se dormiria o sono eterno, pronto para acordar numa vida nova.

Não obstante, chama-nos a atenção no escrito de Emilio Castelar a visão de que a morte é o momento sublime da vida, por isso, criou uma percepção de que a morte é perfeita, digna de admiração, pois sem ela o viver perderia o significado. Finalmente encerra dizendo que:

Se tirássemos do rosto do obreiro o suor; das grandes causas o martírio, à obra artística a pena; do amor a tristeza; da vida a corôa de cyprestes, que se chama morte, não haveria a fé e muito menos virtude, esperança, poesia, beleza, moral, no mundo; porque todo o que é grande nasce da dor e cresce no sulco das lagrimas...⁵³

A deliberação que culminou com a transferência dos enterramentos do interior e ao redor das igrejas para os cemitérios acabou mudando todo o convívio entre vivos e mortos que se dava de forma harmoniosa e cotidiana dentro das igrejas nos diferentes ritos e celebrações que ocorriam. Entretanto, a criação de necrópoles reafirmou o culto aos mortos no dia 02 de

⁵¹ Jornal *A Notícia* de 08 de fevereiro de 1897.

⁵² *Ibid.*

⁵³ Jornal *A Notícia* de 06 de maio de 1897.

novembro – dia de finados –, afinal agora as visitas aos entes e amigos que se foram possuem um horário específico. Desse modo, o jornal do Coronel Apulchro Motta fez questão de em 01 de novembro de 1912 lembrar do culto aos mortos comemorado no dia seguinte, salientando que “ninguém que tenha um parente ou um amigo que daqui se foi, deixará de fazer uma visita ao azylo dos mortos, como uma recordação dos dias vividos na mais doce comunhão.”⁵⁴ Ora, a data destinada a celebração dos mortos proporcionou uma consciência de que todos os vivos deveriam rememorar os dias compartilhados com aqueles que se foram, tornando-se uma obrigação – reproduzida pela imprensa – de celebrar e respeitar a memória daqueles que morreram.

Em dezembro de 1913, o jornal *Diario da Manhã* publica uma nota intitulada *Um cemiterio com vistas á Municipalidade á Hygiene e á Policia*, no qual chama a atenção das diversas esferas sociais para a formação ilegal de um cemitério na rua de Itaporanga, tal local com pouco mais de 10 túmulos ficou conhecido como Alto do Cruzeiro.

Um verdadeiro perigo! Alli poder-se-ão sepultar o feto expellido por meios criminosos, a victima anonyma de um homicídio, de um suicidio mesmo, sem que as autoridades competentes tenham deles conhecimento.

Depois, as sepulturas alli são muito rasas, e bem pode acontecer que um cadaver descomposto seja facilmente desenterrado, o que será uma ameaça á saude publica.

Nós estamos pasando por uma phase de remodelação; Aracajú civilisa se. Por conseguinte, urge que o novo e illicito cemiterio desapareça.⁵⁵

Com a consciência de que um novo cemitério não poderia ser formado espontaneamente através de enterramentos em covas rasas, o periódico resolveu chamar a atenção das autoridades responsáveis para o risco que toda a sociedade corria com a ampliação desta prática ilegal. Portanto, experiências passadas sobre a formação de necrópoles pela cidade chamaram a atenção da imprensa que não desejava o retorno de espetáculo funesto de corpos mal enterrados e expostos numa capital que procurava se urbanizar e dirimir as epidemias que constantemente assolavam os seus habitantes, em traços gerais, para se ter uma cidade civilizada era preciso que os mortos fossem sepultados em um espaço específico e adequado para tal finalidade.

Já João Esteves⁵⁶, em 31 de outubro de 1915, publica no *Diario da Manhã: O dia dos finados*, texto que conclama toda a sociedade aracajuana a visitar no dia 02 de novembro os mortos, conforme segue:

⁵⁴ Jornal *Diario da Manhã* de 01 de novembro de 1912.

⁵⁵ Jornal *Diario da Manhã* de 06 de dezembro de 1913.

Interrompei as vossas alegrias, vós que ainda viveis é de confortantes
illusões salvadoras nutris a curta existencia enganosa.
Vinde chorar sobre a louça dos cemiterios, que todos nós temos a quem
chorar, porque a lagrima é commum imposto.
Depois de amanhã é o dia dos mortos.
Abri vossa alma ás dolorossas recordações, que ella rebenterá na flôr de um
coração magoado, no orvalho de um sentido pranto.

Esteves buscou através das palavras descrever como deveria ocorrer o pranto aos mortos, para este autor, era preciso que a felicidade fosse interrompida em respeito a memória dos mortos, o choro deveria ser recorrente nesta data, pois, o ato de deixar rolar as lágrimas pelo rosto seria um nobre gesto para demonstrar a dor da perda de um parente, amigo ou amor inesquecível. Inclusive aponta que “o soffrimento é uma grande escola de virtudes”⁵⁷, estabelecendo condutas coerentes para o dia de finados. Por fim, conclui o texto reafirmando: “vinde derramar a vossa lagrima sobre o tumulo dos que se foram”⁵⁸.

Novamente a preocupação com o dia destinado aos mortos figura nas páginas dos jornais sergipanos, desta vez, o *Correio de Aracaju* de 01 de novembro de 1929 traz uma matéria alertando a importância de se comemorar tal data. Escrito em seis parágrafos o texto elucida a pertinência de se cultuar os mortos, nele encontramos trechos que destacam a importância atribuída ao passado construído por aqueles que se foram desta vida: “passado brilhante”, “são espelhos crystalinos”, “são os mortos que constituem o passado” demonstrando a necessidade de se reverenciar aqueles que findaram, mas que, sobretudo, legaram ensinamentos aos seus. Não obstante, trata de recordar que “o culto aos mortos e’ um dos mais santos, porque a’ beira do tumulo, nos temos evidenciado que somos pó, e que em pó havemos de nos transformar”, apresentando uma visão santificada do culto aos mortos, mas não deixando de dar um tom simplório a morte ao resumir que em vida somos pó e que na morte retornaremos ao pó.

Analisar as percepções sobre o morrer e a morte em Aracaju no decorrer dos 41 anos que marcaram a República Velha pode parecer uma alternativa equivocada para os olhos atentos do leitor, afinal, será que toda sociedade em suas mais diversas esferas pensavam da mesma maneira? De fato, o historiador que se dedica ao estudo do morrer e da morte,

⁵⁶ Nasceu na cidade de Estância no dia 20 de outubro de 1868, filho do consórcio matrimonial entre o Comendador Ernesto Esteves da Silveira e D. Maria Bem-vinda da Silveira. Estudou humanidades na capital da Bahia, foi deputado para o biênio de 1896-1897, secretário do Ateneu Sergipense, Promotor Público em Estância, foi deputado à Assembleia Legislativa em 1905, 1912-1913 e colaborador do *Diario da Manhã* conforme consta no dicionário bio-bibliográfico sergipano de Armindo Guaraná.

⁵⁷ *Jornal Diario da Manhã de 31 de outubro de 1915.*

⁵⁸ *Ibid.*

concomitante as representações e práticas criadas para se compreender esta fase/rito, acaba lançando mão de fontes bastante heterogêneas na busca pela compreensão destes pontos, no entanto, consideradas um quebra cabeça, estas fontes ao serem aproximadas uma das outras nos revelam um quadro panorâmico das percepções construídas e reproduzidas para uma maior aceitação da morte como fase finda da vida, não que estes homens e mulheres não creiam em uma vida além da morte, na verdade, buscavam que seu trespasse fosse sossegado e dentro dos preceitos sociais, econômicos e religiosos. Preocupavam-se em garantir em vida que o inferno e o purgatório não se tornassem o local de sua residência no além, por isso o medo do incerto que está por detrás deste universo. Assim, a historiadora Claudia Rodrigues identificou a morte como “a passagem de uma forma de vida social a uma outra, de modo que ela não é o fim da existência, mas o começo de uma nova vida (RODRIGUES, 1997, p.149).

Ainda, o estudo sobre o viver e o morrer em São Paulo no século XIX, nos revela que:

Podemos verificar que a morte ainda não é o fim de tudo já que, para os vivos, resta ainda um corpo. Um corpo que cuja morte real e absoluta somente ocorrerá mais tarde, quando consumada a decomposição. E até que isso ocorra, ele ainda será fonte de conflitos, mediações e articulações” (CAMARGO, 2007, p.398)

Analisar as diferentes percepções referentes ao morrer e a morte nas páginas dos jornais que circularam em Aracaju durante a Primeira República nos aponta um caminho de representações desenvolvidas no seio desta sociedade para compreensão desta fase. Assim, criaram seus meios de aceitação desse momento implacável para todos, reproduzindo ritos, criando concepções, mas, sobretudo buscando compreender o morrer e a morte.

Entretanto, homens e mulheres pressentindo o momento findo da vida procuravam expor suas disposições finais, ou seja, indicar o que deveria ser feito após a sua morte. Por isso, criar um testamento revelou-se no decorrer do século XIX até a primeira metade do século XX uma prática corriqueira, nele estão intrínsecas diferentes percepções em torno da morte, mas também as diferentes práticas conforme veremos no próximo capítulo.

3 “EM NOME DE DEUS, MAS TEMENDO A MORTE RESOLVI FAZER O MEU TESTAMENTO

3.1 – O testamento enquanto fonte histórica

A História Cultural trouxe para seu seio novas abordagens temáticas, sobretudo, uma ampliação no leque de fontes utilizadas pelos historiadores. Dentro desta perspectiva, a morte adquiriu *status* de objeto de estudo, conforme apontou Chartier:

Daí a emergência de novos objectos no seio das questões históricas: as atitudes perante a vida e a morte, as crenças e os comportamentos religiosos, os sistemas de parentesco e as relações familiares, os rituais, as formas de sociabilidade, as modalidades de funcionamento escolar, etc. – o que representava a constituição de novos territórios do historiador através da anexação dos territórios dos outros. (CHARTIER, 2002, p.14)

Visualizando um campo amplo de debates, estudiosos como Ariès, Vovelle e Le Goff se debruçaram neste novo terreno de pesquisa que emergia quase concomitante a História das Mentalidades⁵⁹, assim, desenvolveram trabalhos com recortes temporais de longa duração, mas, utilizando uma variedade de fontes que lhes proporcionaram uma visão ampla em torno das práticas, ritos e representações que determinada sociedade tinha da morte. Portanto, buscando justificar esta abordagem, o historiador francês Phillipe Ariès, autor de *História da Morte no Ocidente* e *O homem perante a morte*, aponta que: “por esta razão, o historiador da morte não deve temer abarcar séculos até o limite do milênio: os erros que não pode deixar de cometer são menos graves que os anacronismos de compreensão aos quais se expõe uma cronologia demasiado curta.” (ARIÈS, 2012, p. 25). Não obstante, Vovelle indica: “trata-se nada menos do que explorar por um viés específico a relação que os vivos mantiveram com seus mortos durante séculos, e em uma área bastante abrangente, a do Ocidente cristão” (VOVELLE, 2010, p.13). Porém, Le Goff alega que “essas estruturas mentais do espaço e do tempo são o esqueleto da maneira de pensar e de viver de uma sociedade” (GOFF, 1993, p.15).

Entretanto, esta perspectiva de longa duração, influenciada por Fernand Braudel, mostrou-se demasiadamente problemática para uma análise social profunda, deixando de

⁵⁹ Segundo João José Reis “os franceses chamaram essa nova história de “história das mentalidades”, outros estudiosos preferem falar de história da cultura. Todos, entretanto, buscam perscrutar a alma dos antepassados. Foi assim que se chegou a uma história das atitudes dos europeus em relação à morte.” (REIS, 1991, p.22).

levar em “conta aspectos diferentes, inesperados, multiplicados da experiência coletiva” (REVEL, 2000, p.18). Foi assim, que na contramão da produção historiográfica francesa sobre a morte, que os historiadores brasileiros João José Reis e Claudia Rodrigues desenvolveram respectivamente seus trabalhos *A morte é uma festa* e *Nas Fronteiras do Além* não ultrapassando um século de estudo. Para eles, o pensamento individual deveria ser considerado em suas especificidades, levando em consideração as nuances coletivas e individuais que permeiam a sociedade analisada.

No entanto, franceses e brasileiros entram em comum acordo ao delinearem os testamentos⁶⁰ como uma das principais fontes de pesquisa no âmbito da morte. Para ambos, as determinações finais do morto presentes neste documento servem para compreender as diferentes concepções em torno da morte, como também as práticas, ritos e representações reproduzidas nas páginas destes registros.

Ariès traz à baila que o testamento entre os séculos XII e XVIII foi o principal meio do indivíduo expor suas vontades quando o fatídico dia findo chegar, assim, tratava de legar seu patrimônio obtido em vida, mas, sobretudo, servia para manifestar “seus pensamentos profundos, sua fé religiosa, seu apego às coisas, aos seres que amava, a Deus, bem como as decisões que havia tomado para assegurar a salvação de sua alma e o repouso de seu corpo” (ARIÈS, 2012, p. 71).

Logo, pode-se observar que o ato de transmitir seus bens, como também às disposições pós-morte figuram no mesmo espaço nos testamentos. Bastante utilizados no continente europeu – sendo propagado seu uso pela igreja católica – tal prática chega ao Brasil por meio da colonização portuguesa, ganhando aqui solo profícuo para sua disseminação no decorrer dos séculos XVIII e XIX. Para Claudia Rodrigues, a “pedagogia do medo” (2005, p.26) utilizada pela Igreja Católica foi determinante para infundir uma política do “bem morrer” (*op. cit*) que foi reproduzida nos testamentos, conforme nos apresenta o Art. 1.651 do Código Civil Brasileiro de 1916:

Toda pessoa capaz de testar poderá, mediante escrito particular seu, datado e assinado, fazer disposições especiais sobre seu enterro, sobre esmolas de pouca monta e certas e determinadas pessoas, ou, indeterminadamente, aos

⁶⁰ Segundo o dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 2.0: ato unilateral, personalíssimo, gracioso, solene e revogável, mediante o qual uma pessoa capaz, de conformidade com a lei, dispõe de seus bens, no todo ou em parte, para depois de sua morte, podendo ainda fixar determinações relativas à tutoria dos filhos, ao reconhecimento da filiação, à deserção, ou declarar outras disposições de última vontade. Segundo o Código Civil Brasileiro de 1916, Art. 1.626. Considera-se testamento o ato revogável pelo qual alguém, de conformidade com a lei, dispõe, no todo ou em parte, do seu patrimônio, para depois da sua morte. (BRASIL, 2003, p.517)

pobres de certo lugar, assim como legar móveis, roupas e joias, não mui valiosas, de seu uso pessoal. (BRASIL, 2003, p. 524)

Desse modo, “o testamento era, então, mais do que um simples ato de direito privado para a transmissão de sua herança, um meio para cada um afirmar seus pensamentos profundos e suas convicções” (ARIÈS, 2012, p.71).

Além de firmar a postura de cada individuo frente à morte, os testamentos cumpriam o papel propagado pela religião católica – que não via com bons olhos aqueles que morriam sem testamento – de que deveria haver uma preparação terrena para à alma, evitando que ela pudesse vir a perambular pelo purgatório ou se perdesse nos murmúrios intensos e dolorosos do inferno, consoante a descrição de Dante Alighieri:

“Que dor tão cruel se apodera deles e os faz gritar urrar tão fortemente?”, eu perguntei. “A razão disso é simples”, respondeu-me ele. “Não lhes é permitido esperar o descanso da morte, e, com sina tão vil e abjeta, passam a invejar qualquer outra sorte. Seus nomes passaram pelo mundo sem deixar marca; o perdão e a justiça divina os desdenharam. (ALIGHIERI, 2003, p.18)

Por conseguinte, o testamento servia como um espaço de prestação de contas de todos os atos e atitudes realizadas em vida, portanto, era bastante comum o reconhecimento de paternidade, pagamento de devidas entre outras determinações solicitadas pelo testador.

Este tipo de documento, bastante utilizado pelo historiador que aborda a morte, traz em suas páginas informações pertinentes sobre as práticas funerárias, a preparação da alma, número de missas, quantidade de esmolas a serem doadas, local do sepultamento, vestes que deveriam ser utilizadas pelo defunto entre outras recomendações, por exemplo, como solicitou Maria de São José Costa em testamento de 1900:

“Declaro que deixo a quantia de cinquenta mil réis que seja entregue ao vigário desta Freguesia para mandar distribuir no dia do meu enterro para cem pobres, á razão de quinhentos réis para cada um.”
“Declaro que seja celebrada uma capela de missas por minha alma. Declaro que quero ser enterrada em carneira no chão, amortalhada de hábito preto, mandando o meu herdeiro colocar sobre minha sepultura uma pedra, onde serão escritos as eras do meu nascimento (1824) e a em que faleceu.”⁶¹

Assim, como principal fonte para a elaboração deste capítulo, os testamentos serão analisados na perspectiva da história cultural, sobretudo pela visão de Chartier que define:

⁶¹ AJES – AJU/ C1º OF. Livro de Registro de Testamento de 1900.

As estruturas do mundo social não são um dado objectivo, tal como o não são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais e discursivas) que constroem as suas figuras. (CHARTIER, 2002, p.27)

Não obstante, através do ato de testar em documento escrito poderemos observar como uma pessoa, conseqüentemente a sociedade se comportava perante a lei mais severa da natureza humana, determinando assim, os traços gerais construídos por esses indivíduos para compreensão do morrer e da morte.

Portanto, procurando compor um quadro específico sobre a visão que a sociedade aracajuana da Primeira República detinha sob o morrer e a morte, foram analisados 100 testamentos existentes no Arquivo do Judiciário de Sergipe, divididos nas caixas 2143, 2153, 2154 e 2155, nos quais encontraremos homens, mulheres e casais que redigiram suas últimas disposições. Tais documentos dispostos em série foram abordados de forma quantitativa e qualitativa, sendo assim, é pertinente ressaltar que em alguns casos a visão individual irá se sobressair à visão do grupo, ou seja, nestes momentos teremos uma abordagem qualitativa. Porém, o método quantitativo se mostrou bastante promissor para examinar visões e práticas reproduzidas pelos aracajuanos, o que, de fato, acaba por proporcionar a tabulação dos desejos diante da morte e a percepção que homens e mulheres reproduziam em seus testamentos.

O testamento foi utilizado como um meio de exteriorizar o sentimento religioso e a fé em Deus que diziam ter, a obediência aos preceitos do catolicismo, a crença em seus dogmas. Foi nesse sentido que utilizaram boa parte para sua profissão de fé; para pedirem a intercessão de santos, anjos, da Virgem e de Cristo pela sua alma; para organizarem seu funeral de acordo com os rituais católicos; para pedirem que fossem realizados sufrágios por sua alma e pela de outrem; para instituírem legados pios; para doarem esmolas a pobres; para demonstrarem arrependimento pelas “faltas” e pecados que acreditava ter cometido em vida; para saldarem dívidas.(RODRIGUES, 2005 p.38).

3.2 – “Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho e Espírito Santo”: professando a fé nos testamentos.

Durante três séculos a Religião Católica foi o culto oficial e predominante no Brasil. Assim, a constituição de 25 de março de 1824, no seu 5º Artigo segue definindo que “A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser religião do Império”⁶². Entretanto,

⁶² Constituição Política do Imperio do Brazil (De 25 de março de 1824). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm

uma nova constituição foi elaborada para reger a Primeira República em 24 de fevereiro de 1891, contudo, três emendas inseridas em 03 de setembro de 1926 no Artigo 72 deste documento limitaram o poder religioso da Igreja Católica, foram elas: “§ 3º Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer publica e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum”⁶³, “§5º Os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal, ficando livre a todos os cultos religiosos a pratica dos respectivos ritos em relação aos seus crentes, desde que não ofendam a moral publica e as leis”⁶⁴ e o “§7º Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União, ou o dos Estados. A representação diplomática do Brasil junto á Santa Sé não implica violação deste principio.”⁶⁵

No decorrer da Primeira República a Igreja Católica assistiu a perda de sua influência no território brasileiro, no entanto, algumas práticas dela, advindas do período imperial sobreviveram em diferentes documentos. Desse modo, algumas fórmulas⁶⁶ presentes nos testamentos continuaram a ser utilizadas pelos testadores no ato de suas disposições finais, conforme o fez Antonio Ferreira da Cruz ao redigir seu testamento em maio de 1930:

Em nome de Deus, amém, eu, Antonio Ferreira da Cruz, declaro no gozo de perfeita saúde e perfeito juízo, prevendo a morte que fatalmente a todos atinge, resolvi fazer o meu testamento e designação de última vontade, declarando o que segue.
Declaro pertencer à religião Católica Apostólica Romana.⁶⁷

Tais fórmulas inseridas dentro do que Cláudia Rodrigues chama “pedagogia do “bem morrer”” (2005, p.28) tinham por finalidade buscar a salvação da alma, como também proferir a sua religião no ato de sua morte, entretanto, podem ser estudas no âmbito de sua representatividade, sendo possível através de uma organização serial destes testamentos identificar as mudanças ocorridas neles em 41 anos de recorte temporal abordado nesta pesquisa.

Muito mais do que a própria incerteza do que poderia acontecer à sua alma após a “passagem”, havia o medo de ela ocorrer sem que tivesse “se preparado” para o acontecimento. Afinal, como se dizia na época, se a morte era certa, seu momento era incerto, e nada como se prevenir diante de uma

⁶³ Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (De 24 de fevereiro de 1891). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm

⁶⁴ *Idem.*

⁶⁵ *Idem.*

⁶⁶ Entende-se por fórmula certas maneiras de se redigirem um documento.

⁶⁷ AJES – AJU/ C1º OF. Cx 2143, Livro de Registro de Testamento de 1930.

doença da qual não poderia garantir a salvação de sua alma. (RODRIGUES, 2005, p.32)

Deixando de ser o culto oficial no Brasil da República Velha, a Igreja Católica assistiu a perda gradativa de seu domínio religioso, nesse ínterim, foi capaz através do medo da morte – incerta para todos – de fazer permanecer e reproduzirem suas fórmulas religiosas. Segundo Delumeau “é impossível conservar o equilíbrio interno afrontando por muito tempo uma angustia incerta, infinita e indefinível” (2009, p.35), era assim que a morte era vista no seio desta sociedade que a temia, que não sabia o momento exato dela, trazendo à tona a insegurança do que a vida além-túmulo reservaria. Foi assim, que muitos aracajuanos temendo o momento derradeiro redigiram as suas disposições finais, como o fez Maria de S. José Costa em 22/04/1900 ao dizer que “achando-me em perfeita saúde e no gozo de minhas faculdades mentais, mas temendo a morte resolvi fazer o meu testamento”⁶⁸, porém, o medo não era individual, o casal Félix José Muniz e Rogéria de Menezes Muniz em 30/06/1909, ao conceberem o seu testamento, elucidaram que “não sabendo quando Deus os quer chamar, digo, os quer tirar dessa vida para outra, apressam-se em fazer este testamento”⁶⁹, não obstante, Antonio Ferreira da Cruz em 1930, ao testar, disse que “no gozo de perfeita saúde e perfeito juízo, prevendo a morte, que fatalmente a todos atinge, resolvi fazer o meu testamento”⁷⁰.

A possibilidade de não se alcançar o objetivo último, que era a salvação, explicava o medo que diziam ter da morte. Medo este que, na verdade, não era da morte em si, mas do que poderia ocorrer à alma, caso o indivíduo não estivesse com as “contas ajustadas” na ocasião do trespasse. Corria-se o risco de, no mínimo, ir para o Purgatório para expiar, transitoriamente, os pecados leves e, no caso extremo, ir para o Inferno, onde as penas seriam eternas. (RODRIGUES, 2005, p.40)

Por isso, buscando enfrentar a incógnita que permeia o momento derradeiro, homens e mulheres buscaram suprimir o medo conclamando o nome de Deus, da Sagrada Família e da Santíssima Trindade, numa tentativa de garantir a salvação de sua alma. Assim, para Jean Delumeau “o homem nada pode contra a morte, mas – com a ajuda de Deus – lhe é possível evitar as penas eternas” (DELUMEAU, 2009, p.51).

Na procura de uma intervenção divina, no momento em que a morte se aproximava, era comum a inserção das seguintes fórmulas nos testamentos: “Em nome da Santíssima

⁶⁸ AJES – AJU/ C1º OF. Cx 2143, Livro de Registro de Testamento de 1900

⁶⁹ AJES – AJU/ C1º OF. Cx 2143, Livro de Registro de Testamento de 1909.

⁷⁰ AJES – AJU/ C1º OF. Cx 2143, Livro de Registro de Testamento de 1930.

Trindade, Padre, Filho, Espírito Santo...”; “Sou Católico...”; “Jesus, Maria, José.”; “Em nome de Deus. Amém.”; “Jesus, Maria, José. Em nome da Santíssima Trindade...”; “Em nome de Deus e da Santíssima Trindade...”; Em nome do Pai, Filho e Espírito Santo...” constantemente reproduzidas numa tentativa de salvação da alma dos seus testadores.

Tais frases postas no início dos testamentos nos mostram a preocupação com o lado religioso, mas, sobretudo, com o espiritual, assim, era importante ao iniciar o testamento invocar a proteção divina para o inesperado que os aguardava, reafirmando uma vida na fé e uma morte dentro dos preceitos da religião católica num modelo que consistia em: “cuja fé tenho vivido e pretendo morrer”.

Com o passar dos anos, nota-se uma mudança no uso das fórmulas que serviam para pedir a proteção divina, tal mudança ocorreu a partir de 1926 quando o governo brasileiro se proclama laico, rompendo definitivamente com a religião católica. Desse modo, em 1898 dizia-se “Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho, Espírito Santo em que eu Luiz Francisco das Chagas firmemente creio e nesta fé pretendo morrer”⁷¹ foi perdendo o seu uso, sendo, no momento de laicização do estado alterada por alguns para: “Pertencço a Religião Católica Romana em cuja fé tenho vivido e pretendo morrer”, conforme consta no testamento de Manoel Guimarães de Oliveira, datado de 23/11/1929.

Tabela 1
Fórmulas utilizadas no início dos testamentos.

Ano	Testador	Fórmula
1889	Firmo Gesto dos Santos	Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho e Espírito Santo...
1889	Pedro Barreto da Silva	Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho e Espírito Santo...
1890	Felisbella de Carvalho Andrade	Sou católica apostólica romana...
1891	Miguelino Ferreira	J.M.J Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho e Espírito Santo...
1896	Anna Joaquim de são José	Em nome de Deus, Amém...
1897	Adelaide Maria dos Mersãez Ferraz	Disse que é católica apostólica romana...
1897	Heraclito Diniz Gonçalves	Sou católico apostólico romano...
1898	Luiz Francisco das Chagas	Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho e Espírito Santo
1899	Maria Joaquina de Jesus	Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho e Espírito Santo...
1899	Maria Pastora do Amor Divino	Em nome de Deus, Amém...
1899	Dona Eulalia Jesuina Sampaio Coelho	Jesus, Maria, José. Em nome da Santíssima Trindade...

⁷¹ AJES – AJU/ C1º OF. Cx 2143, Livro de Registro de Testamento de 1898.

1899	José Pereira Coelho	Em nome de Deus...
1900	Maria de S. José Costa	J.M.J Em nome de Deus, Amém...
1901	Rufino José de Carvalho	Em nome de Deus...
1901	Maria Joaquina de Sant' Ana	Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho e Espírito Santo...
1901	Anna Joaquina de Sant' Iago	Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho e Espírito Santo...
1902	Porciana Francisca das Virgens	Em nome da Santíssima Trindade...
1902	Antonio Thomas de Aquino	Sou católico apostólico romano...
1902	Margarida Rocha	Em nome de Deus, Amém...
1904	Felimina Almeida de Lautaria	Sou católica apostólica romana...
1906	Nicolas Pougitori	Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho e Espírito Santo...
1907	Manoel Pereira S. Oliveira Coelho	Em nome de Deus...
1908	Maurício São José	Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho e Espírito Santo...
1908	Maria Alice	Sou católica apostólica romana...
1909	Manoel Seabra de Meneses	Em nome de Deus e da Santíssima Trindade, Padre, Filho e Espírito Santo...
1909	João Victor de Mattos	Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho e Espírito Santo...
1909	Félix José Muniz e Rogéria de Menezes Muniz	Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho e Espírito Santo...
1910	Francisco Freire	Em nome de Deus, Amém...
1910	José Domingos dos Reis	Em nome de Deus, digo nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho e Espírito Santo...
1910	Domingos de Oliveira Santos	Jesus, Maria, José. Em nome de Deus...
1912	Rodrigues Vieira	Em nome da Santíssima Trindade, Pai, Filho e Espírito Santo...
1912	José Fernandes	Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho e Espírito Santo...
1912	Antonio Gabriel Vieira	Católico apostólico romano...
1912	Luiz de França	Jesus, Maria, José...
1913	Candida Bispo dos Anjos	Jesus, Maria, José...
1913	Agostinho [ilegível]	Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho e Espírito Santo...
1913	[ilegível] Nogueira	Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho e Espírito Santo...
1913	Antonio José de Oliveira	Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho e Espírito Santo...
1914	Joaquim Barboza de Moura	Em nome do Pai, Filho e Espírito Santo...
1914	Manoel Profeta Ramos	Jesus, Maria, José...
1915	Francisco Felizolla e Maria Francisca Felizolla	Somos cristãos católicos apostólicos romanos...
1916	Felix Pereira de Azevedo	Sou cristão católico, apostólico, romano...
1924	Augusto Carvalho de Andrade	Em nome de Deus, Amém...
1928	Joaquim Amancio	Sou católico apostólico romano...

	Monte' Alegre	
1929	José Antonio de Oliveira Ribeiro	Sou católico apostólico romano...
1929	Manoel Guimarães Oliveira	Pertenço a religião católica romana...
1929	Augusto Miguel dos Santos	Sou católico apostólico romano....
1930	Antonio Ferreira da Cruz	Em nome de Deus, Amém...
1930	Declecio de Mesquita Ludovice	Católico...

É interessante trazer à baila que não somente o livre culto religioso na república foi determinante para alterar algumas fórmulas católicas bastante utilizadas na escrita dos testamentos. Alguns casais procuravam redigir juntamente o testamento, como fizeram Manoel Esteves dos Santos Furtado e Anunciação da Cruz Furtado:

Nós Manoel Esteves dos Santos Furtado e Maria da Anunciação da Cruz Furtado, marido e mulher, em nosso perfeito juízo e temendo a morte, cujo dia é incerto determinamos fazer mão comum este nosso testamento para dispor de nossos bens.⁷²

Outrora, o já citado casal Félix Muniz e Rogéria de Menezes Muniz também redigiram juntamente o seu testamento em 1909, porém, o código civil de 1916 coibiu a prática testamentaria em conjunto através do “Art. 1.630: É proibido o testamento conjuntivo, seja simultâneo, recíproco ou correspectivo” (BRASIL, 2003, p. 518)

Chamar pela Sagrada Família, conclamar o nome de Deus, professar a fé católica eram fórmulas nitidamente influenciadas pela religião católica no Brasil, nelas, não somente identificamos a forte presença do catolicismo na sociedade sergipana, mas, a importância dada à fé por homens e mulheres que buscavam através de palavras imortalizadas em seus testamentos uma paz espiritual, ou seja, procuravam uma intervenção divina para o momento final de suas vidas. Destaca-se que este ato reproduzido em diversos testamentos tinha como fundamento primordial uma preparação para a morte dentro dos preceitos cristãos, tentando-se evitar que sua alma purgasse no purgatório ou queimasse nas chamas fumegantes do inferno, ambos, sem a almejada proteção divina.

Segundo Rodrigues a busca pela salvação fez com que a Igreja Católica disseminasse por entre os seus fiéis a “culpabilização” (RODRIGUES, 2005, p.52) por seus pecados praticados em vida, com isso, emerge uma concepção de penitência que deveria começar na vida terrena. Desse modo, inúmeros seguidores da fé católica procuravam através dos

⁷² AJES – AJU/ C1º OF. Cx 2154, Livro de Registro de Testamento de 1907.

testamentos, dos sufrágios, ritos, adoração aos santos um subterfúgio para lhe dar com o medo que a morte trazia consigo, foi assim que: (RODRIGUES, 2005)

Na perspectiva da tranquilização, ela ofereceu a imagem de um Deus misericordioso para aqueles que se confessassem e arrependessem, que se preparassem com antecedência para a morte – testando, buscando os sacramentos, instituindo legados piedosos e sufrágios. (*op.cit*)

Portanto, nem todos os testadores utilizavam as fórmulas instituídas pela Igreja Católica, muitos simplesmente cumpriam o ato de legar seus bens demonstrando nenhum tipo de preocupação na salvação da sua alma, somente a de dispor os seus patrimônios após a sua morte rompendo com a premissa de um bom passamento. Sendo assim as demandas religiosas eram legadas aos familiares para realizarem da forma que bem entendessem e de acordo com as suas necessidades. Contudo, uma grande maioria demonstrava interesse em delinear as suas vontades após o momento findo de suas vidas, conforme veremos adiante.

3.3 – “Declaro que depois do meu falecimento...”

Aos 76 anos de idade, Dona Maria de S. José Costa, em perfeito estado de saúde resolve fazer o seu testamento para que suas últimas disposições fossem realizadas após a sua morte. Alegou ter nascido, vivido e que pretendia morrer proferindo a fé católica. Desse modo, declarou:

Deixo a quantia de cinquenta mil réis que será entregue ao Vigário desta Freguesia para mandar distribuir no dia do meu enterro por cem pobres, á razão de quinhentos réis para cada um.

Declaro que deixo a quantia de vinte mil réis para a primeira festa que se fizer depois de meu falecimento ao Senhor Bom Jesus dos Navegantes.

Declaro que quero que seja celebrada uma capela de missas por minha alma.

Declaro que quero ser enterrada em carneira no chão amortalhada no hábito preto, mandando o meu herdeiro colocar sobre a minha sepultura uma pedra onde serão escritas as eras do meu nascimento (1824) e a em que faleceu.⁷³

Não sabendo o momento que morreria, como muitos outros também não, Dona Maria buscou através da prática testamentaria legar suas últimas determinações para com os seus bens e procurou garantir de diversas maneiras a salvação da sua alma, sejam elas, distribuindo esmolas para cem pobres, destinando 20 mil réis para a festa de Bom Jesus dos Navegantes, a qual mostrou ser devota, ao tempo que se fazia ser lembrada nesta festividade. Solicitou uma

⁷³ AJES – AJU/ C1° OF. Cx 2143, Livro de Registro de Testamento de 1900.

capela de missas em sufrágio de sua alma, uma garantia de que não faltassem orações para a salvação eterna.

Porém, foi bastante específica ao exigir que fosse enterrada em carneira no chão, evitando que seu corpo fosse sepultado em uma das carneiras presentes nas paredes internas da necrópole, pois como mantenedora dos preceitos da fé católica desejou ser enterrada no chão, em uma sepultura que marcasse a data do seu nascimento e do falecimento para que estas não fossem lembradas por amigos, familiares e transeuntes. Solicita também que seu corpo fosse amortalhado de hábito preto, bastante comum entre as mulheres no século XIX, período este em que viveu maior parte de sua vida, porém, isso nos leva a por em questão que a utilização deste hábito preto na defunta fosse uma forma de garantir o seu total desprendimento com a vida mundana e da união que faria com Cristo (celibato) no pós-morte.

Em 16 de novembro de 1906 o Capitão da Guarda Nacional Nicolas Pougitori, italiano naturalizado brasileiro resolve escrever seu testamento, nele estão suas últimas disposições para com os seus bens, no entanto, reconheceu a paternidade de um filho que não fora criado por ele, não sabemos se previa que o anjo da morte vestindo negro se aproximava para ceifar sua vida, portanto, compadecendo neste momento resolveu instituir como seu único herdeiro o filho que não tivera os cuidados de seu pai em vida. A preocupação com a morte era bastante presente na sociedade aracajuana da Primeira República, logo assim, poderia ter emergido de sua cabeça a necessidade de alguém que zelasse para que suas vontades finais fossem fidedignamente realizadas, o que de fato, poderia vir a garantir a salvação de sua alma. Foi assim que:

Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho e Espírito Santo em que eu Nicolas Pougitori firmemente creio e em cuja fé tenho vivido e pretendo morrer.

Quero que o meu enterro seja feito com toda decência, e que me sejam feitas as honras militares de acordo com a minha patente de Capitão da Guarda Nacional, depreendendo-se para isso a quantia necessária.

Quero que por minha alma sejam celebradas dez missas inclusive a do sétimo dia.

Quero que os meus ossos sejam depositados em um mausoléu de mármore para isso preparado com antecedência, isto é, antes de findar o prazo de três anos concedidos para extração dos mesmos ossos de acordo com o Regulamento que rege a espécie para que deixo a quantia de três contos de réis.

Deixo a quantia de trezentos mil réis para ser distribuída da seguinte forma: cem mil réis para ser distribuído com os pobres na porta da Igreja, na ocasião do saimento do meu cadáver para o cemitério, cem mil réis para ser também

distribuído com os pobres na porta da Igreja, na ocasião da missa de sétimo dia, e cem mil réis para ser distribuído com as viúvas desvalidas.⁷⁴

Provavelmente com uma vida dedicada ao serviço da Guarda Nacional, Nicolas preferiu ser sepultado com toda pompa e circunstância que sua patente requeria, não resolvendo poupar para que seu funeral ocorresse de acordo com o que foi pensado por ele. Ainda, solicitou dez missas para os sufrágios de sua alma, provavelmente por temer que ao se desgarrar do corpo sua alma fosse para o purgatório ou diretamente para o inferno, por isso enxergou a necessidade da celebração de missas, uma forma de garantir sua segurança no trespasse. Outra maneira pela qual buscou a paz espiritual foi a doação de esmolas, destinando para tal fim a quantia de trezentos mil réis que deveriam ser distribuídas entre os pobres e as viúvas, o que nos chama a atenção, pois no universo de 100 testamentos pesquisados foi o único que destinou uma quantia para as viúvas. Por fim, e não menos importante, solicita que seus restos mortais após três anos fossem transpassados para um mausoléu feito de mármore, o que denota a veemente preocupação de ostentação em sua morte, mas, sobretudo, seria uma maneira de zelar para que seu corpo tivesse o descanso eterno em sua própria moradia.

Emigidio Anacleto Corrêa encontrava-se doente e temendo a morte que segundo ele “fatalmente a todos aflige” redige em 16/06/1922 o seu testamento declarando ser católico, religião pela qual viveu e pretendia morrer. Pede que seu enterro seja feito com toda decência e de acordo com suas posses, além de demonstrar uma preocupação com o destino de sua alma, para isso solicita a celebração de missas de corpo presente, de sétimo dia e de trigésimo dia. Ora, no momento findo, perante a morte, os fiéis a religião católica se apegavam a Deus, pedindo que missas fossem celebradas em prol da sua alma para que esta não tomasse o caminho indesejado do purgatório ou do inferno.⁷⁵

Dona Maria de S. José Costa, Capitão Nicolas Pougitori e Emigidio Anacleto Corrêa ao preparem o seu testamento não se preocuparam somente com os bens materiais que dispunham, foram além, se precaveram do momento incerto que a morte proporciona a todos, foi assim, que dentro do medo instituído pela Igreja Católica do momento derradeiro e procurando a salvação para suas almas resolveram se preparar em vida para o momento findo. Legaram aos seus testamenteiros a responsabilidade de que o enterro ocorresse da maneira que pensaram quando eram vivos – dentro da realidade financeira de cada um –, solicitaram missas para encomendação da alma, destinaram quantias em dinheiro para serem distribuídas aos desfavorecidos financeiramente.

⁷⁴ AJES – AJU/ C1º OF. Cx 2154, Livro de Registro de Testamento de 1906.

⁷⁵ AJES – AJU/ C1º OF. Cx 2154, Livro de Registro de Testamento de 1922.

Portanto, se preparar para a morte era uma forma de encarar o medo, de tentar sobrepuja-lo, assim, homens e mulheres lançaram mão dos testamentos como um meio para preparação da morte dentro dos preceitos indicados pela Igreja Católica, preocupando-se veemente em morrer antes de morrer, ou seja, de imaginar como deveria ser o seu enterro. Concomitante, João José Reis diz: “quem morria cuidava tanto em preparar sua morte quanto em deixar arrumada, no que dele dependesse, a vida dos que lhe eram próximos” (1998, p.93). Então, dentro desta preparação era comum que estabelecessem os últimos sufrágios (missas, doação de esmolas), indicassem onde desejavam que seus restos mortais fossem enterrados e como deveriam ser inumados conforme veremos adiante ao abordarmos os sufrágios, ritos e locais escolhidos para os sepultamentos.

3.4 – Os Sufrágios pela alma

Prática corriqueira no Brasil até a segunda metade do século XIX, os sepultamentos no interior e ao redor das igrejas se revelaram como o principal destino para os vivos que padeciam, nesses templos uma hierarquia financeira instituía em qual local determinada pessoa seria sepultada, logo, aqueles que detinham uma condição financeira mais abastada acabavam sendo enterrados mais próximos do altar, garantindo ao morto uma aproximação com Deus e os demais santos presentes naquele espaço. Porém, tal prática de sepultar os mortos nestes ambientes acabavam por proporcionar um convívio frequente entre vivos e mortos, ou seja, todas as missas e celebrações eram realizadas na presença daqueles que se foram, de certa forma, acabavam proporcionando uma garantia de salvação para a alma.

Entretanto, na segunda metade do século XIX, algumas medidas higienistas aboliram os sepultamentos no interior das igrejas, sendo necessário a construção de um local específico para os mortos, surgindo dentro desta premissa a disseminação de vários cemitérios por diferentes regiões do país. Em Aracaju é construído o cemitério Nossa Senhora da Conceição, posteriormente chamado de Santa Isabel que teve seu funcionamento a partir de 26 de fevereiro de 1862.

Agora fora dos domínios sagrados proporcionados pelos templos católicos, seus fiéis buscaram outras formas de estarem diante de Deus e dos santos que eram devotos em vida no pós-morte, para isso, fizeram dos sufrágios uma maneira de se aproximarem do universo sagrado quando o corpo físico não mais pertencesse a este plano terrestre. Portanto, os sufrágios serviam como um rogo para que a alma não passasse pelo purgatório, mas caso adentrasse a ele, que ficasse o menor tempo possível, além de evitar que a mesma se perdesse

pelos caminhos tortuosos do inferno, local de sofrimento eterno, ao qual todo fiel do catolicismo buscava evitar.

Além das missas que eram celebradas – e que serão discutidas adiante – era bastante comum na prática dos sufrágios a distribuição de esmolas entre os pobres na frente das igrejas em benefício da alma daqueles que se foram para o além-vida, doar quantias em dinheiro seria uma forma de perpassar para o reino do céu através da caridade ao próximo. Outra maneira utilizada para encaminhar a salvação da alma era a destinação de recursos para as obras pias da Igreja Católica. Porém, nos reteremos neste primeiro momento as missas de encomendação da alma.

Vendo cada vez mais a morte se aproximar de si, Luiz Francisco da Chagas, em 13 de agosto de 1898 procura instituir seu testamento, nele, fez questão de demonstrar sua preocupação com sua alma no momento findo, mas, não se esquecendo de zelar pela alma da sua falecida esposa Dona Maria Custodia dos Anjos pela qual mandou celebrar duas missas dedicadas a ela, para si, manda rezarem três para o encaminhamento de sua alma, as quais provavelmente tenham ocorrido no dia do saimento do corpo da igreja para o cemitério, a de sétimo dia e de trigésimo dia de sua morte.⁷⁶

No dia 04 de fevereiro de 1914, Joaquim Barbosa de Moura declarou ter vivido e que pretendia morrer na religião católica. Preocupado com o irremediável momento da morte, determina aos seus filhos que mandassem celebrar uma missa em nome de sua mãe, outra para falecida mulher e que não se esquecessem de dizer uma missa pela alma do seu filho Joaquim Barbosa de Moura Filho, já falecido. Em prol do descanso de sua alma, humildemente pede aos seus filhos que não deixem de celebrar uma missa para encomendação dela, cabendo a eles a escolha da quantidade de acordo com as suas condições financeiras. Contudo, em um ato de plena caridade cristã, solicita que todos os filhos se mantenham unidos e socorram uns aos outros nos momentos de maior aflição, pedindo que o “Todo Poderoso lance sobre todos sua benção espiritual, assim como recebam a minha última benção paternal pedindo ao céu a felicidade para todos.”⁷⁷

Já em 1929 aos vinte e três dias do mês de novembro, Manoel Guimarães Oliveira em testamento clama ao seu testamenteiro que uma de suas últimas vontades é que fosse celebradas 12 missas durante um ano – uma por mês – para salvação de sua alma.⁷⁸

⁷⁶ AJES – AJU/ C1º OF. Cx 2143, Livro de Registro de Testamento de 1898.

⁷⁷ AJES – AJU/ C1º OF. Cx 2154, Livro de Registro de Testamento de 1914.

⁷⁸ AJES – AJU/ C1º OF. Cx 2154, Livro de Registro de Testamento de 1929.

Os três pedidos em temporalidades distintas da Primeira República apontam uma preocupação pelos sufrágios pela alma do morto numa tentativa de salvação dela. Cabia aos testamentários executar as solicitações escritas nos testamentos. A celebração de missas, um ato de fé, de respeito ao morto, conforme dito anteriormente poderia ser significativa no duelo entre céu e inferno pela alma de cada defunto. Não obstante, não se deve olhar isoladamente a celebração das missas, pois as mesmas acabam tendo outro significado no seio desta sociedade. Rezar pela encomendação de uma alma tornou-se no Império um rito frequentemente utilizado pelos religiosos, na República Velha foi bastante solicitado até a década de 20 – ver tabela 2 –, o que afinal isso nos mostra de novo? Orar era um ato social, as missas celebradas para aqueles que já se foram acabavam se tornando um acontecimento social, um ato de contrição que fez com que inúmeros fiéis se destinassem a estas cerimônias, não somente pelo forte sentimento de pesar, mas, sobretudo, seria uma forma de garantir através da sociabilidade que os outras pessoas também comparecessem quando sua vez chegar, pois a morte, quando encarada por um grupo social ganha uma denotação diferente, passa a ser um momento onde a dor individual ganha características de coletiva. Por fim, ir a determinadas missas – principalmente daqueles mais abastados financeiramente – foi uma das formas encontradas de se fazer ser visto por outros, era muitas vezes o momento de parentes se reverem, de amigos se encontrarem, de acordos políticos serem firmados e de namoros emergirem nos bancos das igrejas.

Os jornais circulantes na capital sergipana entre os anos de 1889 a 1930 cumpriam o papel social de publicizar através das notas necrológicas a morte de muitos dos seus cidadãos, nestas páginas destes impressos eram comuns encontrarmos “agradecimentos e convites” pelo comparecimento ao sepultamento ao tempo que chamavam os amigos para se fazerem presentes na missa pelo sufrágio da alma daquele que se foi. Enlutada, Luiza dos Santos Lima e seu filhos, no dia 23 de dezembro de 1913 publicam no jornal *Diário da Manhã* a seguinte nota:

Luiza dos Santos Lima e seus filhos penhorados agradecem do fundo da alma a todas as pessoas que acompanharam ao cemitério os restos mortais de seu sempre lembrado esposo Leandro R. Dos Santos. Outrossim, convidam as pessoas amigas para assistirem a missa que em sufrágio da alma do mesmo será rezada na catedral às 7 horas da manhã.⁷⁹

⁷⁹ Jornal *Diário da Manhã* – Terça-feira, 23 de dezembro de 1913.

Outro exemplo desta preocupação em agradecer, mas, especialmente em tornar pública a missa pela alma se deu no jornal *Correio de Aracaju* de 29 de janeiro de 1930, quando ainda prosternados pela morte do Coronel Gonçalo Pinto de Mendonça imprimem a seguinte nota:

João Pinto de Mendonça, Joanna Pinto de Mendonça e filhos, Maria Rosa DORTAS de Mendonça e filhos, muito penhorados agradecem a todos aqueles que lhes deram provas de dedicação e solidariedade, por ocasião da moléstia, morte e enterramento do seu pranteado pai, sogro e avô – Coronel Gonçalo Pinto Mendonça, – e os convidam, assim como aos demais amigos e parentes, para assistirem á Missa de 7º dia que, pelo repouso eterno de sua alma, será celebrada, no próximo 1º de fevereiro, ás 7 horas da manhã, na Capela do Cemitério S. Isabel, por cujo comparecimento se confessam, desde já, profundamente reconhecidos.

Aracaju, 29 de janeiro de 1930⁸⁰

Não somente as missas compunham o repertório de sufrágios para a salvação da alma, era bastante comum que o fiel no ato de redigir seu testamento deixasse uma quantia em dinheiro para ser distribuída em forma de esmolas para os desvalidos depois das missas de encomendação da alma. Estas funcionavam como mais um subterfúgio para a salvação da alma, tendo em vista que os pobres seriam beneficiados com aquilo conquistado pelo defunto em vida, pois agora no momento findo, nada mais justo do que cumprir a premissa da Igreja Católica de repartir o pão, não o alimento, mas neste caso, repartir os ganhos financeiros obtidos em vida.

A Igreja e os mosteiros recebiam doações com a condição de orarem pelos mortos e de redistribuírem aos pobres parte dos bens legados. Estes, por sua vez, beneficiavam-se de parte das esmolas e eram considerados como substitutos terrenos do morto, pois as esmolas que lhes eram dadas considerados como substitutos terrenos do morto, pois as esmolas que lhes eram dadas faziam parte dos sufrágios que ajudavam na salvação dos defuntos. Assim, alimentar os pobres equivalia a “alimentar” simbolicamente com preces a alma do doador que estava morto. (RODRIGUES, 2005, pp.43-44)

Redigido por Gumercindo de Araújo Bessa em 26 de agosto de 1890 o testamento de Felisbella de Carvalho de Andrade, casada com Antonio Jorge de Andrade demonstra a preocupação desta com os sufrágios por sua alma, pediu que três missas fossem celebradas por sua alma, sendo distribuídas da seguinte maneira: uma de corpo presente, uma de sétimo dia e outro no trigésimo dia do seu passamento. A referida não se preocupou em determinar como desejava ser sepultada (uso de mortalha, local, dizeres na lápide entre outros), porém pediu que se fizesse “pobrememente, mas com decência”. Entretanto, legou a aquele que

⁸⁰ Jornal *Correio de Sergipe* – Quarta-feira, 29 de janeiro de 1930.

descreveu em seu testamento como certeza de um amor que nutria por ela: “espero que ele aceite a esta prova de muita gratidão que lhe devo, pela bondade com que sempre me tratou durante a constância do nosso matrimônio”.⁸¹

Aceitando todas as disposições de sua falecida esposa, Antonio encaminhou ao vigário a quantia de vinte mil réis para serem distribuídos aos pobres na missa de sétimo dia de sua saudosa parceira. Crente de que seu marido iria cumprir todas as suas determinações dispostas no testamento, Dona Felisbella poderia alcançar a proteção divina que almejava, se afastando do purgatório e do inferno através dos dois modelos de sufrágios descritos em seu testamento. Porém, como saber se realmente, cinco anos após a redação deste documento o seu esposo teria cumprido as solicitações de sua finada mulher? Sabemos, pois foram anexados ao testamento os seguintes recibos redigidos pelo vigário⁸²:

Atesto que o Sr. Antonio Jorge de Andrade distribuiu aos pobres a quantia de vinte mil réis, esmolas destinadas por sua falecida mulher D. Felisbella.
Aracaju, 20 de janeiro de 1895

Atesto que recebi do Sr. Antonio Jorge de Andrade a quantia de dez mil réis, importância de duas missas celebradas no sétimo e trigésimo dia do passamento de sua falecida esposa D. Felisbella.
Aracaju, 20 de janeiro de 1895

Atesto que recebi do Sr. Antonio Jorge de Andrade a quantia de nove mil réis, importância de três missas que celebrei conforme designou em testamento sua falecida esposa D. Felisbella.
Aracaju, 20 de janeiro de 1895⁸³

Prevendo a morte, Dona Senhorinha Maria Guimarães (conhecida como Sinhá do Brejo), viúva, residente na Rua Boquim, resolve redigir em 02 de agosto de 1930 o seu testamento, no entanto, por se encontrar cega foi preciso que o escrivão escrevesse o documento dentro da Lei 3.071/1916 do Código Civil Brasileiro, em seu Artigo 1.637⁸⁴. Assim, preocupada na salvação da sua alma destina a quantia de cem mil réis para distribuir entre os pobres na missa de sétimo dia de sua morte, ocorrida no dia 18 de agosto do referido ano, pois a mesma faleceu dez dias após a redação do seu testamento. Observa-se que a mesma se preocupou em distribuir aos desfavorecidos uma quantia considerável, porém, deixa a critério do seu amigo o Major Reformado Arthur Sant’Anna o seu enterramento, sendo sua

⁸¹ AJES – AJU/ C1º OF. Cx 2153, Livro de Registro de Testamento de 1890.

⁸² Não foi possível reconhecer a assinatura do vigário.

⁸³ AJES – AJU/ C1º OF. Cx 2153, Livro de Registro de Testamento de 1890.

⁸⁴ Ao cego só se permite o testamento público, que lhe será lido, em alta voz, duas vezes, uma pelo oficial, e a outra por uma das testemunhas designadas pelo testador, fazendo-se de tudo circunstanciada menção no testamento.

única disposição ser enterrada no cemitério dos Cambuys, um campo santo bastante utilizado pelos pobres. Dona Sinhá, em seu leito de morte desejou se desprender de uma quantia em dinheiro aos pobres para salvação de sua alma, como também escolheu ser sepultada em um cemitério pouco utilizado pela elite aracajuana em uma atitude que demonstra simplicidade, a mesma simplicidade pregada pela Igreja Católica no século XIX onde o desprendimento dos bens materiais serviria como garantia para a salvação da alma.⁸⁵

Missas e esmolas figuravam em maior número no repertório dos sufrágios pela alma por serem as mais disseminadas entre a sociedade aracajuana, provavelmente por compreenderem que o rogo seria capaz de atenuar os seus pecados praticados em vida. Não obstante, as esmolas eram vistas como um ato simplório de caridade cristã, desprendimento dos bens terrenos para uma nova vida, mas, era uma forma de que o clamor de agradecimento dos pobres pudesse encaminhar a alma para a salvação.

Porém, a de se notar que a prática de doar esmolas nas missas de corpo presente, sétimo e trigésimo dia foram determinantes para atraírem a mendicância para as portas das igrejas, uma vez que era prática corriqueira em Sergipe na República Velha a publicação de notas necrológicas, que acabam por divulgar a morte de cidadãos de diferentes esferas desta cidade. Assim, a prática de publicizar a morte não somente evitou que o encaminhamento para o sepulcro e os diversos ritos que ocorriam antes dele se desse somente por familiares, tornou a morte um evento coletivo, um drama social capaz de coadunar uma grande massa de pessoas e foi assim que os pobres foram inseridos dentro deste acontecimento, sejam através da doação de esmolas feitas pelo morto, ou quem sabe visualizavam tal acontecimento como mais um momento de pedir dinheiro.

Pouco utilizada pelos testadores analisados nesta pesquisa, as obras pias também figuravam no repertório de sufrágios propagados pela Igreja Católica no século XIX, estas consistiam na doação de dinheiro ou patrimônios para determinada igreja da qual o fiel frequentava ou era devoto de algum santo.

Viúva, católica, com seus quatro filhos já falecidos, Dona Adelaide Maria dos Mersões Ferras ao elaborar o seu testamento em 27 de maio de 1897 mostrou-se bastante preocupada com os sufrágios pela sua alma, assim, deixou cinquenta mil réis para a Igreja de Nossa Senhora do Socorro e vinte e cinco mil réis para a Igreja do Santo Antônio do Aracaju. Ainda, dispõe de trezentos mil réis para celebração de 25 missas por sua alma, 25 para de seu

⁸⁵ AJES – AJU/ C1º OF. Cx 2155, Livro de Registro de Testamento de 1930.

marido, 25 pelas almas de seus filhos João e José e 25 pelas de seus pais, totalizando 100 missas.⁸⁶

Dona Adelaide ilustra bem a católica fervorosa do século XIX, preocupada com a salvação eterna, não mediu esforços para que sua alma e de seus parentes não acabassem trilhando o caminho errado, mesmo que todas as missas não tenham sido celebradas, ou o dinheiro doado as igrejas não tenham sido repassados por seu testamenteiro da forma que ela indicou. A sua intenção mostrou uma exacerbada preocupação com a morte e o caminho que seria destinado às almas por ela elencadas.⁸⁷

Provavelmente devota de Nossa Senhora do Carmo e Nossa Senhora do Rosário, Dona Adelaide legou a quantia de quarenta mil réis repartidos igualmente para serem doados em prol das festividades de cada santa.⁸⁸

A historiadora Claudia Rodrigues traz à baila uma visão bastante pertinente sobre a prática dos sufrágios, pois:

Enquanto crença na existência de uma purificação depois da morte, seria acrescida da intensificação da prática dos sufrágios, os quais passaram a ser reforçados como meio de auxiliar na purgação das penas e na libertação das almas do purgatório, não mais somente por sua boa conduta pessoal, mas por causa das intervenções exteriores dos vivos, por meio de orações, esmolas, e principalmente, das missas celebradas pela Igreja a pedido dos parentes e amigos do morto. (RODRIGUES, 2005, p.47)

Entretanto, no decorrer dos anos de 1889 a 1930 assistimos algumas mudanças que alteraram a estrutura religiosa do país, foram a Constituição da República Brasileira de 24 de fevereiro de 1891, seguido das ementas constitucionais de 03 de setembro de 1926 e a criação do Código Civil Brasileiro em 1916. Ambos, aos poucos influenciaram as práticas testamentárias, assim, a solicitação de sufrágios tornou-se cada vez mais escassa, e, quando usada eram por pessoas que tiveram parte de sua vida no século XIX ou que ainda acreditavam na importância dos sufrágios para alma. A tabela abaixo, nos mostra como esmaeceu lentamente este modo de agir perante a morte existente na sociedade arcajuana.

⁸⁶ AJES – AJU/ C1º OF. Cx 2153, Livro de Registro de Testamento de 1897.

⁸⁷ AJES – AJU/ C1º OF. Cx 2153, Livro de Registro de Testamento de 1897.

⁸⁸ *Ibid.*

Tabela 2
Solicitações de Sufrágios

Ano	Testador	Sufrágios
1889	Antonio Correia Dantas	Declaro e mando que por minha alma sejam ditas vinte e cinco missas as quais deverão ser celebradas pelo Vigário Ludovice de Simão Dias, ou pelo Vigário Olimpico de Souza Campos, e na falta destes por qualquer sacerdote.
1890	Marciano Bispo dos Anjos	Pede que sua testamenteira mande dizer logo depois de sua morte cinco missas, sendo três por sua alma e duas por alma de sua mãe [...]
1890	Felisbella de Carvalho Andrade	[...] e que meu marido distribua pelos pobres no dia sétimo do meu passamento a quantia de vinte mil réis de esmolos. Quero que se reze pela minha alma uma missa de corpo presente no dia do meu enterro, uma de sétimo dia e outra no trigésimo da minha morte.
1897	Adelaide Maria dos Mersãez Ferras	Disse que deixa a Igreja de Nossa Senhora do Socorro cinquenta mil réis, a Igreja do Santo Antonio do Aracaju vinte e cinco mil réis [...] deixa mais trezentos mil réis para vinte e cinco missas por sua alma, vinte e cinco pela de seu marido, vinte e cinco pelas de seus filhos João e José e vinte e cinco pelas de seu pai e sua mãe.
1898	Luiz Francisco das Chagas	[...] e que em bem de minha alma sejam celebradas três missas, e mais duas pela alma de minha falecida esposa.
1900	Maria de S. José Costa	Declaro que deixo a quantia de cinquenta mil réis que será entregue ao vigário desta freguesia para mandar distribuir no dia do meu enterro por cem pobres, a razão de quinhentos réis para cada um. Declaro que seja celebrada uma capela de missas por minha alma.
1900	Doutor Thomaz Diogo Leopoldo	Deixo duzentos mil réis para serem distribuídos pelos pobres mendigos nos sufrágios que se fizerem por minha alma no sétimo dia do meu passamento.
1901	Maria Joaquina de Sant'Ana	Declaro e mando que por minha alma sejam celebradas seis missas, inclusive a do sétimo dia.
1901	Anna Joaquina Sant'Iago	Declaro e mando que por minha alma sejam celebradas seis missas, inclusive a do sétimo dia.
1902	Margarida Rocha	Quero que sejam celebradas duas missas por minha alma
1904	Felimina Almeida Lautaria	Declaro que serão celebradas cinco missas por minha alma.
1906	Nicolao Pungitori	Quero que por minha alma sejam rezadas, digo, sejam celebradas dez missas inclusive a do sétimo dia.

		Deixo a quantia de trezentos mil réis para ser distribuído com os pobres na porta da Igreja na ocasião do saimento do meu cadáver para o cemitério; Cem mil réis para ser também distribuídos com os pobres, na porta da Igreja, na ocasião da missa de sétimo dia; E cem mil réis para ser distribuídos com as viúvas desvalidas.
1907	Manoel Pereira S. Oliveira Coelho	[...] e que no dia subsequente de meu falecimento se celebre uma missa por minha alma.
1908	Maria Alice	[...] peço-lhe que no dia em que lhe fizer distribua trezentos mil réis com os pobres e duzentos no dia da missa de sétimo dia.
1908	Maurício São José	Ordeno que rezem por minha alma dez missas, inclusive a de sétimo dia.
1910	Francisco Freire	[...] e se deva distribuir no meu enterro vinte mil réis a diversos pobres para o bem de minha alma.
1912	[ilegível] Rodrigues Vieira	Declaro que por minha alma e dos meus falecidos pais sejam celebradas [ilegível] missas.
1913	Antonio José de Oliveira	[...] que sejam celebradas pela minha alma duas missas, uma no sétimo dia e outra de corpo presente após o meu falecimento.
1914	Joaquim Barbosa de Moura	[...] assim como peço a todos que mandem rezar uma missa em nome de minha mãe e sua avó, uma dita em nome de minha mulher, idem por meu filho Joaquim Barboza de Moura Filho, e por descanso de minha alma as que vocês quiserem e poderão.
1922	Emigídio Anacleto Corrêa	[...] que por minha alma se digam missas de corpo presente, de sétimo dia, trigéssimo dia e do enterro.
1924	Joana Maria de Mello Nabuco	Deixo as duas apólices da dívida pública estadual que possuo no valor nominal de um conto de réis cada uma á mesma Igreja de Sant'Anna.
1929	Manoel Guimarães Oliveira	[...] e mando que pra minha alma sejam celebradas 12 missas, uma mensalmente.
1930	Antonio Ferreira da Cruz	Deixo a quantia de duzentos mil réis para o meu testamentário empregar em uma obra pia, na Igreja de Nossa Senhora do Carmo, na Vila do Carmo.
1930	D. Senhorinha Maria Guimarães	[...] cem mil réis para ser distribuídos aos pobres, na ocasião da missa do sétimo dia.

Portanto, tomando como base o ano da Proclamação da República (1889) a 1916 quando é redigido o primeiro Código Cível Brasileiro, tivemos 19 solicitações de sufrágios pela alma dentro deste recorte, porém, partindo de 1916 a 1930, o número de solicitações de sufrágios pelas almas caiu para 5, mostrando que no decorrer da Primeira República ouve uma

perda significativa na prática de missas, obras pias e doação de esmolas que poderiam vir a garantir a salvação da alma.

Homens e mulheres que viveram entre os anos de 1889 a 1930 – uma pequena minoria – buscaram nos testamentos uma maneira de garantir a salvação de suas almas através dos sufrágios, entretanto, foram, além disso, procuraram solicitar aos seus testamenteiros outras disposições para o momento derradeiro em que o corpo sucumbe aos domínios de Hades. Preocupados com o destino dos seus restos mortais foram capazes de definir como se dariam em muitos casos os seus funerais, apontando o local da sua moradia eterna, indicando que tipo de vestimenta preferiria usar no ataúde, claro, além de descreverem como deveriam ocorrer o seu enterro. Assim sendo, como esta população que legou testamento se preocupou com os seus sepultamentos?

3.4 – “Desejo ser sepultado...”

Durante séculos no Brasil coube a Igreja Católica a responsabilidade de zelar pelo corpo físico dos seus fieis no pós-morte, estes, eram enterrados no interior e ao redor dos templos religiosos, ou seja, seu corpo em estado de putrefação era protegido por se encontrar nos domínios de um solo sagrado. Só que o advento das medidas higienistas que buscavam coibir a proliferação de doenças e que enxergavam nos constantes gases pútridos que emanavam dos corpos em decomposição existentes nos templos os tornavam lugares insalubres onde vivos e mortos conviviam diariamente. Porém, o mau cheiro oriundo dos falecidos que se encontravam enterrados nestes locais incomodavam aqueles que frequentavam as cerimônias religiosas sentados nos bancos, por isso a utilização incensos tornou-se frequente nos diferentes ritos, os mesmos tinham a função de purificar o ambiente, ao tempo que mascaravam o odor presente no interior das igrejas.

Por conseguinte, os médicos higienistas travaram uma batalha contra está prática corriqueira no Brasil Colônia e Império (até sua segunda metade) alegando que os mortos deveriam possuir uma moradia própria, longe do contato com os vivos, deixando de facilitar a proliferação das epidemias. Desse modo, os cemitérios surgem como o local adequado para os mortos. Disseminados no Brasil, sobretudo na segunda metade do século XIX, os campos santos tornaram-se por excelência o local apropriado para os mortos, não que toda a sociedade tenha aceitado isso de forma normal, afinal, houve uma ruptura de um costume fúnebre, agora os mortos eram enterrados em locais específicos, com horário de visitação determinado e com regras condizentes com a política higienista que figurava no país naquele momento. Aos

poucos a Igreja Católica foi perdendo alguns dos seus domínios sobre os seus ritos fúnebres, como por exemplo, a secularização dos cemitérios, conforme segue a redação dada pela ementa de 03 de setembro de 1926 – na constituição de 24 de fevereiro de 1891 – no Artigo 72: “§5º Os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal.

Retornando para nossa principal fonte de análise, os testamentos nos revelam as principais preocupações dos aracajuanos com o destino que se dará ao seu corpo após a sua morte e como se farão as exéquias.

Declarando-se doente, natural de Portugal, da cidade do Porto do Reino, Firmo Gesto dos Santos em 1889 demonstrando preocupação de como se daria o seu enterramento solicitou a sua esposa e testamenteira Maria Isabel de Bomfim que desejava ser enterrado em um dos carneiros do cemitério público desta cidade, decentemente, da maneira escolhida por sua esposa.⁸⁹

João Victor de Mattos demonstrou uma preocupação diferenciada, o mesmo, preocupado com o destino de seus restos mortais e buscando a perpetuidade deles, declarou que seu corpo fosse enterrado em um sepulcro raso onde os seus ossos pudessem ficar perpetuamente enterrados.⁹⁰

Muitos legavam a responsabilidade do enterro aos testamenteiros, outros, a familiares, porém, Rodrigues Vieira em 30/04/1912 encarregou o amigo Doutor Cardozo de executar as disposições para o seu sepultamento.

Declaro que falecendo neste termo [ilegível] quero que o meu corpo seja sepultado no cemitério de São Benedito.

Declaro que o meu enterro deva ser modestamente feito e dele ficará encarregado o meu amigo Doutor [ilegível] Cardozo.⁹¹

O agricultor José Antonio de Oliveira Ribeiro, solteiro, natural de Laranjeiras, aos 74 anos de idade redige o seu testamento no ano de 1929. O mesmo fez questão de proferir ser Católico Apostólico Romano no início deste documento. Mas, preocupado com o destino que seria dado ao seu corpo no momento em que morresse, declarou:

[...] quero em meu enterro se dispenda a quantia de um conto de réis e mais cem mil réis para a aquisição de uma sepultura perpetua no cemitério público da cidade de Riachuelo, sepultura que deverá ser coberta com uma pedra rude onde se fará a inscrição que em minhas notas particulares deixo.⁹²

⁸⁹ AJES – AJU/ C1º OF. Cx 2153, Livro de Registro de Testamento de 1889.

⁹⁰ AJES – AJU/ C1º OF. Cx 2143, Livro de Registro de Testamento de 1909.

⁹¹ AJES – AJU/ C1º OF. Cx 2143, Livro de Registro de Testamento de 1912.

⁹² AJES – AJU/ C1º OF. Cx 2155, Livro de Registro de Testamento de 1929.

Nem sempre as vontades dos testadores eram realizadas pelos seus testamenteiros, familiares ou amigos, seu José, nascido no município de Laranjeiras, mas que desejava ser enterrado na cidade de Riachuelo acabou sendo sepultado no cemitério de Santa Isabel, na capital sergipana, contrariando uma das suas últimas disposições.

Uma análise quantitativa das últimas vontades referentes aos enterramentos mostram os diferentes ritos existentes e a maneira pela qual os mesmos eram reproduzidos pela sociedade aracajuana no período marcado pela Primeira República, além de apontar como homens e mulheres desejavam ser sepultados e como estes sepultamentos deveriam ser procedidos, conforme nos indica a tabela 3 que segue abaixo.

Tabela 3
Disposição dos enterramentos.

Ano	Testador	Disposição do enterro
1889	Firmo Gesto dos Santos	Declaro que depois de meu falecimento, quero ser sepultado em um dos carneiros do cemitério público desta capital, com decência, sendo esta de acordo com a minha referida mulher na qualidade de testamenteira.
1889	Antonio Correia Dantas	Declaro que falecendo no lugar da minha residência quero ser sepultado em um dos carneiros do cemitério desta cidade, sendo meu enterro solene.
1890	Marciano Bispo dos Anjos	[...] e que o seu enterro seja feito em uma sepultura rasa e mais simples que for possível.
1890	Felisbella de Carvalho Andrade	Quero que o meu enterro se faça pobrememente, mas com decência [...] Deixo ao arbítrio do meu testamenteiro as providencias sobre minha sepultura e saimento.
1891	Sebastião de Souza Macieira	[...] quer que seu corpo tanto que falecer, seja decentemente vestido ou amortalhado e sepultado em um dos cemitérios desta cidade.
1891	José da Conceição de Argolo e Maria Jesuina de Argolo Fontes	Declaramos que depois da nossa morte o respectivo enterramento do arbítrio daquele que sobreviver.
1897	José Alves Corrêa	[...] os meus filhos façam o meu enterro de acordo com os ritos desta religião, mas bem [ilegível] a vaidade humana.
1898	Luiz Francisco das Chagas	Declaro ainda que depois da minha morte o meu enterro será simples [...]
1899	Maria Joaquina de Jesus	Falecendo nesta cidade do Aracaju, Capital de Sergipe, quero que meu corpo seja sepultado no cemitério desta mesma Capital, da forma que entender o meu testamenteiro.
1900	Maria de S. José Costa	Declaro que quero ser enterrada em carneira

		no chão amortalhada no hábito preto, mandando o meu herdeiro colocar sobre a minha sepultura uma pedra, onde serão escritas as eras do meu nascimento (1824) e a em que falecer.
1900	Doutor Thomaz Diogo Leopoldo	Quero que o meu enterro seja feito com a decência, modéstia e simplicidade com que sempre vivi.
1901	Maria Joaquina de Sant'Ana	Declaro que falecendo nesta cidade quero que o meu enterro seja solene, sendo em uma das carneiras de segunda ordem do cemitério desta mesma cidade.
1902	Porcina Francisca das Virgens	Das obras do que produzir os referidos bens depois de deduzidas as despesas do meu enterro, que será feito da forma que entenderem os meus testamenteiros.
1906	João Evangelista dos Santos	Declaro que falecendo em viagem minha mulher mandará celebrar para minha alma as missas que entender e se fallecer em sua companhia nesta cidade fará [ilegível] o meu enterro de acordo com as nossas posses [ilegível].
1906	Nicolao Pungitori	Quero que o meu enterro seja feito com toda a decência, e que me sejam feitas as honras militares de acordo com a minha patente de Capitão da Guarda Nacional, desprendendo-se para isso a quantia necessária. Quero que os meus ossos sejam depositados em mausoléu de mármore e para isso preparado com antecedência, isto é, antes de findar o prazo de três anos, concedidos para a extração dos mesmos ossos de acordo com o regulamento que rege a espécie.
1907	Manoel Pereira S Oliveira Coelho	Logo que faleço e tenha de dar-se meu corpo a sepultura, quero que seja envolvido em roupa que isso e encerrado em esquite simples, coberto e forrado sem luxo algum [...].
1908	Maria Alice	O meu primeiro testamenteiro fará o meu enterro conforme as instruções que lhe dei e que deixo de declarar porque tenho a confiança em sua probidade [...].
1908	Mauricio São José	Declaro que meu enterro seja feito com toda decência [ilegível] e simplicidade.
1909	João Victor de Mattos	Declaro que o meu corpo seja inumado em uma catacumba rasa onde fiquem os meus restos perpetuamente enterrados, por ser esta a minha vontade.
1909	Manoel Seabra de Meneses	Declaro que a minha mulher fará o que entender a respeito do meu enterramento e sufrágios para minha alma.

1909	João Baptista do Prado	Não tenho mais declaração a fazer, pois para minha morte minha filha reconhecida agora, fará o meu funeral como lhe parecer melhor e de acordo com as minhas posses.
1910	Francisco Freire	Peço que em caso de falecer aqui, seja sepultado sem pompa e a minha e a minha carneira seja feita no chão [...]
1912	Flóra Alves dos Reis	Declaro que o meu enterro será feito pela Sociedade Beneficente Mortuária e no caso dessa sociedade já não existir ou se recusar a cumprir os seus estatutos será o mesmo enterro feito pelos beneficiados.
1912	[ilegível] Rodrigues Vieira	Declaro que falecendo neste termo de [ilegível] quero que meu corpo seja sepultado no cemitério de São Benedito. Declaro que o meu enterro deva ser modestamente feito e dele ficará encarregado o meu amigo Doutor [ilegível] Cardozo.
1913	Antonio José de Oliveira	Declaro que o meu enterro será feito com simplicidade em cova rasa [...].
1914	Félix Pereira de Azevedo	[...] o meu enterro ficará a vontade do meu testamenteiro pedindo que seja sepultado no cemitério de Santa Isabel, se assim for possível. Recomendo ao meu testamenteiro que faça meu jazigo perpetuo em mausoléu para mim e a minha mulher.
1914	Manoel Propheta Ramos	A outra de nº 79 quero que seja vendida afim de ocorrer as despesas do meu enterro [...].
1915	Manoel Ferreira dos Anjos	Das demais casas será tirada a quantia de seiscentos mil réis (600\$000) para o meu enterro, que quero encomendado por dois padres e se for possível acompanhada até o cemitério, quero música e o carneiro por seis anos.
1915	Francisco Felizzola e Maria Francisca Felizolla	O nosso enterro e funerais ficarão a vontade de nosso testamenteiro.
1920	Thales Ferraz	É de meu desejo que o meu enterro seja o mais modesto possível e que logo seja oportuno os meus ossos sejam reunidos aos de minha Mãe de saudosa memória a quem será erigido no cemitério da Cruz Vermelha desta cidade, em um mausoléu em terreno já comprado e determinado para este fim.
1922	Emigidio Anacleto Corrêa	Declaro que é minha vontade logo que faleça meu enterro se faça com decência relativa as minhas posses [...].
1923	Maria da Silva Coelho Maia	Quero que o meu funeral seja o mais simples possível e que meu corpo seja inumado na sepultura perpetua onde está o meu finado marido no cemitério desta cidade.

1928	Eugenia Lopes da Silva	Deixo dois contos de reis para o meu enterro inclusive a sepultura perpetua.
1929	José Antonio de Oliveira Ribeiro	Declaro que em meu enterro se dispenda a quantia de um conto de réis e mais cem mil réis para a aquisição de uma sepultura perpetua no cemitério público da cidade de Riachuelo, sepultura que deverá ser coberta com uma pedra rude se fará a inscrição que em minhas notas particulares deixo.
1929	Manoel Guimarães Oliveira	Declaro ainda que falecendo neste estado de Sergipe desejo ser sepultado no cemitério da Vila de Divina Pastora [...]
1930	Antonio Ferreira da Cruz	[...] falecendo quero ser sepultado no sagrado e que o meu enterramento seja feito nos limites da modéstia.
1930	D. Senhorinha Maria Guimarães	Que o seu funeral fica encarregado o seu amigo Arthur Sant'Anna, Major reformado da Polícia, enterrando a no cemitério dos Cambuy, conforme critério do mesmo.

Preocupados com o seu funeral, homens e mulheres solicitavam aos seus testamenteiros que seus enterros se dessem com decência, modéstia, simplicidade e pobremente, outros, desejavam que ocorressem de forma solene, definiam a vestimenta, solicitaram padres e música, uma verdadeira dualidade no seio da sociedade analisada. Desta maneira, os cemitérios aos poucos foram ganhando características bastante ambíguas, assim, ricos e pobres buscaram transcender o limite imposto pela morte, criando uma verdadeira estratificação social nos cemitérios, conforme apontou Lima Barreto na crônica *O Cemitério*:

Havia solicitações incompreensíveis e também repulsões e antipatias, havia túmulos arrogantes, imponentes, vaidosos e pobres e humildes; e, em todos, ressumava o esforço extraordinário para escapar ao nivelamento da morte, ao apagamento que ela traz às condições e às fortunas. (BARRETO, 2010, p.304)

O túmulo, morada eterna daqueles que se foram, figura entre as principais preocupações dos testadores. Alguns determinavam que seus ossos permanecessem enterrados em um mausoléu no prazo que vai de 3 a 6 anos, tempo suficiente para o corpo se decompor totalmente e os restos mortais serem transpassados para outro local. Outros, preocupados com a mudança indesejada, solicitavam que seu jazigo fosse perpétuo, evitando o traslado para outro lugar. Entre simplicidade e suntuosidade a cidade dos mortos através das suas diferentes sepulturas foi cada vez mais tomando características das cidades dos vivos, a estratificação social tornou-se visível neste ambiente, não somente pelo simples fato dos vivos reproduzirem a sua concepção de morte nestes espaços, mas, sobretudo a preocupação que

tinham para com o momento findo do seu corpo e de como ele deveria ser guardado para a posteridade.

Buscar um enterro simples, mas com toda decência, foi o desejo exposto por muitos testadores, porém, convém pontuar que tal ato configura-se num desprendimento com os bens materiais alcançados em vida, uma nítida tentativa de salvação da alma. Assim, alguns determinaram que seus corpos fossem encaminhados para cemitérios considerados de “pobres” como os de São Benedito, Cruz Vermelha e do Cambuy.

Todavia, outros preferiam que seus enterros se dessem de forma solene, com direito ao acompanhamento para o campo santo por padres e banda de música, para isso destinaram somas consideráveis de dinheiro para que tais disposições fossem realizadas da maneira que havia sido solicitada, como o fez Manoel Ferreira dos anjos em testamento escrito em 14 de novembro de 1915:

Das demais casas será tirada a quantia de seiscentos mil réis (600\$000) para o meu enterro, que quero encomendado por dois padres e se for possível acompanhada até o cemitério, quero música e o carneiro por seis anos.⁹³

Os que preferiam uma suntuosidade em seus enterros demonstravam através deles que desejavam que seu trespasse para outra vida ocorresse como um verdadeiro acontecimento social, sendo capaz de mobilizar uma grande quantidade de pessoas para tal fim, deste modo, garantiam um cortejo composto por diferentes estratos da sociedade, além de ostentar uma riqueza muitas vezes não obtida em vida. Destarte, os altos gastos nos funerais serviam para reafirmar o prestígio de algumas famílias que enlutadas não mediam esforços para que o cortejo e o enterro condissessem com seu status. Segundo o historiador João José Reis, era comum que muitos buscassem uma imagem nos sepultamentos igual ou superior a alcançada pelo morto em vida. (REIS, 1991)

Prática corriqueira no século XIX, mas que se esmaeceu no decorrer do século XX a utilização de mortalhas ainda se fez presente em dois testamentos, ambos ainda fortemente influenciados pelos ritos fúnebres dos oitocentos. Desse modo, Sebastião de Souza Macieira, natural do continente africano, determinou em seu testamento que seu corpo fosse “decentemente vestido ou amortalhado”⁹⁴. Dona Maria de São José que institui como seu universal herdeiro o Senador Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel ao que ela disse: “como

⁹³ AJES – AJU/ C1º OF. Cx 2154, Livro de Registro de Testamento de 1915.

⁹⁴ AJES – AJU/ C1º OF. Cx 2153, Livro de Registro de Testamento de 1891.

prova do muito que lhe devo”, pediu que fosse “amortalhada de hábito preto”⁹⁵. Porém, em 1907, Manoel Pereira S. Oliveira Coelho solicitou que seu corpo fosse envolto em roupa⁹⁶.

Existindo toda uma significação por trás da utilização de determinadas vestimentas usadas nos defuntos, observa-se que o uso da mortalha foi esquecido pelos católicos no decorrer da Primeira República, tal peça “falava pelo morto, protegendo-o na viagem para o além, e falava do morto como fonte de poder mágico, mas também enquanto sujeito social” (REIS, 1991, p.124). Portanto, a substituição da mortalha – outrora bastante utilizada – pela roupa se deu gradativamente, mas não deveria ser qualquer tipo de roupa, na grande maioria das vezes se escolhia a melhor vestimenta do guarda-roupa do defunto para a sua transição.

A forte preocupação com a morte na sociedade aracajuana entre os anos de 1889 a 1930 demonstram as percepções que foram criadas na busca de compreendê-la, como também acabam delineando os ritos e práticas utilizadas, não deixando de demonstrar a representação construída em torno da morte por homens e mulheres. Os testamentos tornam evidente a maneira como encaravam a morte, preparando-se em vida para este momento, legando aqueles que confiavam a responsabilidade para a salvação da sua alma e o sossego eterno do seu corpo.

Enfim, criou-se uma dramatização em torno da morte reproduzida nos funerais, passando cada vez mais a se tornar um acontecimento de cunho social e coletivo, sobrepujando o cunho familiar e individual. Morrer, o ato final de uma vida, não mais deveria ser visto como um rompimento, mas sim, como uma transição, o corpo em putrefação – acontecimento biológico – não deve ser temido como o fora no século XIX, mas sim compreendido, a Igreja não era mais a única responsável pela salvação da alma como outrora o foi, irmãos, amigos, maridos, esposas, pais entre outros ganharam com a laicização a obrigação de auxiliar na salvação da alma dos seus entes que se foram. Ora, os ventos oriundos da República Velha em Aracaju fizeram emergir uma nova percepção em torno da morte, esta, passa a ser vista como um drama social que deve ser encarado por todos, conforme veremos no capítulo seguinte.

⁹⁵ AJES – AJU/ C1º OF. Cx 2143, Livro de Registro de Testamento de 1900.

⁹⁶ AJES – AJU/ C1º OF. Cx 2154, Livro de Registro de Testamento de 1907.

4 ACONTECIMENTO SOCIAL, ESPETACULARIZAÇÃO E DRAMA: A MORTE EM DIFERENTES PERSPECTIVAS.

Neste capítulo nos deteremos a analisar a morte sobre três pontos frequentemente notados nas diferentes fontes trabalhadas na pesquisa. Logo assim, a morte será analisada como um acontecimento social que acaba por gerar uma espetacularização dela e em seguida, em alguns casos, caminhando para a transformação da morte em um drama individual que se transforma em um drama para toda a sociedade.

4.1 – Entre o acontecimento social e a espetacularização: a morte na sociedade.

Da Capital Federal o Coronel Oliveira Valladão, ainda consternado pela morte de sua esposa Dona Joaquina Guimarães de Oliveira Valladão – a qual falecera no dia 22 de março de 1896 – encaminha num vapor que partia para Aracaju uma pedra para ser colocada na última moradia de sua finda mulher. Nesta, registrou-se o seguinte epitáfio:

Restos mortais de d. Joaquina Guimarães de Menezes Valladão, nascida em 20 de abril de 1862, falecida em 22 de março de 1896, e da inocente Ida de Menezes Valladão, nascida em 03 de novembro de 1894 e morta em 17 de fevereiro de 1895.

Se eu morrer aqui, ajunta no meu caixão os ossos de nossa querida filhinha.
Tributo de amor conjugal e paternal.⁹⁷

Mesmo não estando presente ao tributo feito para sua falecida esposa, muitos amigos, tristes pelas últimas perdas sofridas pelo coronel, em um ato de solidariedade e respeito ao luto duplo enfrentado por ele em pouco mais de um ano seguiram em “piedosa romaria ao cemitério desta cidade”⁹⁸ para lá depositarem a pedra enviada. Nesta cerimônia que dispensou qualquer tipo de convite, seus amigos e algumas pessoas que tomavam para si o luto do outro se fizeram presentes na cerimônia que contou com a banda do 1º corpo de segurança.

Seis meses após o falecimento de Dona Quininha Valladão – como era carinhosamente chamada por seu marido e amigos – ainda foi lembrada a fatídica data de 22 de março de 1896. Segundo o jornal *A Notícia* que circulou pelas ruas da capital sergipana no dia 22 de setembro de 1896:

Ainda envolto em perene saudade conservam-se o coração do esposo e da graciosa filha, que a idolatravam. Hoje a tarde irão em romaria ao cemitério

⁹⁷ Jornal *A Notícia* de 19 de maio de 1896.

⁹⁸ *Ibid.*

diversos amigos do coronel Valladão em visita ao túmulo de sua pranteada esposa.⁹⁹

O acompanhamento do corpo inerte ao cemitério no percorrer da Primeira República pode ser visto como uma forma de interação social, além disso, mostrou-se a evolução da concepção de que a morte deveria ser restrita aos familiares e alguns amigos, agora, nesta sociedade do século XX – advinda de inúmeras transformações em diferentes âmbitos –, a morte, “solitária” passou a ser “coletiva”, em outras palavras, a dor de alguns passou a ser compartilhada por diferentes estratos da sociedade. Foi assim que se deu o enterramento da jovem Flavia Maia, conforme aponta o periódico *Diário da Manhã* do dia 05 de julho de 1912:

Acompanhado por um bando de virgens, e crescido número de cavalheiros, seguiu ontem á tarde, momentos antes do pôr do sol, para o cemitério Santa Isabel o cadáver da graciosa Flavia Maia, aos vinte anos de idade, quando afagava no seu coração de noiva feliz a ventura de, em breve, receber perante Deus e os homens o escolhido da sua alma.

Cruel enfermidade prostrou-a para não mais se erguer, e teve o poder de separa-la para sempre das alegrias efêmeras deste mundo de ilusões.

Descansa em paz angélica criatura.

Flavia Maia era filha do já falecido Braulio Maia e contava apenas vinte anos de idade.

O enterro realizou-se em muitos bondes da Carris Urbanos tendo crescido acompanhamento.

Dentro de uma perspectiva em que a morte tornou-se um acontecimento coletivo compartilhado por diferentes esferas de um grupo social, nota-se a preocupação de alguns grupos em fazerem o sepultamento, publicizar as cerimônias fúnebres e de dar o devido acompanhamento ao cadáver até o campo santo. Foi assim que o Centro Operário o fez, publicando uma nota impressa no jornal *Diario da Manhã* de 09 de abril de 1913, quando relata a morte da sócia Clara Leite:

Faleceu ontem, nesta capital, a estimada senhora D. Clara Leite de Novaes, que há dias se recolheu ao leito.

O Centro Operário, do qual fazia parte como sócia, está encarregado de realisar o seu enterro, como também faz convite a todos os sócios e pessoas da amizade da falecida para o comparecimento ao ato que será hoje, às 10 horas da manhã, saindo o féretro da rua do Rosario, trecho da Estância com Boquim.

Aos que lhes são caros, nossos pêsames.

⁹⁹ Jornal *A Noticia* de 22 de setembro de 1896.

Portanto, os três casos expostos mostram que mesmo sendo um evento que outrora foi isolado ao ambiente familiar e restrito aos amigos, a morte transformou-se em um verdadeiro “acontecimento social” capaz de mobilizar uma grande quantidade de pessoas em torno deste ocorrido. Assim, foi disseminada a ideia de espetacularização da morte com seus ritos e cerimônias divulgados nas páginas dos periódicos sergipanos.

Segundo Roger Chartier, a correlação entre “representação e representado”, entre “signo e significado” ganharam corpo em forma de “teatralização da vida social”, assim sendo, percebe-se que a representação da morte poderia ocorrer através da figura do morto – sua relativa importância para o grupo social era determinante nas diversas formas de representações reproduzidas – no qual eram instituídos significados para compreensão do momento findo da vida que passa a ser visto como um signo a ser decifrado e compreendido. (CHARTIER, 2002, p.21)

Enxergada como um dos “principais acontecimentos sociais” presente no seio da sociedade aracajuana entre os anos de 1889 a 1930, a morte foi capaz de aglutinar uma quantidade relativa de pessoas nas cerimônias fúnebres ocorridas neste período. Estes cidadãos acabaram criando uma verdadeira espetacularização da morte ao encararem a última fase da vida como um momento coletivo, onde o respeito ao morto se fazia ao comparecimento do velório, cortejo e sepultamento, além de acabar transformando o ato individual onde o corpo vivo se torna inerte em um importante momento de interação social que se dava principalmente pela busca da salvação da alma através dos sufrágios. Porém, advém entender que a interação não ocorria somente no âmbito religioso, logo, era comum que homens e mulheres desejassem se fazerem vistos, traçando contatos, exibindo suas vestimentas, os jovens aproveitavam para deixar aflorar as paqueras e os mais pobres viam nestes acontecimentos uma forma de obterem esmolas.

O empresário Deocleciano Motta, conhecido como Dó, proprietário do cinema Ellite e sócio da empresa Motta & Irmão, falecido no dia 07 de maio de 1913 às 9 horas da manhã, teve o seu falecimento noticiado nos dias 08 e 09 de maio de 1913 pelo jornal *Diario da Manhã*, assim, tomaremos este ocorrido como um exemplo de acontecimento social.

Em nome da família do falecido Deocleciano Motta convidamos a todos os seus amigos para o enterro, que se realizará, às 7 horas da manhã de hoje, partindo de sua residência á rua de Japarutuba, em bondes especiais, para o cemitério Santa Izabel.¹⁰⁰

¹⁰⁰ Jornal *Diario da Manhã* de 08 de maio de 1913.

Como era de se imaginar, o cinema Ellite o qual Deocleciano era dono parou suas atividades, só voltando a funcionar a partir do 7º dia do seu falecimento. Os cinemas Rio Branco e Eden compartilharam o sentimento de pesar, o primeiro suspendeu as sessões até sábado, o segundo transferiu as apresentações do dia 07 de maio para o dia 08 de maio. Porém, como era sócio do Centro Operário Sergipano, o mesmo, enlutado, divulgou a seguinte nota:

Tendo falecido o artista Deocleciano Motta, sócio do Centro, a sua Diretoria resolveu tomar luto por estes dias, designando uma comissão composta dos seguintes cidadãos para acompanhar o seu enterramento: Manoel Julio da Silva, Celecino Filho, Antonio Mello, Gustavo Nery, Avelino Lós-Reis e Rodrigues Vianna.¹⁰¹

O enterro de Deocleciano se deu no dia 08 de maio, às 07 horas da manhã, sendo o mesmo bastante concorrido por amigos, familiares e curiosos. Assim, foi descrito pelo *Diario da Manhã*: “poucas vezes temos visto nesta cidade tão concorrido acompanhamento como se levou ontem ao cemitério o cadáver do querido cidadão Deocleciano Motta”.¹⁰² O mesmo periódico indica que apesar do horário o cortejo foi bastante disputado por “amigos e apreciadores do inditoso cavalheiro”¹⁰³.

Os bondes repletos de admiradores, amigos e familiares seguiam lotados para o cemitério. O caixão – descrito na página do jornal – era composto de “veludo, guarnecido de galões dourados”, que foi coberto por grinaldas, as quais destacamos as seguintes:

Ao inesquecível amigo Deocleciano Motta, lembranças de Alcino e Flavio.
Olympio e Freitinhas, ao amigo Dó, lembranças.
Os de sua família, a Dó.
Ao primo Dó, saudades – Dacio.¹⁰⁴

Considerado pela imprensa como um “dos moços de mais exemplar conduta e nobres qualidades”¹⁰⁵, além de ser destacado como um excelente filho, pai e amigo, Deocleciano teve um funeral bastante disputado, tendo a participação da banda de polícia que “sensibilizava os assistentes com os acordes tirados dos seus afinados instrumentos”¹⁰⁶. Tendo sua morte como um acontecimento de cunho social e de certa forma capaz de criar uma espetacularização em torno do fim da vida, o *Diario da Manhã* salientou a tristeza de sua filha Zulnara que era

¹⁰¹ Jornal *Diario da Manhã* de 08 de maio de 1913.

¹⁰² Jornal *Diario da Manhã* de 09 de maio de 1913.

¹⁰³ *Ibid.*

¹⁰⁴ *Ibid.*

¹⁰⁵ Jornal *Diario da Manhã* de 08 de maio de 1913.

¹⁰⁶ Jornal *Diario da Manhã* de 09 de maio de 1913.

“para ele a alegria o enlevo, o seu maior cuidado, o seu amor”¹⁰⁷, portanto, ao imprimir tais dizeres, o jornal demonstrou que dentro do seio familiar ao se perder um ente querido se desenrola um drama restrito primeiramente aos familiares e amigos, mas, que acaba perpassando para os demais membros da sociedade que participarem deste funeral.

Conforme vimos anteriormente, Dó era membro do Centro Operário que se fez presente ao seu enterro. O seu representante e orador Rodrigues Vianna no ato que em iria se encerrar a esquife proferiu um discurso enaltecendo o falecido, dramatizando com fortes características de uma espetacularização, desse modo, seu pronunciamento foi descrito:

Naquele momento existia uma força estranha, suprema, extraordinária mesmo que nos fazia ajoelhar a alma diante daquele tumulto que se abria, diante daquele tumulto, diante daquela campa que se ia fechar, levando consigo o mistério indecifrável dos grandes enigmas.

Que para o morto ali era pranteado não lhe valeram as merecidas simpatias, a estima sincera dos amigos, o amor inocente da filha, o desvelo da família, a honra do nome, para antepor um dique aos horrores da morte, para criar obstáculos á missão, as vezes inglória, do destino. Que não era preciso desdobrar uma pagina ao menos livro do seu existir, em cujas folhas se entrelaçavam sentimentos nobres e ações generosas, porque a vida do finado fora sempre um compendio aberto ás visitas de todos.

Perorando ainda, trouxe á expressiva e sentida oração, a lenda bíblica, poematisada de Guy Maupassant, onde Deus, o pegureiro divino, ao percorrer pela manhã os acampamentos do azul sem termos, na missão dulcíssima de recolher ao aprisco da luz, o rebanho das estrelas, dera pela falta de uma, e que ao relancear os olhos pela terra, encontrou na alma eleita o extinto, quem substituiria a estrela fugida, e daí a sua elevação da terra aos céus...

Continuando ainda o nosso colega demonstrou que devia chorar a sua morte, o pequenino ser, que fica orfão dos seus cuidados e dos seus carinhos; que deviam prantea-lo seus pais e irmãos, os quais com a sua desapareição haviam perdido talvez a mais forte coluna da família; que a nós, companheiros do morto, que comungamos ao seu lado da mesma hóstia do leal companheirismo, que acostumamo-nos sempre a vê-lo distribuir as primícias do seu coração bem formado, a nós, não competia chorar, uma vez que as nossas lágrimas não traduziram o sentimento que nos pungia a alma e sim, era nossa obrigação cobrir a sua campa de flores e rogar a Deus, o Supremo Arquiteto de todas as cousas, que lá, no seio augusto da bemventurança eterna, lhe desse o merecido premio do grande bem que profusamente espalhou sobre a terra.¹⁰⁸

Em seu trabalho intitulado *Urbanização, poder e práticas relativas á morte no sul da Bahia, 1880-1950*, André Luíz Rosa Ribeiro elenca que o processo fúnebre era composto por duas fazes distintas, na primeira, focava-se nos ritos religiosos; já na segunda, de caráter laico, procurava-se “a ostentação de *status* social e a exaltação da personalidade do morto”

¹⁰⁷ *Ibid.*

¹⁰⁸ Jornal *Diario da Manhã* de 09 de maio de 1913.

(RIBEIRO, 2008, p. 183). Logo, divulgar a morte de determinados cidadãos e cidadãs denota uma veemente preocupação com o status social da família enlutada. Ainda neste panorama, ao discursarem no momento em que o caixão será fechado e levado para o buraco com 7 palmos de profundidade devidamente preparado, era comum que algum familiar, amigo, colega ou membro de uma classe enaltecesse o morto, apontando suas qualidades, traçando algumas características de sua personalidade.

Uma morte de grande repercussão na imprensa sergipana foi a de Gumersindo Bessa, segundo Ribeiro: “os relatos da imprensa destacam a imponência dos cortejos da elite econômica” (RIBEIRO, 2008, p. 190), portanto, mesmo não sendo considerado um membro da elite econômica, Bessa, destacou-se como um membro da elite intelectual e política do Estado. Sua morte foi capaz de ocupar duas páginas do impresso *Diário da Manhã* do dia 26 de agosto de 1913. Porém, nos reteremos a dois pontos ao analisarmos a sua morte, o primeiro focará nela como um acontecimento social, o segundo como uma espetacularização.

O enterro do dr. Gumersindo Bessa foi um acontecimento bem poucas vezes visto nesta capital.

A casa do grande morto ocorreu tudo o que a cidade tem de mais digno e nobre.

Uma romaria de pessoas gradas, de intelectuais, de amigos dedicados, de estranhos mesmo, fez-se para a modesta vivenda do atleta que se finara.

As 5 horas da tarde, desfilou o lúgubre cortejo. O féretro foi conduzido á mão na grande extensão que vai do seu aposento á Catedral.

Obedecendo a uma disposição anterior, que ele revelara aos amigos, tiveram de parar ao sopé da estatua de Fausto Cardoso, de cuja base dirigiu-se á colossal assistência o talentoso professor do Atheneu Sergipense, Manoel de Oliveira.¹⁰⁹

Deste modo, a cerimônia fúnebre de Gumersindo Bessa tornou-se um acontecimento social de fundamental importância para a sociedade, tendo em vista que após a missa de encomendação realizada na igreja catedral, o cortejo seguiu para o cemitério Santa Isabel acompanhado por dez bondes que excediam a sua capacidade. No trajeto por onde passava, era visualmente grande o número de pessoas, conforme descreveu o referido periódico: “por todas as ruas e praças, famílias e populares acotovelavam-se para ver de perto o desfilar do grande prestito, e não raro o pranto incontido e traduzido em soluços se fazia sentir”¹¹⁰. Todavia, foi na necrópole que o espetáculo em torno da morte de Bessa foi ganhando forma e proporções ainda mais pertinentes.

¹⁰⁹ Jornal *Diário da Manhã* de 28 de agosto de 1913.

¹¹⁰ *Ibid.*

Para o enterro do querido sergipano não houve convites: foi portanto, espontâneo o comparecimento.

Quadro digno de nota foi o que se presenciou na cidade dos mortos. Uma multidão compacta de homens, mulheres e crianças ali aguardavam a chegada do grande morto.

Todos, á porfia, pelejavam para se aproximar do tumulo, cavado no solo, que tinha de receber tão sagrados despojos.¹¹¹

Por ora, a comoção social em torno de uma morte não se restringiu às mortes citadas até agora. No dia 16 de setembro de 1913, falece o Desembargador Dionisio de Teles de Menezes que vinha sofrendo a pouco mais de um mês de uma moléstia que aos poucos ia retirando cada sopro de vida que ainda restava no seu corpo. Seu falecimento, noticiado pela imprensa sergipana, foi bastante competido, o qual, também foi capaz de irromper com a premissa de uma morte restrita ao cunho familiar e dos amigos. Pois foi assim que noticiou o *Diario da Manhã*:

No cemiterio

A massa popular que se achava ao cemitério Santa Izabel, aguardando a chegada do prestito fúnebre era enorme.

Uma companhia do corpo de policia descarregou por três vezes as armas, á passagem do esquife.

Na capela do cemitério ainda foram rezados ofícios religiosos em sufrágio da alma do estimado morto.

A beira do tumulo, antes de ser colocado no carneiro o corpo, o dr. Armando Cardoso falou lembrando os serviços prestados pelo dr. Dionisio Telles ao Estado de Sergipe.¹¹²

Novamente, mesmo se tratando de uma personalidade, observou-se a forte participação de diferentes estrados da sociedade aracajuana em um enterro. Portanto, entende-se que:

“O cortejo fúnebre de membros das camadas mais abastadas podia servir como uma vitrine social, onde as demonstrações de proximidade com o morto eram especialmente relevantes. Essas verdadeiras procissões teatralizavam as redes de relações de poder expressas no cenário dominado pela morte. Neste sentido, o funeral cumpria uma série de preceitos com múltiplas funções, entre as quais demonstrar o sentimento pela perda do “ente querido” e expressar distinção. (RIBEIRO, 2008, p. 194)

Não se pode negar que a sociedade aracajuana da Primeira República era participativa nos cortejos e enterros que ocorriam na capital, talvez, a divulgação das notas necrológicas pela imprensa sergipana tenha favorecido na disseminação da ideia de que a morte, solitária,

¹¹¹ Jornal *Diario da Manhã* de 28 de agosto de 1913.

¹¹² Jornal *Diario da Manhã* de 18 de setembro de 1913.

passa a ser coletiva com a participação de diferentes esferas da sociedade. Porém, há de se observar que muitos cidadãos compareciam aos funerais por diferentes motivações já abordadas anteriormente.

Contudo, a divulgação da morte de homens, mulheres e crianças foi capaz de proporcionar uma nova perspectiva, agora, o morrer tornou-se um acontecimento social com convites anunciados nas páginas dos jornais, os quais acabavam favorecendo o comparecimento das pessoas, mas, sobretudo, as descrições destes acontecimentos revelam o poder social que a morte exercia sobre esta sociedade. Tendo em vista que os leitores encontravam quase que diariamente nas páginas dos periódicos a narração de algumas cerimônias fúnebres que ocorreram em Aracaju.

Logo, podemos observar que o gosto pela morte tomou conta dos jornais que circularam pela capital sergipana entre os anos de 1889 a 1930, tal gosto se deu através dos constantes artigos publicados por cidadãos que buscavam compreender a morte; as notas necrológicas serviam para divulgar; as propagandas buscavam atender um mercado consumidor em torno da morte, portanto, artistas ofereciam seus trabalhos, marceneiros anunciavam que produziam caixões, lojas colocavam a venda coroas mortuárias, ou seja, criou-se todo um comércio em torno da morte.

Todavia, os funerais tornaram-se verdadeiros espetáculos abertos ao público em geral. Para Antonio Motta “a depender da importância do morto, o velório e o enterro se tornavam atrativos de grande interesse público” (2009, p.100). Enxergada como um atrativo público, a morte ganhou características performativas – banda de música, discursos, choros exacerbados – o que nos leva a compreendê-la como uma teatralização com seus atores atuando nos seus respectivos papéis que lhe cabem e com um público frequente que espera justamente estes atos performativos.

Falecida em 13 de dezembro de 1915, Dona Nininha, como era conhecida Maria da Pureza Guimarães, católica, que segundo o jornal *Diario da Manhã* de 14 de dezembro de 1915 se fazia “presente a quase todas as cerimônias religiosas” teve seu enterro bastante concorrido, pois ao “correr célere a notícia de seu falecimento, á residência de sua família afluíram infinidades de pessoas, compartilhando, assim, da dor por que seus parentes passavam”¹¹³. Seu enterro aconteceu na tarde do dia 13, o cortejo fúnebre saiu de sua residência na Rua de Simão Dias, esquina com Itaporanga, conduzido pelas mãos de seus familiares e amigos até o cemitério Santa Isabel ao som da banda do corpo de polícia. Por ser

¹¹³ Jornal *Diario da Manhã* de 14 de dezembro de 1915

católica, diversas senhoras e senhoritas ostentavam os símbolos de diferentes irmandades religiosas, muitos homens também estavam presentes a este ato de piedade cristã.

A morte de Dona Nininha exemplifica a importância social dada ao momento em que a alma desprende do corpo físico rumo a outro plano. A participação de diferentes grupos – destaque para as irmandades – apontam a importância social dada a morte por determinadas classes. Seu funeral, acompanhado por dois padres, teve a participação da banda de música da polícia que entoava marchas fúnebres em seu trajeto, o que nos denota uma espetacularização da morte.

No entanto, nada mais comovente do que a morte de uma pequena criança que não conseguiu sobreviver mais que alguns dias nesse plano terrestre, a pequena Lindete, filha de Dona Nanoca Côrtes e Fabricio Vampré Côrtes, teve seu enterro realizado no dia 26 de março de 1916, seu corpo foi levado para a necrópole “por um aluvião de crianças”¹¹⁴. Ora, a comoção em torno da morte de uma criança é um acontecimento social que perpassa o universo dos adultos, temos aqui, crianças acompanhando a pequena defunta que nem mesmo teve tempo de receber o primeiro sacramento da igreja católica. Entretanto, seu enterro elucida bem o ato performativo em torno da morte quando crianças se transformam em atores e acompanham o féretro para o cemitério em total comoção e compartilhamento do luto.

Em 1927, aos 17 dias do mês de maio, no hospital de Santa Isabel, rodeado por amigos, pranteado pela esposa e acompanhado pela equipe médica desta casa de caridade, venho a falecer Francisco Bento de Almeida, cidadão português residente em Aracaju, cidade na qual ocupou o cargo de mestre e sócio da alfaiataria do alfaiate José Pereira. A loja Maçônica Continguiba, da qual fizera parte como membro se mostrou participante nas horas finais do seu irmão.

A loja Maçônica Continguiba de que o falecido fazia parte, muito contribuiu para que os seus últimos momentos fossem suavizados quando possível. Os seus membros compareceram encorporados ao saimento, sendo o seu féretro coberto de flores naturais não só por maçons, como por muitas pessoas outras que se juntaram a essa última homenagem a convite dos membros da Continguiba.¹¹⁵

Como membro da loja Maçônica Continguiba seus outros participantes acompanharam toda trajetória final de Francisco ao lado de seus familiares. Portanto, fazer parte de um grupo específico era uma forma de interação social em vida, mas, ao morrer servia como garantia de que o funeral, o cortejo e o enterramento não ocorressem com poucos participantes. Assim, a

¹¹⁴ Jornal *Diario da Manhã* de 26 de março de 1916

¹¹⁵ Jornal *Diario da Manhã* de 21 de maio de 1917.

morte de alguns membros tornava-se um acontecimento não somente para a sociedade, mas, para o grupo em qual estava inserido.

Aos 56 anos de idade, D. Maria Francisca, natural da cidade de São Cristovão, mãe de seis filhos, faleceu no dia 26 de agosto de 1917 na capital sergipana. Esta senhora, destacou-se pelos constantes atos de caridade para com as crianças, por isso, seu sepultamento foi marcado pela presença da criançada que “foram tributar-lhe as suas homenagens, rogando nessa linguagem misteriosa e santa a benção de Deus para aquela que como Jesus tanto soube amar as criancinhas”¹¹⁶.

Novamente, como no caso da pequena Lindete, temos as crianças adentrando ao universo adulto em busca da compreensão da morte, ou até mesmo, procurando reproduzir o que se passava em um campo totalmente diferente daquele que estavam acostumadas a lhe dar. Portanto, neste espetáculo tenebroso que é a morte para o universo infantil, tomam para si o papel principal na cerimônia de enterramento, sendo reservado aos adultos o papel de coadjuvante.

Rico, empresário na Capital Federal, de família bastante respeitada e conceituada em Sergipe, Alvaro Ferraz, irmão de Thales Ferraz – proprietário da fábrica Sergipe Industrial – ao cair doente retorna ao seu berço natal em busca de uma melhora em seu estado de saúde, não o achando, vai para o interior do estado em busca de “ares benéficos”¹¹⁷ para sua recuperação.

Considerado pelo *Diario da Manhã* como um “distinto cavalheiro de aprimorada educação, possuidor de um espírito fino, cujas qualidades eram por demais distintas e conhecidas em nosso meio social”¹¹⁸, ao ter seu estado de saúde agravado não lhe faltou amigos de todas as classes sociais para o visitarem em “seu leito de enfermo, e assim até aos doloridos momentos de se apagar o fio de sua existência tão útil e admirada por toda gente”¹¹⁹. Porém, foi inevitável a sua luta contra a morte, pois faleceu no dia 01 de abril de 1918.

Sepultado no dia 02 de abril às 09 horas da manhã no cemitério de Santa Isabel, o féretro foi acompanhado por “um extraordinário número de pessoas em bondes especiais até o cemitério”.

¹¹⁶ Jornal *Diario da Manhã* de 28 de agosto de 1917.

¹¹⁷ Jornal *Diario da Manhã* de 03 de abril de 1918.

¹¹⁸ *Ibid.*

¹¹⁹ Jornal *Diario da Manhã* de 03 de abril de 1918.

Tido como um “perfeito *gentleman*”¹²⁰, Alvaro Ferraz mantinha um laço de amizades com diferentes esferas da sociedade sergipana, em especial a aracajuana, nota-se pelas grinaldas postas sobre o seu ataúde:

Saudades eternas de sua mãe e irmãos;
Alvaro Ferraz – Saudades de Maricas, Elizinha e Eduardo;
Bom amigo Alvaro Ferraz – Saudades de Ascelino Prado;
Saudades dos auxiliares técnicos da Sergipe Industrial;
Saudades de Genulpho, Belizana e Filhas;
Wih Schwell, Veber & C.;
Ao bom Alvaro – Saudades da família Paiva;
Ao inesquecível Alvaro – Lourenço Monteiro e família;
Ao amigo Alvaro Ferraz – Nicolau Mandarino;
Saudades de Adolpho e irmãos;
Saudades eternas – Sebastião e família;
Do padrinho Daniel e família a Alvaro Ferraz – Saudades;
Saudades de Thomas Cruz e família.¹²¹

Ainda desolados, Anna Ferraz e seus filhos, agradeceram através uma nota no jornal *Diario da Manhã* a “gentileza de conforta-los pela perda do seu muito querido filho e irmão Alvaro Ferraz”¹²², ao tempo que convidavam para missa em sufrágios da alma do falecido que ocorreria no dia 08 de abril de 1918, às 08 horas e 30 minutos na Capela São João na fábrica Sergipe Industrial.

Homem dedicado à política e a imprensa sergipana, Apulchro Motta ao morrer no dia 23 de fevereiro de 1924 foi capaz de mobilizar uma grande quantidade de pessoas em torno do seu enterro. Notadamente os amigos compareceram a esta cerimônia, além dos “representantes das várias classes sociais”¹²³

Falecida no dia 25 de julho de 1927, Dona Clara de Mello Campos, mãe do Dr. Manoel Xavier de Oliveira, diretor do jornal *Correio de Aracaju*, teve um funeral bastante frequentado por “um grande numero de pessoas das relações de amizade dos parentes da extinta, as quais foram testemunhar, pessoalmente, sua solidariedade e conforto moral”¹²⁴. Seu enterro ocorreu às 16 horas no cemitério Santa Isabel “com numeroso acompanhamento de cavalheiros representando todas as classes sociais”¹²⁵. Não podendo comparecer ao enterro, o presidente do estado, enviou seu secretário Humberto Dantas para prestar condolências ao Dr. Xavier de Oliveira.

¹²⁰ *Ibid.*

¹²¹ *Ibid.*

¹²² *Ibid.*

¹²³ Jornal *A Cruzada* de 02 de março de 1924.

¹²⁴ Jornal *Correio de Aracaju* de 26 de julho de 1927.

¹²⁵ *Ibid.*

D. José Thomaz, bispo da arquidiocese de Aracaju, perdeu seu pai na madrugada do dia 23 de janeiro de 1930. Segundo o jornal *Correio de Aracaju*: “apesar de esperada, a notícia do falecimento do Sr. Thomaz Gomes da Silva causou profundo pesar em todo o meio social”¹²⁶. Seu enterro ocorreu por volta das 16 horas “com a assistência de muitas pessoas”¹²⁷.

Outro enterro que provavelmente foi bastante disputado socialmente foi o do Coronel Gonçalo Pinto de Mendonça, que aos 90 anos de idade, no dia 26 de janeiro de 1930 deixa este mundo. Em vida, fora proprietário da fazenda Santa Rita, do qual fez fortuna e militou na política ao lado do Monsenhor Olimpio Campos. Seu enterramento efetuou-se “pelas 16 horas da tarde, no cemitério de Santa Izabel, com grande concorrência saindo o féretro da casa do Snr. Antonio Mendonça, genro do extinto”¹²⁸. O finado devido a sua alta popularidade detinha centenas de afilhados, os quais, provavelmente tenham comparecido ao seu enterro.

O funcionário da Comissão de Estudos e Obras do Porto de Aracaju, Deoclecio Mesquita Ludovice faleceu no dia 19 de junho de 1930 as primeiras horas da manhã depois de um longo período de sofrimento por conta da enfermidade que o acometia. Sua inumação teve um “enorme acompanhamento”¹²⁹, com destaque para os seus “colegas de repartição”¹³⁰.

Edith Amelia de Sant’Anna, filha do comerciante Aristides Sant’Anna, residente na Rua de Maruim, nº 183, faleceu na manhã do dia 24 de junho de 1930. Seu enterro ocorreu às 16 horas do referido dia no cemitério Santa Isabel com “crescido acompanhamento”¹³¹ de pessoas.

Todas as mortes expostas no decorrer deste capítulo são primordiais para compreensão de alguns pontos determinantes, quais são: a morte vista como um acontecimento social; a espetacularização em torno da morte de alguns indivíduos e, não menos importante, as questões das representações em torno do momento findo da vida. Portanto, a seguir discutiremos cada um.

As notas necrológicas impressas nos periódicos sergipanos, em especial, nos circulantes na capital, revelam uma evocação da sociedade em torno de alguns funerais, cortejos e sepultamentos. Notadamente, as notas tornaram-se uma prática social coletiva, entretanto, nem todas as mortes ocorridas eram destacadas pela imprensa sergipana, assim,

¹²⁶ Jornal *Correio de Aracaju* de 23 de janeiro de 1930.

¹²⁷ *Ibid.*

¹²⁸ Jornal *Correio de Aracaju* de 27 de janeiro de 1930.

¹²⁹ Jornal *Correio de Aracaju* de 20 de junho de 1930.

¹³⁰ *Ibid.*

¹³¹ Jornal *Correio de Aracaju* de 25 de junho de 1930.

aqueles cidadãos de maior destaque acabavam tendo sua morte noticiada nas páginas dos jornais e suas respectivas cerimônias fúnebres eram descritas. Essa publicização da morte caminha para um entendimento de que os diferentes ritos em torno dela tornaram-se públicos, o que acaba por criar uma espetacularização deles.

Mas, no mundo dos vivos, os mortos passam a ter vida a partir do trabalho contínuo de memória e recordação de indivíduos achegados ou do grupo social ao qual o morto pertenceu. É por isso que os ritos permitem tanto exorcizar a morte de alguém quanto presentificar esse alguém na memória dos vivos. Geralmente definidos como atos sociais performativos, os ritos *post mortem* correspondem geralmente a uma necessidade social e emotiva de interiorizar a perda de um membro da comunidade, à medida em que reconfortam, reintegram, revitalizam indivíduos e o grupo social ao qual pertenceu. Todavia, são rituais realizados pelos vivos e para os vivos, chegando a propiciar momentos de intensa sociabilidade, na maioria das vezes capazes de restaurar e fortalecer liames familiares, congregar e reaproximar membros de outras gerações, reunir indivíduos pertencentes a diferentes grupos. (MOTTA, 2009, p.27)

Os vivos acabam imprimindo aos mortos características do seu universo, logo, buscam nos diferentes ritos fúnebres ostentar riqueza e prestígio social, o que acaba levando a espetacularização do ato findo da vida. Portanto, a espetacularização aqui trabalhada se deu através dos discursos proferidos nos funerais, cortejos ou até mesmo na beira do túmulo, não podendo deixar de elencar que a partir do momento em que os jornais reproduziram como ocorreram determinados enterros têm-se uma visão que aponta as principais nuances deste evento, enfatizando sempre aquilo que mais chamou a atenção no sepultamento. Assim, o simples enterro de uma criança tornou-se um acontecimento social, mas, sobretudo um momento de encenação onde outras crianças acompanharam o corpo para o campo santo. Outro exemplo de espetacularização se dava quando o indivíduo detinha um prestígio social ou econômico, o que acabava tornando a morte – inexorável a todos – em um momento de contemplação da existência humana, vai além disso, consternados, a sociedade comovida vai a casa do morto prestar sua última homenagem, acompanha todo o trajeto ao cemitério e lá, compartilha a dor e o luto sentido pela família.

Então, como não enxergar que no momento inoportuno em que a morte ceifa uma vida, torná-lo oportuno? Foi assim que homens e mulheres, adultos e crianças e membros de um determinado grupo social se aproveitaram e incorporaram os seus respectivos papéis para expressarem o seu sentimento de pesar, mas, nem todos buscavam prestar suas condolências. Desse modo, sabendo que o ser humano enquanto ser social busca um espaço em seu grupo/sociedade, alguns poderiam se aproveitar deste momento para buscar uma forma de se

destacarem, deslocando toda a atenção dada ao defunto para si, mesmo que seja por alguns minutos.

Proferir discursos tornou-se uma forma de homenagear, mas também foi uma maneira encontrada por muitos para conclamar a atenção em torno de si. E o que falar da constante participação dos cidadãos nos jornais? Estes, solidários a dor da perda enviavam telegramas as famílias prestando condolências os quais eram em alguns casos reproduzidos nas páginas dos impressos. Outra maneira encontrada por muitos para prestar homenagem foi o envio de textos relatando características que o defunto tinha em vida, ou seja, procuravam enaltecer a figura do morto indicando seus principais atributos, mas, não deixamos de apontar que a licença poética também era utilizada para prestar tributo. Assim sendo, as letras era outro recurso lançado a mão para chamar a atenção no espetáculo que se tornou a morte na sociedade aracajuana da República Velha.

Há de se levar em consideração que a partir do momento em que vislumbramos a morte enquanto um acontecimento social e sua respectiva espetacularização no cunho de uma sociedade analisada de forma pormenor, emerge traços de representações criadas por estes indivíduos que deram vida a nossa análise.

Desse modo, o conceito de representação social utilizado por Chartier cabe dentro desta esfera de debate:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (CHARTIER, 2002, p.17)

Nota-se que determinados grupos, de acordo com os seus interesses, reproduziam ou criavam representações para lhe dar com a morte, foi assim que o Centro Operário de Sergipe, as irmandades, funcionários públicos, jovens e crianças faziam para compreender o momento findo da vida. Porém, Roger Chartier ainda indica que as representações não podem ser vistas como neutras e livres de qualquer estratégia e prática, pelo contrário, são produtoras de estratégias e práticas que buscam legitimar e justificar a forma como um conjunto de pessoas enxergava a morte dos seus, além de servir como recurso para compreensão da interrupção da vida. (CHARTIER, 2002)

Dentro desta seara as práticas devem ser vistas como uma forma de identificação social, servindo para formalizar – em muitos casos – a existência de um determinado grupo. Logo, “a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as

práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição” (CHARTIER, 2002, p.23).

Contudo, as representações criadas e reproduzidas, sejam para entender ou buscar subterfúgios, ocorriam na sua grande maioria de forma coletiva, compartilhada por toda sociedade, entretanto, não podemos ignorar a individualidade de cada indivíduo neste processo, tendo em vista que cada um a sua maneira buscava expor suas concepções e valores, os quais eram inseridos no coletivo numa tentativa de compreender a morte. Mormente, estes homens e mulheres acabaram através das representações criando uma ideia e imagem da morte específica ao seu grupo, no entanto repartida para o âmbito coletivo.

O historiador francês Philippe Ariès em sua obra *História da Morte no Ocidente* indica que na sociedade do “século XIX a morte parecia presente em toda parte: cortejos de enterros, roupas de luto, extensão dos cemitérios e sua superfície, visitas e peregrinações aos túmulos e culto da memória” (ARIÈS, 2012, p.100). Logo, ao transpassar para o século XX – em seus primeiros trinta anos – a morte ainda estava presente em diferentes meios: nos cortejos fúnebres, nas notas necrológicas, nos telegramas enviados, nos cemitérios, na vestimenta específica para o luto, na arte funerária, no comércio entre outros. Enfim, não há como desvincular o papel principal dado à morte no espetáculo criado por ela. A sociedade na busca de compreendê-la a tornou algo do seu convívio diário não isentando de sua participação as crianças. Porém, ao tempo que foi transformada em um acontecimento social e criou-se uma espetacularização em torno dela, não se pode deixar de destacar que a mesma também foi vista como um drama de cunho social, pois era compartilhada, fugia os limites familiares para ganhar proporções trágicas, para isso, tomaremos a morte do industrial Thales Ferraz para explicitar a morte como um drama social.

4.2 – Um rico no cemitério dos pobres: um drama social

A sociedade aracajuana da Primeira República vivia seu ápice do crescimento urbano e populacional, a cidade que outrora fora vista como insalubre começa a ganhar características urbanas que iam engrandecendo e dando um novo aspecto as ruas e avenidas de Aracaju, assim, foram criadas praças públicas, novos prédios foram erigidos e outros ambientes de lazer iam ganhando força – destaque para os cinemas, cafés e livrarias que se proliferaram pela cidade. Relacionado a este crescimento urbano não podemos deixar de destacar o crescimento populacional que começou a emergir a partir do final do século XIX e que continuou gradativamente no decorrer do século XX. Inúmeros fatores apontam os motivos

que levaram ao aumento populacional, os quais são: crescimento do comércio na capital, surgimento de indústrias, reforço do funcionalismo público, as secas no interior causavam a imigração, escolas proporcionavam um aprendizado de qualidade entre outros motivos. Portanto, à medida que a população crescia, aumentava-se a estratificação social intrínseca a este ambiente de constantes mudanças.

Advém lembrar que por trabalharmos com a morte, é importante notar que o universo dos vivos é constantemente reproduzido no universo dos mortos, ou seja, com isso a estratificação social existente em uma determinada sociedade acaba sendo reproduzida por ela no universo daqueles que se foram. Um belo exemplo ocorre nos cemitérios brasileiros do período abordado, porém, nos deteremos a comparar dois campos santos da capital Aracaju, o cemitério de Santa Isabel e dos Cambuys¹³² O primeiro detém em seu solo os restos mortais da elite econômica, política e intelectual; já o segundo é visto como uma necrópole destinada aos desfavorecidos socialmente. Logo, ser sepultado no Santa Isabel era sinônimo de *status*, algo que não cabia aqueles que eram enterrados no Cambuys. Lima Barreto, em crônica intitulada *O Cemitério* nos elucida bem como se dava tamanha diferenciação social no ambiente destinado aos mortos:

Pelas ruas e túmulos, fomos calados. Eu olhava vagamente aquela multidão de sepulturas, que trepavam, tocavam-se, lutavam por espaço, na estreiteza da vaga e nas encostas das colinas aos lados. Algumas pareciam se olhar com afeto, roçando-se amigavelmente; em outras, transparecia a repugnância de estarem juntas. Havia solicitações incompreensíveis e também repulsões e antipatias; havia túmulos arrogantes, imponentes, vaidosos e pobres e humildes; e, em todos, resumava o esforço extraordinário para escapar do nivelamento da morte, ao apagamento que traz às condições e às fortunas. Amontoavam-se esculturas de mármore, vasos, cruzeiros e inscrições; iam além; erguiam pirâmides de pedra tosca, faziam caramanchéis extravagantes, imaginavam complicações de matos e plantas – coisas brancas e delirantes, de um mau gosto que irritava. As inscrições exuberavam; longas, cheias de nomes, sobrenomes e datas, não nos traziam à lembrança nem um nome ilustre sequer; em vão, procurei ler nelas celebridades, notabilidades mortas; não as encontrei. E de tal modo a nossa sociedade nos marca um tão profundo ponto, que até ali, naquele campo de mortos, mundo laboratório de decomposição, tive uma imagem dela, feita inconscientemente de um propósito, firmemente desenhada por aquele acesso de túmulos pobres e ricos, grotescos e nobres, de mármore e pedra, cobrindo vulgaridades iguais umas às outras por fôca estranha às suas vontades, a lutar... (BARRETO, 2010, p.304)

Ora, Lima Barreto, fruto da sociedade carioca da Primeira República, foi capaz de pincelar através das letras um quadro de como se dava a estratificação social no ambiente dos

¹³² Posteriormente o cemitério dos Cambuys passará a se chamar Cruz Vermelha.

mortos através da ostentação dos túmulos, da arte funerária e dos epitáfios que levavam títulos em suas escritas. Não obstante, este exemplo é semelhante ao que aconteceu em Aracaju, a elite buscando cada vez mais se diferenciar das massas buscou através dos túmulos, das artes funerárias e, sobretudo dos epitáfios delinear a sua imponência. Porém, nos deteremos a mostrar o que aconteceu quando um homem rico preferiu ser enterrado no cemitério destinado aos pobres, mas antes, tomaremos novamente a literatura como exemplo para mostrar como possivelmente se davam os enterros de pobres no cemitério dos ricos.

Amando Fontes, autor da obra literária *Os Corumbas*, traçou uma visão do cemitério de Santa Isabel, para ele era muito branco, remontava um pequeno vilarejo repleto de túmulos que ocupavam silenciosamente as ruas (FONTES, 2003), porém, o que nos chama a atenção foi à forma que descreveu o enterramento de Bela – personagem de sua obra – que não resistindo à enfermidade padece no lar pobre de sua família. Assim, Fontes através de sua escrita descreveu o enterro de um pobre no campo santo frequentemente frequentado e utilizado pelas classes mais abastadas da sociedade aracajuana:

O enterro, na tarde do outro dia, reuniu muita gente: crianças dos arredores, operárias das duas fábricas. Algumas trouxeram flores. Flores feias, colhidas nos seus quintais. O caixão era comprido e estreito. Muito simples. Envoltos num pano azul, ralo e sem brilho. (FONTES, 2003, pp.149-150)

Vista como um retrato de uma época – no nosso caso a Primeira República – *Os Corumbas* foi capaz de descrever como os operários das fábricas têxteis localizadas em Aracaju viviam, mostrou sua pobreza, o trabalho na confecção de tecidos e a submissão da mulher pobre nesta sociedade machista. Porém, foi além, mostrou como padeciam os pobres, o caminho que estes tomavam após sua morte. Logo, não podemos manter a concepção de que somente ricos, intelectuais e políticos eram sepultados no cemitério de Santa Isabel, o mesmo, recebia em seu espaço aqueles que eram desfavorecidos socialmente, não com o mesmo *glamour* dado aos de maior posse.

Mas afinal o que levou um rico, industrial e reconhecido socialmente a preferir que seu corpo fosse sepultado num local em que na sua grande maioria eram sepultados os desafortunados de fortuna ou prestígio. Thales Ferraz¹³³ foi o homem que fez essa escolha,

¹³³ Segundo o periódico *Sergipe Jornal* de 27 de setembro de 1927:

Era o falecido filho legítimo do Coronel José Augusto Cesar Ferraz, um dos fundadores da Fábrica Sergipe Industrial e D. Anna Ferraz. Nasceu na cidade de Aracaju, no dia 08 de outubro de 1878, iniciando nesta cidade os seus estudos. Fez o seu curso de preparatórios no colégio S. Salvador, da Bahia, embarcando em seguida para a Europa. Matriculado na universidade de Manchester, diplomou-se em engenharia Têxtil, após um curso de cinco anos, dos quais dois passou nas grandes oficinas de Boltha, estágio que é um complemento prático e obrigatório dos estudos daquela universidade, na seção de Engenharia Têxtil. Retornando ao Brasil, ocupou o lugar de engenheiro da fábrica Sergipe Industrial, fazendo parte da diretoria do mesmo estabelecimento pelo

rompeu com alguns grilhões impostos, melhor, reproduzidos por esta sociedade ao escolher que sua última moradia tivesse como vizinhos os pobres, aqueles que em vida procurou auxiliar, mas, que também detiveram um imenso carinho para com ele, no ato de sua morte se fizeram presentes para prestar uma homenagem final aquele que podemos considerar como um “pai dos pobres” na sociedade aracajuana.

O *Correio de Aracaju* do dia 28 de setembro de 1927 descreveu como ocorreu no dia anterior o sepultamento do Dr. Thales Ferraz:

Realizou-se, ontem, às 4 horas da tarde, o enterramento do dr. Thales Ferraz, cujo acompanhamento arrastou cerca de cinco mil pessoas.

Foi um verdadeiro espetáculo inédito ao Estado, que serviu para bem documentar como tão elevadamente era acatada a pessoa do falecido.

Varias foram às homenagens prestadas ao morto.

O comercio de Aracaju, em peso, encerrou ontem, as suas portas.

O Grupo José Augusto Ferraz que muito recebia do extinto também suspendeu as suas aulas.

O corpo foi conduzido pelos operários da fábrica Sergipe Industrial que na sua quase totalidade pranteavam o desaparecimento prematuro de tão grande benfeitor.

A polícia, no cemitério dos Cambuys teve necessidade de intervir para poder se efetuar o sepultamento.

Foi a última homenagem que os beneficiados prestaram ao seu benfeitor.¹³⁴

Portanto, a morte do industrial Thales Ferraz traz à baila a concepção de que a morte pode ser encarada como um drama social compartilhado por diferentes esferas da sociedade, pois em seu enterro estiverem presentes políticos, comerciantes, operários, estudantes entre outros grupos. Logo, o que de tão especial fez este homem para que seu enterro fosse tão concorrido pelas diferentes classes? Para compreendermos melhor o que levou a espetacularização desta morte, precisamos retomar ao ano de 1920 quando redige o seu testamento.

Solteiro, católico, residente no bairro industrial na capital sergipana, Thales Ferraz aos 15 dias do mês de maio de 1920 redige o seu testamento, o mesmo encontrava-se em plena saúde, mas, “prevendo a morte que a todas aflige”¹³⁵ resolveu redigir o seu testamento como

falecimento do seu pai, o saudoso José Augusto Ferraz. Na qualidade de diretor ele dirigiu a reforma completa dos maquinismos da dita fábrica, denunciando conhecimentos técnicos notáveis. As suas qualidades de iniciativa e boa direção empregadas em harmonia com as dos seus companheiros de diretoria, o ilustre doutor Thomaz Rodrigues da Cruz e posteriormente com o doutor Manuel Rollemberg da Cruz, deveu este importante estabelecimento fabril o desenvolvimento que assumiu. Falecendo aos 49 anos de idade, em pleno vigor, deixa o doutor Thales Ferraz dois irmãos; d. Belisana Ferraz da Fonseca, esposa do Dr. Genulpho Freire da Fonseca, alto funcionário da Fazenda Nacional e snr. Lyalppo Ferraz, comerciante na Capital Federal.

¹³⁴ Jornal *Correio de Aracaju* de 28 de setembro de 1927

¹³⁵ AJES – AJU/ C1º OF. Cx 2154, Livro de Registro de Testamento de 1920

forma de garantir que suas últimas disposições fossem seguidas, assim, nomeou o amigo e advogado Gonçalo Rollemberg como seu primeiro testamenteiro.

Como homem rico e de muitas posses, poderia ter solicitado que seu enterro ostentasse as suas condições financeiras, além de ter importado de alguma marmoraria de São Paulo ou do Rio de Janeiro uma bela obra de arte funerária para o seu túmulo, poderia ter exigido uma grande quantidade de missas em prol da salvação das almas de sua mãe e do seu irmão já falecidos. Abastado e de alto prestígio na sociedade não destoaria do restante dos seus pares ao ter um funeral seguido pela banda de polícia, com um séquito de padres acompanhados por uma grande massa de pessoas. Porém, suas únicas recomendações para a sua morte seriam as seguintes:

É de meu desejo que o meu enterro seja o mais modesto possível e que logo que seja oportuno os meus ossos sejam reunidos aos de minha mãe de saudosa memória a quem será erigido no cemitério da Cruz Vermelha desta cidade, em um mausoléu em terreno já comprado e determinado para este fim.¹³⁶

Mesmo pedindo para ser enterrado em um cemitério onde na sua grande maioria eram destinados os corpos daqueles que não possuem dinheiro, isso por si só não justifica o drama social compartilhado por toda sociedade, inclusive pelos operários da fábrica Sergipe Industrial. Bem sabemos que a pedagogia da Igreja Católica pregava que o ser humano no ato de sua morte deveria se desprender de todas as riquezas formadas neste plano terreno, pois, não se levaria para o plano celestial as riquezas acumuladas, portanto, simplicidade na morte, realização de sufrágios e doação de esmolas seriam os meios encontrados por muitos para alcançarem as portas do céu.

Assim, Thales Ferraz com o pensamento bondoso e voltado para a caridade legou como uma de suas disposições no seu testamento algo que iria comover toda a sociedade sergipana no ato de abertura deste documento logo após a sua morte. Para compreendermos a sua atitude iremos expor este trecho que provavelmente foi o propulsor ao tornar sua morte um acontecimento social, seguido por sua espetacularização, mas, sobretudo tornando-a um verdadeiro drama social.

Deixo a fábrica “Sergipe Industrial” de [ilegível] 1ª 25 (vinte e cinco) ações desta mesma sociedade para todos os anos no aniversário de minha morte distribuir a venda das mesmas em partes iguais por 50 (cinquenta pobres) desta capital. Mas vindo a desaparecer esta sociedade passará o produto destas ações para as Associação Aracajuana de Beneficência e Asilo Rio

¹³⁶ *Ibid.*

Branco na falta desta para outras congêneres em substituição as mesmas, com o mesmo encargo.¹³⁷

Estas atitudes tomadas pelo referido no ato de escrita do seu testamento, no qual legou parte de sua fortuna aos pobres, foi capaz de causar comoção em toda a sociedade aracajuana, pois morria um rico, mas não um avaro, um rico que se preocupava com os pobres, que fazia constantemente atos de solidariedade para com o próximo. Em artigo impresso no *Correio de Aracaju*, Thales Vieira da Silva fez questão de pontuar o lado bondoso desta figura.

Morreu um rico, que fez muitas caridades e não ficou pobre, disse-me penalizado, com os olhos marejados de lágrimas um bom e conhecido amigo. É feito um ligeiro silêncio, impelido pela comoção que lhe embargou a voz, pediu-me ainda que dissesse algo sobre tão triste acontecimento, que veio ferir fundo a alma da pobreza hoje, desamparada e só.

E estou aqui, no cumprimento de minha palavra, e no cumprimento de um dever.

De minha palavra, porque a empenhei a quem muito me merece, e do dever porque, odiando o potentado que explora o pobre, manda a justiça que fale de um rico, que levantou no coração dos necessitados, um grande altar, que nunca mais desaparecerá.

Fez a caridade, como deveria ser feita, às escondidas, dando com a mão direita, sem ter conhecimento à esquerda.

E fê-la sem espalhafato, sem vaidades, sem orgulho, sem o engrossamento costumeiro, sem o alarme da imprensa.¹³⁸

Porém, o anjo da morte vestido de negro e portando sua foice, não faz discernimento entre os homens, para ela, quando chega a hora não importa as benfeitorias que o seu alvo tenha realizado em vida e que ainda poderia realizar se continuasse vivo. Assim, às 02 horas da manhã do dia 27 de setembro de 1927 o industrial Thales Ferraz que em 1918 teve que sepultar seu irmão Alvaro Ferraz no dia 01 de abril e sua saudosa mãe em 16 de novembro do referido ano no cemitério dos Cambuys, também conhecido como Cruz Vermelha, teve agora o seu caminho traçado para os domínios de Hades. Mas não passou dessa vida para outra de forma simplória, sua morte foi digna das páginas de jornais, foi além, sua morte tornou-se um grande acontecimento social para a sociedade aracajuana da Primeira República, pois um rico morria e desejava ser enterrado junto aos seus familiares no cemitério dos pobres.

A sua morte deveria ser considerada um exemplo para os ricos aracajuanos, segundo Thales Vieira da Silva em artigo publicado no *Correio de Aracaju* o mesmo fez questão de tentar pôr por terra a forte estratificação existente no cunho dessa sociedade, segundo ele:

¹³⁷ AJES – AJU/ C1º OF. Cx 2154, Livro de Registro de Testamento de 1920.

¹³⁸ Jornal *Correio de Aracaju* de 29 de setembro de 1927.

Oh! Srs. Capitalistas, vistas de perto, quanto é agradável se proteger o necessitado, dar mão a um amigo. E por que não seguia por esta mesma estrada?

Abrandai os vossos corações.

A vossa fortuna não será diminuída, em salvando aquele que precisa do vosso auxílio. Ao contrario, aumentará muito e muito.

E acima dela está a riqueza das boas obras, legado único, que haveis de deixar á vossa família.

E foi assim, vivendo com os pobres, morrendo ao lado dele e a eles se juntando no seu ultimo sono, que Thales Ferraz se tornou ídolo de todos, a bondade personificada.

Paz á sua alma e pêsames ao operariado da Sergipe Industrial, parentes e amigos.¹³⁹

Figura eminente nos diferentes círculos sociais de Aracaju, Thales Ferraz ao morrer foi capaz de provocar todo um burburinho em todas as categorias sociais presentes na capital. O operariado, os comerciantes, os jovens, os profissionais liberais, a funcionalidade pública, os políticos, todos comentavam a morte deste consigno cidadão. Não era de se chocar que seu enterro fosse bastante concorrido em virtude da estima que todos nutriam para com ele. O Presidente do Estado não podendo se fazer presente nomeou o Tenente Marcellino Queiroz para comparecer ao seu funeral¹⁴⁰. A participação de toda a sociedade aracajuana foi observada pelo periódico *Sergipe Jornal* que descreveu:

Completando a noticia que ontem inserimos sobre a morte do ilustre industrial sergipano Dr. Thales Ferraz – bruscamente roubado do convívio dos que conheciam a sua bondade, temos a acrescentar que o seu enterro foi uma verdadeira consagração, pois que, não só o operariado das fabricas de tecidos como todas as classes sociais compareceram, como prova inconcussa da estima em que tinham o pranteado extinto.

Foi, sem contestação, a maior homenagem fúnebre prestada a um morto, a que assistimos em nossa terra.

E ele bem o mereceu pela bondade que lhe exortava a alma.¹⁴¹

Como um homem bem quisto pela sociedade aracajuana, considerado por muitos um grande benfeitor dos pobres, algo nitidamente demonstrado no ato do seu enterro que foi capaz de mobilizar segundo o jornal *Correio de Aracaju* em torno de cinco mil pessoas. Não faltaram missas pelo sufrágio de sua alma, assim, o Hospital de Cirurgia mandou celebrar uma missa na capela do mesmo às 6 horas da manhã do dia 01 de outubro. Entretanto, a classe operária da Sergipe Industrial, ainda desolados pela morte do seu chefe publicou um convite para missa de 7º dia que seria celebrada na capela da fábrica, conforme segue:

¹³⁹ Jornal *Correio de Aracaju* 29 de setembro de 1927.

¹⁴⁰ Jornal *Diario Oficial* de 28 de setembro de 1927.

¹⁴¹ Jornal *Sergipe Jornal* de 29 de setembro de 1927.

Convite
Dr. Thales Ferraz

Compungidos pelo rude golpe que passa com o falecimento do nosso bondoso chefe e amigo, convidamos os nossos companheiros, parentes e amigos do falecido para a missa do sétimo dia que será celebrada às 8 horas da segunda feira 03 de outubro de 1927 na Capela da Fábrica Sergipe Industrial, pelo eterno repouso da generosa alma do Dr. Thales Ferraz do inesquecível e saudosa memória.
Por este ato, eterna gratidão dos operários da Sergipe Industrial.¹⁴²

As demonstrações de pesar através de missas pela salvação da alma do Dr. Thales Ferraz não pararam, ainda, no dia 04 de outubro circulava um novo convite para a missa que ocorreria no dia posterior:

Convite
Missa
Dr. Thales Ferraz

Isaac Pinna e família, em comemoração ao aniversário natalício de seu inesquecível amigo e protetor. Dr. Thales Ferraz, amanhã 5 de outubro, convidam aos parentes e amigos a assistirem uma missa que pelo eterno descanso da sua alma mandam celebrar na capela da fábrica “Sergipe Industrial”, às 7 horas.
Reconhecidos ficam por mais essa demonstração de amizade.¹⁴³

O leitor atento pode estar se perguntando o motivo de demonstrar a morte de uma pobre através de um fragmento de uma obra literária e de um rico através dos periódicos que circulavam na capital sergipana entre setembro e outubro de 1927. Para compreendermos melhor a utilização de duas fontes distintas, uma ficcional, a outra verídica, é importante salientar que no âmbito da História Cultural tivemos uma ampliação das fontes históricas, logo, entende-se que a Literatura não poderia ser exclusiva do campo de pesquisa historiográfico. Pensando assim, a pesquisadora Sandra Jatahy Pesavento entende que:

Para a História Cultural, a relação entre História e a Literatura se resolve no plano epistemológico, mediante aproximações e distanciamentos, entendendo-as como diferentes formas de dizer o mundo, que guardam distintas aproximações com o real. Clio e Calíope participam da criação do mundo, como narrativas que falam do acontecido, tendo a realidade como referente a confirmar, a negar, a ultrapassar, a deformar.
São ambas, como se viu e como apresentou Ricoeur, refigurações de um tempo, configurando o que se passou, no caso da História, ou o que se teria passado, para a voz narrativa, no caso da Literatura. Ambas são formas de explicar o presente, inventar o passado, imaginar o futuro. Valem-se de estratégias retóricas, estetizando em narrativa os fatos dos quais se propõem falar. São ambas formas de representar inquietudes e questões que

¹⁴² Jornal *Sergipe* Jornal de 01 de outubro de 1927.

¹⁴³ Jornal *Sergipe* Jornal de 04 de outubro de 1927.

mobilizam os homens em cada época de sua história, e, nesta medida, possuem um público destinatário e leitor. Isso tudo diz respeito às aproximações que unem a História e a Literatura (PESAVENTO, 2008, pp. 80-81)

Portanto, as duas mortes, a de Bela¹⁴⁴ e de Thales Ferraz se entrecruzam para análise pelo fato de ambas estarem inseridas no espaço das fábricas têxteis de Aracaju. Desse modo, enfatizar estas duas visões em torno da morte através da simbologia, das práticas e dos discursos nos levam a compreender que o universo findo da vida é uma representação social construída pelos homens numa tentativa de entender sua sociedade nos demais aspectos inerentes a ela.

Não obstante, o palco estava armado, melhor, os palcos estavam prontos para o espetáculo necrológico de Thales Ferraz que se desenrolou em três grandes atos: o funeral, o cortejo e o *grand finale* que ocorreu no cemitério dos pobres onde foi preciso a intervenção do corpo policial para a realização do enterramento.

Criou-se um semblante dramático para algumas mortes, não que a de Thales Ferraz tenha sido a primeira com o maior impacto de dramaticidade na sociedade aracajuana, mas, podemos considerá-la como uma das de maior participação popular, tendo em vista que mais de cinco mil pessoas participaram do seu enterro. Portanto, o drama se desenrolava em torno da ruptura de uma forma de vida para outra – no Ocidente e para o catolicismo a morte transitava juntamente com a incerteza do destino da alma –, no caso analisado, acrescenta-se o forte apelo social desenvolvido pelo nosso personagem em vida, pois suas atitudes acabaram por determinar um drama social ainda maior em torno de sua morte.

Assim sendo, os jornais cumpriam o papel de noticiar a morte de determinados membros da sociedade através das notas necrológicas, as mesmas estavam carregadas de representações concebidas para compreensão e até mesmo como uma maneira de lidar com a morte. As necrologias impressas nas páginas dos periódicos sergipanos – em especial dos que circulavam na capital – buscavam ambientar os seus leitores das mortes que ocorreram no dia anterior e no dia de circulação do mesmo, no entanto, em alguns casos, narravam toda cerimônia fúnebre buscando apontar a dramaticidade nestes eventos que cada vez mais se tornavam acontecimentos sociais de grande relevância e impacto para a sociedade.

Novamente, retomando a morte do industrial Thales Ferraz, podemos considerá-la como exemplo de um “drama sem precedentes” (RODRIGUES, 2005, p.52) tendo em vista a grande participação de diferentes estratos sociais no seu enterro, revelando a sua importância

¹⁴⁴ Personagem da obra literária *Os Corumbas*.

social e econômica, mas, sobretudo como um drama de cunho público devido às dimensões que sua morte acabou ganhando para as pessoas que se fizeram presentes neste rito.

Como um drama social de cunho público, a morte, antes individual e familiar, agora foi deslocada para o contexto coletivo e compartilhada, nesse ínterim, as representações também foram modificadas, ocorreu um deslocamento da representação individual para representações coletivas onde cada indivíduo assumia o seu papel neste drama.

O que parece acontecer é que, quando um grande processo dramático público começa, as pessoas, seja consciente, pré-consciente ou inconscientemente, assumem papéis que trazem consigo. Se estes papéis não são roteiros estabelecidos com precisão, constituem tendências profundamente marcadas de agir ou de falar de maneiras suprapessoais ou “representativas” adequadas ao papel assumido, e pavimentam o caminho para um certo clímax ocorrido em algum mito central da morte ou vitória de um herói ou de heróis – ou a morte-vitória, no caso mexicano – no qual elas foram profundamente instruídas, ou “socializadas”, ou inculturadas durante os anos vulneráveis e impressionáveis da infância, meninice e latência. (TURNER, 2014, p.114)

Para os sociólogos Peter L. Berger e Thomas Luckmann:

A realização do drama depende do repetido desempenho dos papéis prescritos por parte dos atores vivos. Os atores corporificam papéis e efetivam o drama ao representá-lo em um determinado palco” (BERGER, 2008, p.104)

Todavia, assumindo seus papéis neste drama social, as diferentes esferas sociais presentes no enterro do Dr. Thales Ferraz foram capazes de transformar a morte de um indivíduo em um acontecimento social capaz de mobilizar uma grande quantidade de pessoas, “embora no drama social sejam tomadas decisões de meios e fins e afiliação social, a ênfase – tanto quanto o interesse – recaem predominantemente sobre a lealdade e a obrigação, e, dessa forma, o curso dos eventos pode adquirir uma qualidade trágica” (TURNER, 2013, p.30).

Ao retomar a ideia de que a morte é solitária, mas, que de certa forma ganha proporções sociais de acordo com a colocação social do defunto, não se pode deixar de destacar o pensamento de Peter L. Berger:

A verdade é que é sempre um indivíduo único, solitário, que morre. Mas a sociedade consola os parentes do morto e os próprios moribundos pela classificação de cada morte em categorias gerais que parece minorar seu horror. Um homem morre e dizemos: - Bem, todos nós temos de partir um dia. – Este “todos nós” representa uma versão exata do *Man* – trata-se de todo mundo, e por isso, de ninguém, e ao nos colocarmos sob sua generalidade ocultamos a nós mesmos o fato inevitável de que também nós morreremos, solitariamente. (BERGER, 1986, pp.162-163)

Enfim, é sabido que algumas mortes acabavam ganhando um destaque maior no cunho social, logo, estas eram reproduzidas pela imprensa por meio das notas necrológicas. Portanto, ao tomarmos a morte de um industrial como exemplo de drama social não quer dizer que as demais não tenham tido a sua devida importância e participação da sociedade aracajuana da República Velha. O enterramento de Thales Ferraz acabou se transformando em um perfeito exemplo para compreensão do comportamento de diferentes grupos sociais diante da morte ao perpassar pelos três pontos que nortearam este capítulo: acontecimento social, espetacularização e drama.

Conclusão – Vai em paz Barreto Souza

Aos 15 dias do mês de novembro de 1913 faleceu o senhor Barreto Souza, viúvo, pai de três filhas, homem laborioso e bastante estimado em nossa sociedade. Em vida, mostrou-se um funcionário da Fazenda aplicado, nunca faltando ao seu trabalho e cumprindo com maestria o seu papel naquela repartição desde 1902 quando assumiu o seu cargo.

Na sua residência, a Rua de Maruim, nº 404, não faltaram visitantes, funcionários públicos, membros do cenário político, comerciantes, irmãos da Irmandade de Nosso Senhor Jesus Cristo, curiosos todos queriam de alguma maneira ver o corpo do defunto. Interessante essa curiosidade mórbida cada vez mais crescente em nossa sociedade, não era suficiente para muitos saber da morte de alguns cidadãos pelas páginas dos jornais, era preciso ir ver pessoalmente, ora, o luto que outrora era restrito a família e alguns amigos mais próximos parece ter tomado outras dimensões, se estendeu de maneira tal que todos pareciam compartilhar do luto pelo morto.

Seu caixão, revestido de um azul celeste, posto no centro da sala de sua antiga residência – pois em breve irá para sua moradia eterna – foi bastante concorrido pelos transeuntes que desejavam prestar sua última homenagem ao amigo, mas não deixemos de observar que muitos se faziam presentes por curiosidade e para se fazerem vistos nesse evento social. Na sala, onde estava presente o féretro não pude deixar de observar a quantidade de velas que queimavam no ambiente, uma tentativa de espantar a escuridão desse local, ou será uma forma de indicar um caminho de muita luz para o morto?

A chegada de seus irmãos da irmandade causou uma comoção nas suas distintas filhas Jandira, Fernanda e Eline que se encontravam em prantos. Seus irmãos de fé se juntaram a elas e puxaram uma oração comovente, enaltecendo as qualidades desse homem e pedindo que sua alma seja garantida ao reino do céu. Porventura com a chegada da irmandade a luta pela salvação da alma de um irmão ficou nitidamente escancarada, orações e cânticos de fé eram realizados numa tentativa de garantir que o pai e irmão de fé não trilhasse os caminhos do inferno ou que simplesmente sua alma purgasse no purgatório.

Realizados os primeiros ritos em sua casa, enlutados, todos seguiram em cortejo que desceu pela Rua de Maruim a caminho da Igreja Matriz onde seria celebrada a missa de corpo presente. Notei a participação de diferentes esferas da sociedade, a morte de Barreto Souza demonstrou uma perspectiva que não tinha observado anteriormente, ou não tinha me atento, a morte, evento inevitável a todos tornou-se um espetáculo de cunho social com suas nuances de drama. Mas enfim, quero pontuar que seu cortejo foi bastante disputado, quatro bondes da

empresa Carris Urbanos seguiam abarrotados de pessoas, nas ruas, a morte de um cidadão parecia mais um espetáculo, pois as pessoas paravam para assistir ao cortejo, moradores ficavam nas portas de suas residências para verem o corpo passar, alguns comerciantes entendendo o momento de luto da família – compartilhado por muitos – em forma de respeito cerraram suas portas enquanto o cortejo passava. Aqueles que não conseguiram um lugar nos bondes seguiam a pé o acompanhamento do corpo do falecido.

Na Igreja, o vigário aguardava o corpo de sua ovelha, a missa, simples, porém comovente, teve a participação dos membros da Irmandade de Nosso Senhor Jesus Cristo que entoaram orações e pedidos de salvação pela alma de seu irmão que se foi. Suas três filhas, desamparadas pela morte de um pai, mas encaminhadas na vida pelo casamento, choraram, não daqueles choros que chamavam a atenção de todos, mas um choro silencioso. Algumas mulheres presentes se desataram em prantos, assumiram o seu papel neste evento, choraram pelo morto, não que estas mulheres mantivessem algum laço de parentesco, mas sensibilizadas com o luto de suas filhas compartilharam o sentimento de pesar através das lágrimas que rolavam pelos seus rostos.

Terminada a missa, as pessoas se retiraram do templo de Deus para acompanharem o cortejo que rumava para o cemitério de Santa Isabel, os bondes seguiam lotados, algumas pessoas fizeram o trajeto a pé.

Na porta do campo santo, centenas de pessoas aguardavam pelo defunto, uma cena teatral se desenrolaria neste local. Os túmulos pareciam brigar por espaço, tornando as ruas deste cemitério vielas estreitas por onde tínhamos que transitar. Interessante observar que existe um ditado popular que diz que a morte nivela socialmente, não é bem assim o que vejo ao caminhar por esta necrópole, vejo sim, túmulos suntuosos, outros simples, alguns faziam questão de estampar em suas lápides os seus cargos uma forma clara de estratificação social. Perambular pelas ruas estreitas causou uma sensação de morbidez, imagens sacras, de anjos, de mulheres saltavam aos túmulos numa tentativa de opor a simplicidade da decomposição do corpo a que todos sofreriam neste local.

Os sete palmos de terra destinados ao estimado Barreto Souza já se encontravam a sua espera, neste momento final a qual um homem desce para sua última moradia todos desejavam prestar uma homenagem, mas, foi o seu amigo Diego Castro que tomou a liberdade e pronunciou um discurso eloquente enaltecendo a figura do seu colega de repartição enquanto funcionário público, não deixou de elucidar a alegria que Barreto Souza teve de encaminhar ao casamento cada uma de suas filhas, mas, sobretudo disse que fora um homem destinado em vida a três palavras: família, fé e trabalho, um verdadeiro mantra que o

lastimado defunto seguiu. Por mais que tente ignorar essa atitude que vêm ganhando espaço nos enterramentos, os discursos são uma maneira de conclamar a memória do morto, porém, também o são uma forma de destacamento social, competia aos mais próximos ao morto esse papel.

Inúmeras coroas mortuárias foram enviadas por colegas de repartição, por amigos, familiares, comerciantes entre outros que não compete descrever aqui. Flores foram lançadas ao caixão quando este finalmente desceu para a faixa de terra que seria destinado a última moradia deste cidadão aracajuano. Entre lágrimas e abraços todos se despediram de Barreto Souza, porém não sabemos o destino que sua alma tomaria, mas todos, sentidos de que haviam cumprido os seus respectivos papéis neste acontecimento, estavam crenes de que sua alma iria para o lado da sagrada família.

Enfim, não sou frequentador assíduo dos enterros que ocorrem nesta capital, mas pude observar e resolvi tomar nota que os sepultamentos se transformaram em acontecimento social, com fortes características de espetacularização e dramatização. Parece que a morte denotou uma nova percepção para a sociedade, não se morre mais solitariamente e se faz o trespasse carregado por amigos e familiares, agora tudo é feito de forma coletiva, para isso os jornais assumiram um papel de difusor das mortes através das suas notas necrológicas, os familiares enlutados publicavam convites nas páginas dos periódicos, tudo, buscando transformar a morte em um verdadeiro acontecimento de cunho social capaz de mobilizar uma grande quantidade de pessoas que em torno dela buscavam compreender o momento findo, porém, não posso me permitir omitir que os cidadãos criavam formas de representar a morte, uma tentativa nítida de lidar com o anjo da morte. Vai em paz Barreto Souza.

Até onde vai o limite entre literatura e história? Não seria a literatura uma forma de fazer história? Ou simplesmente a história seria uma forma de se fazer literatura? São inquietações teóricas e metodológicas bastante discutidas no âmbito acadêmico, entretanto não entrarei neste mérito. Porém, a referida crônica de um enterro – que muitos são levados a crer que realmente aconteceu – não passa de uma amostra de que baseado em pesquisas o historiador pode fazer da sua escrita uma narrativa que demonstre como a sociedade de outrora se comportava diante da morte, libertando-se do rigor acadêmico que aprisiona os trabalhos nas prateleiras das universidades.

Tal escolha, ainda que pareça estranha, foi fundamentada nas diferentes fontes analisadas no decorrer deste trabalho, assim, os jornais, os testamentos, os diários de Gumercindo Bessa foram fundamentais para construção deste quadro narrativo, narrativa essa que permeia em torno de alguns pontos determinantes na consumação desta pesquisa, os quais

são: percepção(ões) da morte, o testamento enquanto fonte de pesquisa, as últimas disposições do vivo/morto, a morte vista como um acontecimento de cunho social, a espetacularização desta e por fim a visão de que a mesma transformou-se em um drama social.

Trazer conclusões quando ainda se existe muito para desbravar é um tanto que audacioso, porém, a pesquisa realizada nos leva a crer que chegamos em um denominador comum, ou seja, conseguimos visualizar alguns pontos interessantes na forma como a sociedade aracajuana da Primeira República representava a morte e como se comportava diante dela.

Assim, podemos observar que diferentes percepções foram reproduzidas nas páginas dos jornais numa tentativa de compreensão do momento findo. Porém, há de salientar que estas percepções não eram somente compartilhadas no coletivo, algumas, como no caso de Bessa, ficavam restritas ao individual. Desse modo, entendemos que a criação de percepções seria uma forma encontrada para compreensão da morte, ou até mesmo uma maneira de enfrentar o medo que circundava a incerteza do caminho que seria destinado à alma.

Através das páginas dos jornais conseguimos identificar as diferentes percepções e representações criadas e reproduzidas numa tentativa de compreensão da morte. No entanto, é nos testamentos onde conseguimos visualizar nitidamente os desejos que homens e mulheres tinham para com a sua morte, explicando melhor, foram nos testamentos que as disposições quanto aos sufrágios pela alma, a doação de esmolas, as vestimentas que deveriam ser utilizadas no defunto e o local de sepultamento foram claramente entendidas. Não obstante, este tipo de fonte ainda foi capaz de revelar o uso de algumas fórmulas e conseqüentemente como se deu o desuso delas, o mesmo também cabe aos ritos.

Portanto, os testamentos era a forma legal instituída pelo morto – quando ainda estava vivo – para que suas últimas disposições fossem atendidas. Dessa maneira, a sociedade aracajuana nos 41 anos analisados utilizou-os provavelmente incentivados pela Igreja Católica, pois o testamento seria uma preparação para a morte. Foi assim que alguns cidadãos e cidadãs fizeram valer as suas vontades no tocante a herança, mas, sobretudo nas disposições para com o seu corpo quando o último sopro de vida deixasse de circular. Há de se indicar que à análise serial dos testamentos entre os anos de 1889 a 1930 também apontam uma mudança na utilização de algumas fórmulas utilizadas, nas solicitações de sufrágios e nas disposições relativas nos enterramentos conforme podemos observar nas tabelas 1, 2 e 3 do presente trabalho.

A sociedade aracajuana tratou a morte de alguns membros dela como verdadeiros acontecimentos sociais. Deste modo, o morrer, algo individual e que durante algum tempo ficou restrito ao seio da família e de alguns amigos mais próximos ganhou uma característica pública, pois as notas necrológicas e os convites impressos nos diferentes jornais circulantes mostram não somente uma preocupação em publicizar a morte, mas também de torná-la um acontecimento para toda a sociedade que se fazia presente de diferentes formas e com pensamentos distintos nas cerimônias fúnebres. Destaca-se nessa visão da morte como “acontecimento social” a participação da sociedade nestes enterros, os quais acabam caminhando para a espetacularização.

A espetacularização da morte era algo recorrente, basta lembrarmos dos enterros de Zulnara Motta, Gumercindo Bessa e Thales Ferraz que foram analisados neste trabalho dissertativo. Portanto, entendemos que a espetacularização em torno da morte foi uma maneira encontrada pelas pessoas de assumirem determinados papéis nestes ritos, contudo, também serviria como forma de chamar a atenção para si ou até mesmo para o corpo inanimado. Neste ambiente onde a morte transformou-se em um espetáculo representado por diferentes esferas da sociedade, emerge o último ponto abordado na pesquisa, o drama social.

O drama social no que tange a morte sempre esteve presente nela, morrer significava o rompimento de uma forma de vida para outra, destarte, isso poderia ocorrer individualmente e coletivamente. Quando se fala em drama social, seguindo a ideia proposta por Victor Turner (2008), temos a performance de alguns indivíduos em destaque. O ato performativo na cerimônia fúnebre evocava o papel social de alguns, mas, mormente, indicava a concepção que se tinha da morte, não deixando de destacar as diferentes representações criadas e reproduzidas numa tentativa do homem em compreender o momento final da vida. Portanto, irromper uma forma de vida para a outra deveria ser algo compartilhado pela sociedade em diferentes aspectos, expulsando a concepção de que se morre sozinho.

Compreendendo que o historiador no ato de sua pesquisa e escrita acaba fazendo escolhas e recortes no seu objeto de estudo, alguns pontos ficaram entreabertos ao nos debruçarmos sobre a morte como um tema de trabalho. Logo, abordamos de forma sucinta o comércio em torno da morte, para isso utilizamos alguns anúncios estampados nos periódicos analisados, entretanto, para se entender melhor as práticas, os ritos e os gastos utilizados para os sufrágios, obras pias, doação de esmolas, gastos no enterro se faz necessário à inserção de uma nova fonte de pesquisa: os inventários.

Outro ponto que poderia ter sido abordado é a simbologia em torno da arte funerária presente nos cemitérios de Santa Isabel e da Cruz Vermelha, porém, por escolha metodológica

e teórica não adentramos neste campo de estudo, sendo assim passível de uma análise mais detalhada por parte de outros pesquisadores.

Por fim, a morte foi bastante trabalhada por outros autores no âmbito do momento de transição dos enterramentos do interior e ao redor das igrejas para os cemitérios, destacam-se os trabalhos de Cláudia Rodrigues e João José Reis ao focarem esta mudança ocorrida no século XIX. Em Sergipe, os relatórios de Presidentes de Província apontam a preocupação do Governo Provincial, mas, sobretudo Imperial em mudar este tipo de costume fúnebre ainda empregado no Brasil oitocentista e praticamente em desuso no universo europeu. Desse modo, estudar o comportamento da sociedade aracajuana entre os anos de 1840 a 1889 se mostra bastante promissor.

Fontes

Manuscritos

Testamentos (1889 –1930) existentes no Arquivo do Judiciário de Sergipe. Informações sobre cada testamento citado se encontram nas notas de rodapé referentes a cada capítulo.

Impressos Oficiais

Estado de Sergipe. Mensagem enviada á Assembléa Legislativa a 7 de setembro de 1908 pelo Desembargador Guilherme de Souza Campos, Presidente do Estado. Aracajú, J. Costa e C, 1908.

Estado de Sergipe. Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa de Sergipe da 2ª Sessão Ordinária da 9ª Legislatura em 7 de setembro de 1909 pelo Vice-Presidente do Estado Dr. Manoel Baptista Itajahy. Aracajú, Typographia Commercial, 1909.

Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa do Estado em 15 de março de 1910 na Instalação da Sessão Extraordinária da 10ª Legislatura pelo Presidente do Estado Dr. José Rodrigues da Costa Doria. Aracajú, Typ. do Estado de Sergipe, 1910.

Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa do Estado em 7 de setembro de 1910 na Instalação da 1ª Sessão Ordinária da 10ª Legislatura pelo Presidente do Estado Dr. José Rodrigues da Costa Doria. Aracajú, Typ. do Estado de Sergipe, 1910.

Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa do Estado em 7 de setembro de 1911 na Instalação da 2ª Sessão Ordinária da 10ª Legislatura pelo Presidente do Estado Exm. Sr. Dr. José Rodrigues da Costa Doria. Aracajú, Typ. do Estado de Sergipe, 1911.

Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa pelo Presidente de Sergipe Dr. José Rodrigues da Costa Doria em 23 de outubro de 1911. Aracajú, Typ. Commercial, 1911.

Estado de Sergipe. Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa pelo Exm, Sr. General Dr. José de Siqueira Menezes, Presidente do Estado, na sessão extraordinária em 15 de agosto de 1912. Aracajú, Typ. do O Estado de Sergipe, 1912.

Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa de Sergipe em 7 de setembro de 1913 na 2ª Sessão Ordinária da 11ª Legislatura pelo Presidente do Estado Exm. Sr. General Dr. José de Siqueira Menezes. Aracajú, Typ. do O Estado de Sergipe, 1913.

Estado de Sergipe. Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa pelo Exm. Sr. General Dr. José de Siqueira Menezes, Presidente do Estado na sessão extraordinária de 3 de julho de 1914. Aracajú, Typ. do O Estado de Sergipe, 1914.

Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa de Sergipe em 7 de setembro de 1914 na Instalação da 1ª sessão ordinaria da 12ª Legislatura pelo Presidente do Estado Exm. Sr. Coronel Pedro Freire de Carvalho. Aracajú, Typ. do O Estado de Sergipe, 1914.

Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa de Sergipe em 7 de setembro de 1915 por ocasião da abertura da 2ª sessão ordinaria da 12ª Legislatura pelo Presidente do Estado General Manuel P. de Oliveira Valladão. Aracajú, Typ. do O Estado de Sergipe, 1915.

Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa de Sergipe pelo Presidente do Estado General Manuel P. de Oliveira Valladão por ocasião da abertura da sessão extraordinaria em 20 de junho de 1916. Aracajú, Typ. do O Estado de Sergipe, 1916.

Mensagem dirigida á Assembléa Legislativa de Sergipe pelo Presidente do Estado General Manuel P. de Oliveira Valladão em 7 de setembro de 1916 ao Instalar-se a 3ª sessão ordinaria da 12ª Legislatura. Aracajú, Imprensa Official, 1916.

Mensagem dirigida á Assembléa Legislativa de Sergipe pelo Presidente do Estado General Manuel P. de Oliveira Valladão em 7 de setembro de 1917 ao Instalar-se a 1ª sessão ordinaria da 13ª Legislatura. Aracajú, Imprensa Official, 1917.

Mensagem dirigida á Assembléa Legislativa de Sergipe pelo Presidente do Estado General Manuel P. de Oliveira Valladão ao Instalar-se a 2ª sessão extraordinaria da 13ª Legislatura em 15 de julho de 1918. Aracajú, Imprensa Official, 1918.

Mensagem dirigida á Assembléa Legislativa de Sergipe pelo Presidente do Estado General Manuel P. de Oliveira Valladão em 07 de setembro de 1918 ao Installar-se a 2ª sessão ordinaria da 13ª Legislatura. Aracajú, Imprensa Official, 1918.

Jornais

A Cruzada

A Noticia

Correio de Aracaju

Diário da Manhã

Diario Official

Sergipe Jornal

Literatura

BARRETO, Lima. **Contos Completos**; organização e introdução Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **Lima Barreto**; seleção e prefácio Beatriz Resende. São Paulo: Global, 2005.

FONTES, Amando. **Os Corumbas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

Referências

ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente**: da Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

_____. **O homem perante a morte**. Portugal: Publicações Europa-América LDA., 2000.

BERGER, Peter L. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. **Perspectivas sociológicas**: uma visão humanística. Petrópolis: Vozes, 1986.

BORGES, Maria Elizia. **Arte funerária no Brasil (1890-1930)**: o ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto. Belo Horizonte: C/Arte, 2002.

CAMARGO, Luís Soares de. **Viver e morrer em São Paulo**: a vida, as doenças e a morte na cidade do século XIX. São Paulo: PUC/SP, 2007. 552f.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Algés – Portugal: DIFEL, 2002.

COSTA, Paulo Segundo da. **Campo Santo**: resumo histórico. Salvador: Contexto & Arte, 2007.

DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe**: República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

_____. **O Tenentismo em Sergipe**: da revolta de 1924 a revolução de 1930. Petrópolis: Editora Vozes, 1974.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos**: e outros episódios da história cultural francesa. São Paulo: Graal, 2011.

DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente 1300-1800**: uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe**: República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

DETHLEFSEN, Edwin; DEETZ, James. **Eighteenth Century Cemeteries**: a demographic view. In Journal Society Historical Archeology, pág. 40-43: 1967.

Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano de Armindo Guaraná, pp. 212-215, disponível em: <www.unit.br/memorial/arquivos/dicarmindo.pdf> Acesso em 18/11/2013.

DURÃES, Margarida. **Uma primeira aproximação aos testamentos**: Venade e a prática de testar de sua população. In A morte no Portugal Contemporâneo: aproximações sociológicas literárias e históricas. Lisboa: Editorial Quercó, pg. 163-174, 1985.

ELIAS, Nibert. **A solidão dos moribundos, seguido de, Envelhecer e morrer**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (organizadores). **O Tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FONTES, José Silvério. **A evolução de Aracaju**. In: Formação do Povo sergipano (Ensaio de História). Org. Luiz Antônio Barreto, Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura/Governo do Estado de Sergipe, 2004, p.103-128.

FREIRE, Felisbello. **História Territorial do Brasil**. Segunda Parte: Sergipe. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1906, p.281-363.

GINZBURG, Carlo. Representação: a palavra, a ideia, a coisa. **Olhos de Madeira**: nove reflexões sobre a distância. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.85-103.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001

LE GOFF, Jacques. **O Nascimento do purgatório**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

LIMA, Tania Andrade. **De Morcegos e caveiras a cruzeiros e livros**: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidades sociais). Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Ser. V.2 p.87-150 jan/dez. 1994.

_____. **Humores e odores**: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. Hist. Cienc. Saúde – Manguinhos, vol. 3, nº3, Rio de Janeiro, Nov/Febr. 1996. Pág. 44-96

LOUREIRO, Kátia. **A trajetória urbana de Aracaju, em tempo de interferir**. Aracaju: INEP – Instituto de Economia e Pesquisas, 1983.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MOTTA, Antonio. **A flor da pedra**: formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2009.

NOGUEIRA, Adriana Dantas. Estrutura Sócio espacial de Aracaju. In: **Patrimônio Arquitetônico e História Urbana. Ensaio sobre o Patrimônio Arquitetônico de Sergipe e sobre a estrutura sócio espacial de Aracaju**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2006, p.135-152.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Provincial II (1840/1889)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Aracaju, SE: Banco do Estado de Sergipe, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REZENDE, Eduardo Coelho Morgado. **Cemitérios**. São Paulo: Necrópolis, 2007.

_____. **O céu aberto na terra**: uma leitura dos cemitérios de São Paulo na geografia urbana. São Paulo: E.C.M. Rezende, 2006.

RIBEIRO, André Luiz Rosa. **Urbanização, poder e práticas relativas á morte no sul da Bahia, 1880-1950**. Salvador: FFCH / UFBA, 2008. 281f

RIBEIRO, Marily Simões. **Arqueologia das práticas mortuárias: uma abordagem historiográfica**. São Paulo: Alameda, 2007.

RODRIGUES, Claudia. **Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

SILVA, Érika Amorim da. **O Cotidiano da morte e a secularização dos cemitérios em Belém na segunda metade do século XIX (1850/1891)**. São Paulo: PUC/SP, 2005. 234f.

TURNER, Victor. **Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

VOVELLE, Michel. **As almas do purgatório, ou, O Trabalho de Luto**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

_____. **Imagens e Imaginário na História: fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX**. São Paulo: Editora Ática, 1997.

WYNNE, J. Pires. **História de Sergipe: 1575-1930**. Rio de Janeiro, GB: Editora Pongetti, 1970.